



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

IGOR LEONARDO DE SANTANA TORRES

**CONFLITOS E AÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS
LGBTQ DE MONTREAL/QUEBEC E SALVADOR/BAHIA**

Salvador
2020

IGOR LEONARDO DE SANTANA TORRES

**CONFLITOS E AÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS
LGBTQ DE MONTREAL/QUEBEC E SALVADOR/BAHIA**

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Departamento de Gênero e Feminismos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientador Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes.

Salvador
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T693 Torres, Igor Leonardo de Santana.
Conflitos e ação política nos movimentos LGBTQ de Montreal/Quebec e Salvador/Bahia. / Igor Leonardo de Santana Torres. – 2020.
116 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes
Monografia (graduação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Minorias sexuais – Salvador – BA. 2. Minorias sexuais – Montreal - Quebec.
3. Atividades políticas. 4. Conflito social. I. Fernandes, Felipe Bruno Martins.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.766

ATA DE DEFESA DE TCC

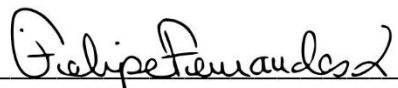
Aos 03 dias do mês de novembro do ano de 2020, por meio de videoconferência, devido a Pandemia de COVID19, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas/os docentes Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes (presidente e orientador), Dra. Salete Maria da Silva e Ma. Bárbara Andrade Sousa (membros) para análise do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Conflitos e Ação Política nos Movimentos LGBTQ de Montréal/Québec e Salvador/Bahia”**, de autoria da aluno **Igor Leonardo de Santana Torres**, concluinte do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Aberta a sessão, o autor teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguido pelos integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegou-se ao seguinte parecer: *o trabalho atende os requisitos de ordem teórico-metodológica em nível de graduação e cumpre os objetivos propostos. A escrita é fluida e a banca sugeriu incorporar algumas referências bibliográficas. Ademais, sugeriu a revisão de dados de campo e também mais elementos de ordem contextual/empírica, promovendo, nessa comparação, o enriquecimento de forma simétrica entre os campos de Salvador/BA e Montréal/QC. O trabalho merece uma boa revisão gramatical.*

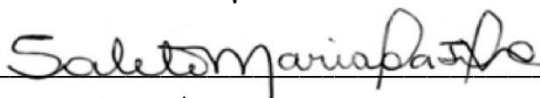
Em seguida, cada um dos membros da banca registrou sua nota do trabalho avaliado:

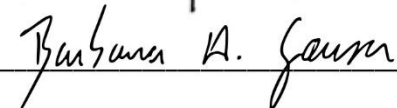
Presidente: Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes Nota: 10 (dez)
1ª Avaliadora: Dra. Salete Maria da Silva Nota: 10 (dez)
2ª Avaliadora: Ma. Bárbara Andrade Sousa Nota: 10 (dez)

O trabalho foi considerado (A)provado, com nota final 10 (dez). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata, assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Salvador, 03 de novembro de 2020.

Presidente: Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes: 

1ª Avaliadora: Dra. Salete Maria da Silva: 

2ª Avaliadora: Ma. Bárbara Andrade Sousa: 

Aluno avaliado: Igor Leonardo de Santana Torres: 

A

Daiane Brito (*in memoriam*), uma mulher negra incrível, uma mãe atenciosa, uma estudante dedicada, uma amiga para todas as horas, uma pessoa sonhadora. Alguém que sempre viu beleza na vida apesar de todas as intempéries. Alguém da qual me orgulho e tenho a alegria de ter conhecido e dividido momentos dentro e fora da Academia. *Olórun kò sí pure.*

AGRADECIMENTOS

Opé ire

Opé ire

Opé ire

Ka s'opé lówó rẹ

Opé

Agradecemos as bênçãos

Agradecemos a boa sorte

Agradecemos tudo de bom

Que venham de suas mãos

Agradecemos

Agradeço, antes de tudo, a *Èṣù, Ògún, Olórun, Òṣùmàrè, Orí* e *gbogbo Òrìṣà* pelos caminhos e pela vida, a possibilidade de estar aqui, neste momento, que muito esperei.

Da entrada pelo portão da universidade até aqui, muita coisa aconteceu: transformações subjetivas, cognitivas, materiais, simbólicas. Tanto aprendizado, tantas descobertas, tantas pessoas preciosas que passaram pelo meu caminho, que eu só posso ser grato e sempre exercitar a reciprocidade em minha vida.

Agradeço às minhas mães, na ordem de antiguidade: Josefa Moura de Jesus (bisavó materna), Bernadete Conceição Torres (avó paterna), Maria de Lourdes Ferreira de Santana (avó materna) e Sidneia Ferreira de Santana (mãe). As minhas cabaças-útero, sem o apoio das quais eu também não estaria aqui, que sempre me deram colo, carinho e amor, apoiando-me das formas mais surpreendentes. Minha mãe, que sempre se esforçou para que eu estudasse e obtivesse meu diploma. Sempre fui livre para escolher minha formação, ela sempre dizia: “faça o que você quiser, só quero que você tenha um diploma”. Não mediu esforços para garantir a realização plena de meus estudos. Sou um privilegiado de ter podido viver a universidade por inteiro, o que só foi possível graças as condições materiais que me foram garantidas por elas.

Agradeço ao meu pai, Rosevaldo Conceição Torres, e ao meu padrasto, Paulo Rocha dos Santos, que desenvolveram diferentes funções paternas em minha vida. Feliz de mim que tive tantas mães e pais presentes.

Agradeço à toda minha família paterna e materna, tios, tias, primos e primas, que sempre torceram por mim e me apoiaram nesta caminhada.

Agradeço aos bons amigos, amigas e amigues que fiz durante o tempo de graduação, pessoas que me marcaram e contribuíram para as transformações que avantei no início do texto, pessoas com as quais eu ri, chorei e aprendi.

Agradeço às pessoas queridas da Associação de Travestis de Salvador (ATRAS) por me permitirem trabalhar junto com elas, acolhendo-me com imenso carinho e cuidado. Agradeço principalmente à Millena Passos, Carle Porcino, Cristiano Santos e Dennys Gomes, maravilhosos e maravilhosas.

Agradeço à professora Line Chamberland e ao pessoal da *Chaire de Recherche sur l'Homophobie* (CRH) pelo acolhimento e toda a atenção que me foi dispensada antes, durante e depois do meu estágio. Atenção, cuidado e apoio, sem os quais eu não poderia ter logrado obtenção da bolsa do *Programme des Futurs Leaders dans les Amériques* (PFLA).

Agradeço às queridas amigas canadenses, québécoises, melhor dizendo, que me receberam em sua casa tão acolhedoramente.

Agradeço também ao grupo de brasileiros e brasileiras de Montreal, que foram alegres companhias, especialmente os queridos amigos Eric Capovilla e Saulo Oliveira, com quem passei momentos muito felizes e curti muito a cidade.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelo suporte institucional quando precisei e pela garantia de um ensino de qualidade, com incentivo às atividades de pesquisa e extensão, que foram importantes para minha formação como pesquisador.

Agradeço aos/às colegas do Gira - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação pelas trocas epistemológicas e políticas e pelo apoio mútuo aos nossos projetos.

Agradeço às professoras do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade pelos ensinamentos e partilha do conhecimento, por se comprometerem com um projeto pioneiro e tão político e socialmente engajado como nosso curso.

Agradeço a Tiago, nosso excelente técnico administrativo, que faz um trabalho de excelência no Colegiado do curso, sendo sempre muito solícito em atender as demandas e dúvidas dos/as discentes. Tiago foi, sem dúvida, uma benção que caiu do céu diretamente para nós.

Agradeço às professoras da banca de avaliação, que disponibilizaram seu tempo e trabalho intelectual para ler este trabalho e contribuir com minha escrita de forma tão afetiva e generosa. Sinto-me honrado e feliz de tê-las como leitoras e avaliadoras.

Não menos importante, agradeço ao meu orientador Felipe Bruno Martins Fernandes, quem me acompanha a 5 anos, com quem venho caminhando e aprendendo. Um *Èṣù* em minha vida. Talvez essa seja a melhor forma de descrever o que Felipe representa para mim, pois foi como movimento que ele primeiro se apresentou, mas também conflito – não no seu sentido negativo, mas produtivo. Felipe viu em mim mais potencial do que eu imaginava ter. Sempre me desafiou a ir além, a fazer mais, a desenvolver em mim competências acadêmicas que foram imprescindíveis no fazer científico. Alguns momentos, eu tive medo de desapontá-lo, de não dar conta das demandas, que eu julgava maiores que eu, que as minhas habilidades. Mas, ao final de tudo, com seu auxílio, as coisas aconteciam, algumas vezes num piscar de olhos. Felipe foi mais que um mestre ao qual sou extremamente grato. Felipe foi um amigo muito generoso em reciprocidade, lealdade e afeto. *Mo dúpé òré fẹ mi!*

Mo júbà ojú òrun
Mo júbà ojúmọ́ ti mó
Mo júbà ikóríta méta
Mo júbà Orí
Mo júbà gbogbo ọ̀nà

Saudações aos céus
Saudações ao dia que vem
Saudações às encruzilhadas de três pontas
Saudações a minha cabeça
Saudações a todos os caminhos

TORRES, Igor Leonardo de Santana. **Conflitos e ação política nos movimentos LGBTQ de Montreal/Quebec e Salvador/Bahia. 2020.** Orientador: Felipe Bruno Martins Fernandes. 114 f. Monografia (Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa etnográfica objetiva uma análise do movimento LGBTQ de Montreal e Salvador no que toca às tensões entre atores/atrizes e grupos internos e/ou externos a esses movimentos, buscando comparar essas relações de poder com o cenário brasileiro do movimento LGBT local. Abordado desde uma perspectiva comparativa, o conflito foi objeto do trabalho que teve como campo 2 instituições LGBTQ em Montreal e 1 em Salvador, mas também todos os espaços LGBTQ frequentados, incluindo-se aqui, também, incursões nas redes sociais. Observamos que essas duas matrizes de ação política apresentam demandas que, compartilhadas, ganham status transnacional, comunalidades em termos de crítica e estratégias políticas. Isso reforça a ideia de uma conexão entre lutas de um mesmo grupo cujos atores e atrizes são marcados por intersecções compartilhadas, ainda que em espaços geográficos díspares.

Palavras-chave: Movimento LGBTQ. Montreal. Salvador. Conflito. Política.

TORRES, Igor Leonardo de Santana. **Conflicts and political action in the LGBTQ movements in Montreal/Quebec and Salvador/Bahia**. 2020. Supervisor: Felipe Bruno Martins Fernandes. 114 f. Undergraduate Thesis (Bachelor's degree in Gender and Diversity Studies) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This ethnographic research aims an analysis of the LGBTQ movement in Montreal and Salvador with regard to the tensions between actors/actresses and groups internal and/or external to these movements, seeking to compare these power relations with the Brazilian scene of the local LGBT movement. Approached from a comparative perspective, the conflict was the object of work that had as its field 2 LGBTQ institutions in Montreal and 1 in Salvador, but also all the LGBTQ spaces frequented, including incursions in social media. We observed that these two matrices of political action present demands that, shared, gain transnational status, communalities in terms of criticism and political strategies. This reinforces the idea of a connection between struggles of the same group whose actors and actresses are marked by shared intersections, even in disparate geographical spaces.

Keywords: LGBTQ Movement. Montreal. Salvador. Conflict. Politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MOVIMENTO LGBTQ EM SALVADOR.....	18
2.1 O CAMPO EM SALVADOR	18
2.2 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO AO MOVIMENTO LGBT.....	19
2.3 A ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS DE SALVADOR (ATRAS).....	20
2.4 QUAL O LUGAR DO CONFLITO NAS RELAÇÕES SOCIAIS?.....	27
2.5 DA DISPUTA POR RECURSOS À FOFOCA NA MILITÂNCIA LGBT: ANTAGONISMOS, INVISIBILIDADE E EMPREENDEDORISMO	30
3 MOVIMENTO LGBTQ EM MONTREAL	45
3.1 UM PRIMEIRO MOVIMENTO GUEI E LÉSBICO EM MONTREAL.....	45
3.2 NEM NO FEMINISMO, TAMPOUCO NO MOVIMENTO GUEI – QUAL O LUGAR DAS LÉSBICAS?	49
3.3 APONTAMENTOS SOBRE O MOVIMENTO TRANS NO QUEBEC.....	51
3.4 O QUE O CAMPO DIZ DESSE(S) MOVIMENTO(S) HOJE? A EXPERIÊNCIA EM MONTREAL	52
3.4.1 Chaire de recherche sur l’homophobie (CRH).....	54
3.4.2 Centre de lutte contre l’oppression des genres (CLCOG)	56
3.5 O <i>QUEER</i> E O ESTADO: DILEMAS POLÍTICO-CONCEITUAIS	57
3.6 COLONIALIDADE, GÊNERO E QUESTÕES AUTÓCTONES.....	71
4 LUGAR DE FALA, RACISMO E ARTE	75
4.1 TRANSNACIONALIZAÇÃO DO LUGAR DE FALA? DISPUTAS DE PESSOAS TRANS E RACIALIZADAS NA PRODUÇÃO EPISTEMOLÓGICA.....	75
4.2 RACISMO E CRÍTICA <i>QUEER</i> DE COR.....	87
4.3 ARTIVISMO	94
5 CONCLUSÃO.....	102
6 REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, observo a organização dos movimentos LGBTQ de Montreal/Quebec e Salvador/Bahia e como as suas matrizes de ação política apresentam demandas que, compartilhadas, ganham status transnacional, comunalidades em termos de crítica e estratégias políticas. A pesquisa de campo evidenciou o reforço da ideia de uma conexão entre lutas de um mesmo grupo cujos atores e atrizes são marcados por intersecções compartilhadas, ainda que em espaços geográficos díspares. De outro lado, há também diferenças de conteúdo, havendo particularidades perceptíveis ao nível das críticas, suas formas e meios de realização.

Meu percurso etnográfico começa com o Estágio Supervisionado Obrigatório em Gênero e Diversidade, iniciado no segundo semestre de 2017 na Associação de Travestis de Salvador (ATRAS). O componente prevê a realização de atividades em instituições públicas ou privadas que trabalhem com equidade de gênero. O Estágio Supervisionado é fundamental no processo formativo do/da discente, é o local de aplicação prática de todo o conhecimento obtido ao longo do curso. Esse momento da formação prepara o/a discente de Gênero, futuro/a analista/gestor/a de políticas públicas, para o cumprimento das competências exigidas na sua atuação profissional (FERNANDES, 2018).

Durante os meses de janeiro a julho de 2019, estive enquanto estagiário de pesquisa na *Chaire de Recherche sur l'Homophobie*¹ (CRH), na *Université du Québec à Montréal*² (UQÀM), sob a coordenação da professora Line Chamberland, titular dessa cadeira. O estágio adveio de um processo seletivo aberto anualmente pelo Governo Canadense, no quadro do *Programme des Futurs Leaders dans les Amériques*³ (PFLA), programa que oferece mais de 400 bolsas de estudos para estudantes da América Latina, América Central e Caribe.

No momento de pleito da bolsa, eu não tinha nenhuma ideia de projeto a ser desenvolvido no Canadá, mais especificamente em Montreal, no Quebec. Aconselhado pelo meu orientador, professor Felipe Bruno Martins Fernandes, tendo em vista, também, nossa última produção científica que versava sobre produção de vulnerabilidades por práticas ativistas, em diálogo com noções de punitivismo, denúncia e, não diretamente, políticas públicas (TORRES; FERNANDES, 2018), e levando em consideração o papel da CRH nessa política, decidimos por uma pesquisa que tratasse de analisar a política de combate à homofobia no Quebec. O projeto de pesquisa, nesse sentido, teria como objetivo mapear, analisar e comparar políticas

¹ Cadeira de Pesquisa sobre a Homofobia.

² Universidade de Quebec em Montreal.

³ Programa de Futuros Líderes nas Américas.

contra a homofobia desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia e na UQÀM. Buscaria compreender o funcionamento destas políticas, por um lado, colocando-as em relação a quadros políticos e legislativos externos (a nível regional e nacional), e, por outro, observando as semelhanças e diferenças nas formas de aplicação em seus diferentes contextos. Qualificar-se-ia, por fim, essas políticas em termos de inclusão, denúncia e permanência.

Essa descrição inicial do projeto não passava de um esboço, algo como um anteprojeto, a ser revisto com a colaboração da professora Line Chamberland ou, até mesmo, alterado drasticamente. *Deixar o campo falar* foi uma das lições metodológicas mais profícuas que obtive nos anos de estudo nesta graduação e com meu orientador. *Deixar o campo falar* pressupõe uma posição ativa de *escuta*. Mas perceber o campo não pressupõe tão somente escutá-lo, e, sim, ao fazê-lo, deixar-se ser guiado/a por ele. Diante disso, quando da minha chegada e início de pesquisa, outra questão-problema se colocou para mim: como o debate de gênero e sexualidade, através de uma perspectiva interseccional, vem sendo realizado no movimento LGBTQ montrealense e quais os e as principais atores e atrizes centrais nessa discussão?

Essa pergunta surgiu de um questionamento que desde o princípio deveria anteceder a proposta original do projeto: como falar de política pública LGBTQ em Montreal, sem saber como se organiza o movimento LGBTQ e de que modo dialogam sobre suas pautas, influenciando diretamente na definição de sua agenda? Eu percebi que precisaria conhecer o funcionamento, as dinâmicas e as tensões que permeavam o campo ativista LGBT, nos seus variados níveis – acadêmico, estatal e social –, tendo em vista sempre como se trabalha a interseccionalidade. Com isso, surgiu a nova proposta de pesquisa, que passou de um trabalho sobre política pública para uma pesquisa sobre a constituição, dinâmica e relações de poder nos movimentos LGBTQ de Montreal.

Desde a nova questão-problema imposta pelas relações e dinâmicas de poder que eu acompanhava no processo de observação participante no primeiro mês, meus objetivos específicos me levaram à observação e análise dos conflitos que perpassavam o movimento LGBTQ em Montreal, partindo deles para pensar a natureza dos diálogos exercidos entre os movimentos LGBTQ, o Estado e a Academia. No que toca o conflito, um exercício analítico dentro de uma perspectiva comparada com o campo realizado em Salvador/Bahia foi pertinente para compreender a articulação transnacional dessas pautas. A compreensão do conflito como algo desapartado do movimento LGBTQ tanto de Salvador como de Montreal e meu olhar direcionado para as tensões nesse último local só foram possíveis pela minha experiência com o campo feito em Salvador.

Quando realizava o trabalho de campo na Associação de Travestis de Salvador (ATRAS), ainda não sabia que estava fazendo campo para esta pesquisa ou que utilizaria os dados apreendidos nos diários de campo para outra coisa que não o relatório final do Estágio Supervisionado Obrigatório em Gênero. Minha monografia seria tão somente fruto da pesquisa que realizaria em Montreal. Como o trabalho do antropólogo passa pela escrita, e colocando-me nesse lugar simbolicamente, por afinidade com a disciplina e seu método, segui as recomendações de meu orientador de realizar descrições densas pensando a articulação teórica das cenas para a produção etnográfica. Certamente este trabalho não teria sido possível, tampouco as percepções sobre o campo em Montreal, se antes eu não tivesse passado pela experiência de estágio supervisionado na ATRAS.

Desse modo, esta pesquisa teve como campo específico três organismos⁴ LGBT: o *Centre de Lutte contre l'Oppression des Genres*⁵, a CRH e a ATRAS. Mas também todo os espaços LGBTQ que frequentei, fossem salas de aulas, discussões, encontros, audiências e atividades que versassem sobre a população LGBT, sejam em termos de produção acadêmica, demandas políticas, tensões e estratégias de disputa, que se apresentaram no decorrer da pesquisa. Posto que na impossibilidade de estar integralmente nos espaços institucionais, e, tendo em vista que eu não trabalhava nessas instituições, mas com as pessoas que representavam ou se distanciavam dos discursos e da prática institucional, pude acompanhar tanto as ações coletivas, quanto individuais postas em prática por elas. Fui além do espaço formal das organizações, de forma que, para tentar ter uma representação mais pulverizada do que chamo de *movimento LGBTQ* de Salvador e Montreal, também acessei discursos de atores e atrizes que compõem esses movimentos, mas que não necessariamente fazem parte das organizações supracitadas.

Do ponto de vista teórico, uma vez que meu interesse está, então, nas relações de poder entre diferentes grupos dentro de um mesmo movimento, utilizo a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002), um instrumento analítico do feminismo negro que permite compreender como múltiplas opressões sobrepostas podem influir acentuando ou ressignificando a vulnerabilidade social dos/as sujeitos/as. Considero as noções de poder desde o pensamento de Michel Foucault (2017), que não observa o poder como um instituto, uma entidade que estaria sobre domínio de uns/umas em detrimento de outros/as. O poder, na sua análise, está em todo lugar, difuso em todo o social, manifestando-se a partir de relações de

⁴ O termo organismo, no contexto dos movimentos sociais de Montréal, está relacionado ao movimento civil, ao passo que no Brasil está relacionado ao Estado. No Brasil, como exemplo de organismos comunitários temos as Organizações Não Governamentais (ONG).

⁵ Centro de Luta contra a Opressão dos Gêneros.

poder e resistência. Os conceitos de gênero e sexualidade serão abordados a partir da crítica *queer* (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011; BOURCIER, 2018, 2014), que considera o gênero e a sexualidade como produtos da linguagem, de discursos históricos que através de atos estilísticos encenam ideias de natureza. Ao refletir e analisar as relações conflituosas, sirvo-me das teorizações de Chantal Mouffe (2003, 2005, 2010). Quando tratar sobre Estado e movimento LGBTQ, trarei as considerações de Fátima Lima (2014), para quem o Estado representa uma máquina de captura e o movimento *queer*, uma máquina de guerra que o confronta; de Felipe Fernandes (2011, 2014) e Anna Paula Uziel (2016), que discutem as noções de agenda negativa e positiva de direitos; de Anne Phillips (2001), com a discussão sobre política de presença e política das ideias. Outrossim, utilizo a diferenciação feita por Fernandes (2011) entre presença e participação ao analisar o papel de atores e atrizes políticas na prática de legitimação de políticas públicas e campos de ação discursiva de Sônia Alvarez (2014).

De natureza básica e com uma abordagem qualitativa, este trabalho baseia-se em análise documental e revisão bibliográfica, mas ancora-se primordialmente na etnografia como ferramenta teórico-metodológica de apreensão de realidades, eventos e ações, ou seja, os “fatos etnográficos” que constituem o objeto de pesquisa, porquanto compreendo que a relevância e validade da pesquisa etnográfica estão no seu caráter dinâmico e concreto. O questionamento torna-se o regulador da pesquisa etnográfica e a empiria o chão sob o qual fazemos nossas análises (PEIRANO, 2014). Não há um início e um fim bem delimitados para a pesquisa etnográfica, tampouco um espaço, cabendo ao/à etnógrafo/a a captação das informações que atravessam seu contexto de pesquisa, ainda que estas venham de outros lugares, mas que passem justamente pelo seu trabalho de andar, olhar/ver e ouvir (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; SILVA, 2009). Nesse sentido, os dados trazidos neste trabalho excedem o campo material (as organizações) mencionado acima.

Como afirma Mariza Peirano, “nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos” (2014, p. 379). Assim, ao mesmo tempo que interagimos e vivemos, estamos também a fazer campo. A figura do/a pesquisador/a se dissolve no cotidiano. Essa abordagem permite a reinvenção do campo antropológico e o próprio movimento do pensamento em relação ao campo/objeto de análise: estar em campo não obedece a premissas predefinidas, mas aos próprios fluxos e particulares da empiria. O que explica as mudanças que marcaram o projeto inicial de pesquisa, resultando neste texto que ora apresento.

O contato direto com os/as interlocutores/as e a descrição densa desse contato mediado pela subjetividade e imaginário do/a pesquisador/a propicia tanto uma análise mais aproximada

da realidade estudada quanto uma objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), uma vez que a neutralidade na interpretação dos eventos não forma requisito. Outrossim, a etnografia, enquanto prática do concreto permanentemente conexa aos movimentos do campo, permite a comparação entre modos de vidas e, neste caso, formas de fazer política e gerir agendas, enseja uma compreensão da eficácia social das ações, compreendendo o caráter performativo da linguagem e as implicações do silêncio. Desse modo, no uso da multisensorialidade na análise de um fenômeno, conseguimos apreender não o real, mas uma realidade a partir de “formulações teórico-etnográficas” sempre abertas a renovações (PEIRANO, 2014, p. 383). Este trabalho, assim, não pretende impor verdades sobre o campo ou o objeto de pesquisa, mas traçar essas formulações teórico-etnográficas que são desde sempre subjetivas e passíveis de críticas. De modo a garantir o anonimato de algumas interlocutoras e não lhes causar nenhum ônus devido ao material aqui analisado e exposto, nomes foram alterados, mantendo-se apenas alguns de acordo com a avaliação de que sua exposição não será prejudicial a pessoa.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, informarei a metodologia utilizada e introduzirei o campo realizado em Salvador, com uma descrição da instituição na qual fiz parte da pesquisa e da qual provém parte de minhas observações. Trago também, sinteticamente, a organização histórica do Movimento Homossexual brasileiro e suas transformações, assim como análises de eventos que marcaram a experiência etnográfica do campo. No segundo, realizarei uma imersão no campo do movimento LGBTQ de Montreal, desde sua emergência até sua configuração atual, trazendo também uma perspectiva analítica e reflexiva sobre a organização desse movimento hodiernamente. Também mostrarei como as dimensões específicas que compõem a identidade de sujeitos/as políticos/as LGBTQ são linhas de fuga para a construção de novas proposições políticas e confrontamentos aos processos de apagamento e homogeneização. No terceiro, mostrarei e analisarei a confluência dos ativismos LGBT em Montreal e Salvador no que toca a emergência de discursos subalternos que questionam a produção de conhecimento e o lugar da experiência. Outrossim trarei para discussão tensões similares dentro desses movimentos que surgem a partir de intersecções de marcadores raciais e de gênero e produzem formas alternativas de manifestação política.

2 MOVIMENTO LGBTQ EM SALVADOR

Neste capítulo, introduzo o campo realizado em Salvador, com uma descrição da instituição na qual fiz parte da pesquisa e da qual provém parte de minhas observações. Trago também, sinteticamente, a organização histórica do Movimento Homossexual brasileiro e suas transformações, assim como análises de eventos que marcaram a experiência etnográfica do campo.

2.1 O CAMPO EM SALVADOR

As observações que engendro neste trabalho foram possíveis graças ao trabalho de campo que realizei durante o estágio na Associação de Travestis de Salvador (ATRAS), nos componentes Estágio Curricular Obrigatório I, II, e III, durante os anos de 2017 e 2018. O que me interessava na escolha do campo de estágio era trabalhar com grupos e assuntos que não apenas estivessem relacionados ao curso, mas que antes de tudo dialogassem com meus interesses de pesquisa, a saber, o gênero e a sexualidade e as identidades não heterocisnormativas. Também procurava um espaço que me sentisse confortável e no qual eu conseguisse extrair uma melhor experiência de trabalho. Não via outro lugar, dentro das possibilidades ofertadas pelo BEGD, senão a ATRAS, como o espaço que pudesse atender às minhas expectativas. Como eu disse, naquela época, quando da minha escolha de campo: “*eu quero trabalhar com as travestis*”.

Outro sentimento que me levou a seleção da Associação foi considerar os ganhos que eu teria em termos de empoderamento pessoal a partir da vivência com as *travas*⁶. Conquanto sujeitas estigmatizadas, essas pessoas lançam mão de estratégias múltiplas de sobrevivência e enfrentamento às violências. *Travesti não é bagunça*, já dizia Luana Muniz. Elas podem não ter muito, mas não passam o recado por terceiros, elas mesmas se incubem de não deixar *ọkọ*⁷ algum “tirar onda” com suas caras. Ademais, eu prefiro estar com as putas e travestis que com qualquer outro grupo social. Ainda que noutra situação social, não exposta ao nível de vulnerabilidade que muitas delas se encontram, surgem identificações que me aproximam delas e geram empatia.

⁶ Categoria êmica de identificação entre travestis e mulheres trans, principalmente aquelas de classes populares.

⁷ Em português se escreve ócó, um aportuguesamento da palavra em iorubá [Yorùbá] ọkọ, que designa “marido”. Seu uso no pajudá/bajubá significa “homem”.

Do mesmo modo, cogitei ser uma oportunidade para me aprofundar nas discussões trans e travestis desde a militância de base, numa instituição com mais de 20 anos de existência. Por mais que a Academia me forneça a teoria sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade, de uma perspectiva mais naturalista a uma desconstrucionista, discutir sem a materialidade empírica, distanciada de tal forma, não permite uma complexificação da realidade. As travestis e pessoas trans que frequentam a ATRAS têm especificidades, pois que vêm de contextos distintos e nos mostram experiências que apesar de compartilhadas em alguns pontos, não devem ser tomadas como universais.

2.2 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO AO MOVIMENTO LGBT

A narrativa mais comum nos movimentos de liberação homossexual, tornando-se algum tempo depois movimento LGBT, é aquela que atribui pioneirismo à conhecida manifestação de 28 de junho de 1969, a Rebelião de Stonewall, em Nova Iorque. Esse momento ficou conhecido como o estopim da organização do grupo de pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes tanto nos Estados Unidos, como ao redor do mundo. Desde esse evento, a sexualidade politizou-se e se tornou pauta política para esse grupo. Assim nos contam as metanarrativas.

Contudo, no Brasil, assim como em outros países, a articulação de pessoas ao redor do tema da homossexualidade antecede o momento histórico *supra* citado. Segundo Simões e Facchini (2009), desde os anos 1950 se percebe uma movimentação voltada para a sociabilidade homossexual, com a notável distribuição de jornais alternativos sobre o tema. As décadas seguintes foram marcadas por transformações sociais e linguísticas, com a emergência de novas categorias de identificação e modelos taxonômicos, a expansão de espaços de sociabilidade – bares, restaurantes e boates –, a repressão da ditadura e os movimentos culturais e contrarrepção, o desbunde e a androginia como marca de resistência, e uma “‘explosão discursiva’ em torno da homossexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 78). Todas essas mudanças desenharam “os contornos gerais do processo que fez que as homossexualidades saíssem do armário e se dirigissem não só para as festas, mas também para as assembleias e reuniões de pauta.” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 79).

O final da década de 1970 marcou-se notoriamente como um período salutar ao florescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, incluso aquele que viria a se chamar tempos depois de Movimento Homossexual Brasileiro. Nesse período de abertura política, momentos finais da ditadura, viu-se surgir o primeiro grupo de ação homossexual, o SOMOS,

e um dos mais importantes jornais gueis do Brasil, o Lampião da Esquina – ambos estreitam relações a partir de 1979 até a dissolução dos dois no início da década 1980. A criação de grupos lésbicos, a organização do I Encontro de Grupos Homossexuais (EGHO) e do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) e a profusão de outros grupos acentuam a esfera de efervescência política da época (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Deve-se ressaltar também as discussões raciais pautadas por coletivos de pessoas negras homossexuais, sobretudo na Bahia, que promoviam uma curva racial no movimento LGBT, problematizando o racismo no seu interior ao passo que competiam por espaço dentro do Movimento Negro Unificado (MNU) para a inclusão de suas pautas e poderem pesquisar sobre as experiências de outros negros homossexuais (PERLONGHER, 2008; MACRAE, 2018).

Nos anos 1980, o movimento se reorganizou em razão do HIV/Aids, articulando-se solidariamente na prevenção e assistência às pessoas que viviam com a doença/vírus. Uma tendência mais colaborativa com o Estado, a institucionalização de sua agenda via trocas diretas entre ativistas e os governantes, pôde ser vista na década de 1990, ainda mediada pela crise sanitária que facultou a entrada do movimento “no Estado, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia.” (MISKOLCI, 2011, p. 40). Nessa década, presenciou-se também a criação de organizações voltadas para a população de mulheres transexuais e travestis, até então subsumidas no perfil guei branco do Movimento Homossexual/LGBT, como a Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL (1992) e Associação de Travestis de Salvador - ATRAS (1995).

Nos últimos 20 anos, a fragmentação do movimento LGBT assumiu centralidade, o/a sujeito/a de gênero e sexualidade passou a ser visto/a em sua complexidade e diferentes pontos de vista e posicionamentos sobre importantes questões passaram a organizar grupos e coletivos. Há uma inquietação que toma atores e atrizes sociais que permaneceram escanteados/as das pautas e estratégias adotadas por um movimento LGBT *mainstream*⁸ focado numa busca por normalização e pela reivindicação de direitos desde o paradigma da igualdade. No entanto, diante desse contexto, outras narrativas libertárias e contestatórias se impuseram e começaram a delinear alternativas plurais para a reflexão e ação no campo da dissidência sexual e de gênero.

2.3 A ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS DE SALVADOR (ATRAS)

⁸ Tradução literal: “corrente principal”. A utilização neste texto indica o sentido de “popular”, “genérico”, algo que se denota por seu caráter de representação dominante.

Com participação de travestis e outras pessoas integrantes do Grupo Gay da Bahia (GGB), a ATRAS foi fundada em 1995. Quatro anos após sua fundação, no ano de 1999, ela passa a ser registrada em cartório como Sociedade Civil Autônoma, advogando a favor de pautas que concernem à defesa dos direitos, saúde e reivindicação de cidadania de pessoas “*travestis, transformistas e transgêneros*” (ATRAS, [20--]b). A ATRAS está afiliada a algumas outras instituições de defesa dos direitos LGBT e, particularmente, de travestis e transexuais, tais como Associação Brasileira de Gays, Bissexuais, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a *International Lesbian and Gay Association*⁹ (ILGA) e o Fórum Baiano LGBT.

A ATRAS teve 4 presidentas: Lena Oxa, Andrezza Bellushi, Michelle Marry e Millena Passos. A primeira, Lena Oxa, natural de Fortaleza, foi fundadora da Associação junto com o GGB. Na sua cidade natal, tentou por muito tempo tentou fazer *shows* em baladas. Com a expulsão de casa por sua família, veio para Salvador, onde conheceu outras mulheres trans e travestis com as quais dividiu os palcos. Depois de algum tempo, tornou-se reconhecida por sua participação no programa *Glitter: em busca de um sonho*. Hoje, ela reside no Ceará e tem um programa de rádio. Andrezza Bellushi esteve na presidência da entidade lutando pelos direitos e pela saúde de travestis e transexuais no período de 1996 a 1999. A terceira presidenta da ATRAS foi Michelle Marry. Ela esteve na função entre 1999 e 2005 (SANTOS, 2019). Foi uma ativista que executava um trabalho político tanto de (in)formação e debate, mais voltado à dimensão do discurso, ministrando palestras, apresentando resultados de seu ativismo em congressos *etc.*; quanto “de apoio às travestis em situação aflitiva, seja enfrentando delegados e policiais para defender os direitos de cidadania das trans, seja intermediando conflitos com algumas cafetinas mais mafiosas, seja ainda orientando as bombadeiras¹⁰ em como evitar riscos na aplicação de silicone” (MOTT, [20--]). Falava em 2001, dentre outras coisas, sobre as dificuldades da prostituição e das violências a que estavam expostas nas ruas, a exclusão do mercado formal de trabalho, a necessidade de disputar espaços *etc.*

Ao convidar outras travestis a frequentarem a ATRAS, ela informa:

amigas, apesar do sofrimento, sorriam. Na Bahia, existe a ATRAS e ela é sua, é nossa. Lá, a reunião é alegre, dá para esquecer alguns sofrimentos, porque brincamos umas com as outras, falamos quem pôs mais silicone, quem casou, quem separou ou viajou, *etc.* Falamos

⁹ Associação Internacional de Lésbicas e Gueis.

¹⁰ Pessoa responsável por injetar silicone industrial em trans* e travestis. O processo além de doloroso é muito arriscado. Consiste na perfuração do espaço destinado a ser bombado por agulhas cheias de silicone que scorrem o produto para os músculos, sendo posteriormente modelados pela bombadeira.

também sobre o “doce” (AIDS), que o babado não tem crescido entre nós, porque tratamos sempre de lembrar que todo o “aquê” do mundo não paga a nossa vida. Podemos “quendar a neca” de todos os bofes, mas sempre com a borracha. A camisinha nos livra de vários babados. Aqui na ATRAS, não deixa para trás. Aqui atrás e na frente, pois sexo seguro é com a gente. (MOTT, [20--]).

Conforme observado, a irreverência compõe o espaço. A ATRAS também é um local de sociabilidade, aproximação, criação de vínculos e apoios mútuos. É possível perceber que junto às razões de luta política por direitos e reivindicação da cidadania, ela tem um importante papel afetivo. A dimensão do afeto, dos bons afetos, tão negada às pessoas trans* e travestis recebe igual importância na pauta política, sendo ela própria política. A biografia de Michelle Marry no que toca sua relação com a ATRAS, mostra como a entidade vem atuando há muito tempo em assuntos que vão de prisões de travestis e maus-tratos policiais, denúncias de violências/preconceitos institucionais à atuações em presídios divulgando “técnicas de sexo seguro” (MOTT, [20--]).

Durante os anos 2000 e 2002, a ATRAS publicou ao menos 6 edições do “Boletim Princesa”, periódico quadrimestral que estimulava a comunicação entre a associação e suas integrantes. Em suas distintas edições podemos encontrar notícias internacionais ligadas à causa trans* e travesti, mensagens da vice-presidenta, cartas de leitores, manifestos, divulgação de pesquisas *etc.* A coluna “Travesti e transexuais na luta contra a Aids” e a seção destinada à mensagem da presidenta da ATRAS, ao que parece, são fixas nos números do jornal, presente – senão em todas – em grande parte das edições. Algo que denota a forte linha preventiva da instituição como também a preocupação da manutenção de contato entre a direção e todo o corpo da organização (ATRAS, [20--]a).

O termo ATRAS transborda a ideia de um simples acrônimo, denota um sentido de busca, revela a agência que parte de corpos socialmente alijados de direitos. Na capa da quarta edição do seu boletim, publicado em 2001, encontramos o significado simbólico político do nome da associação por meio de uma indagação retórica: “Por que ATRAS? Porque estamos ATRAS de nossos direitos, ATRAS da cidadania das travestis” (ATRAS, [20--]a). Nesse sentido, o escopo de sua atuação explica-se da seguinte forma:

como órgão de representação social e política, a ATRAS promove, em cooperação com seus participantes, o estímulo e o desenvolvimento dos valores intelectuais, profissionais, culturais e humanos das travestis, transformistas e transexuais. A Associação luta para promover, em toda a sua plenitude, os direitos conferidos pela cidadania brasileira,

defendendo as travestis, transformistas e transexuais quando elas forem lesadas em sua integridade física e/ou moral ou destituídas de seus direitos devido ao preconceito e discriminação. Em suma, uma luta pelo bem estar das travestis, transformistas e transexuais em geral, que inclui o desenvolvimento de atividades de prevenção da saúde na área de DST/HIV/AIDS através de cursos, campanhas e na produção de matéria de informação e educação. (ATRAS, [20--]b).

Vemos que as ações pautadas pela ATRAS estão ligadas a áreas de atuação tais quais “prevenção e promoção da saúde (orientações, disponibilização de preservativos, palestras, capacitações em saúde *etc.*)” e “participação e controle social (*advocacy*¹¹, incidência política *etc.*)” (SAÚDE [20--]a). Muito embora o termo “travestis” no nome da associação possa nos levar a pensar que suas ações se voltem unicamente a este público, a ATRAS não apenas atende travestis, transexuais e transgêneros, como também desenvolve atividades com pessoas vivendo com HIV/aids e profissionais do sexo de gênero masculino e feminino. Mesmo porque, segundo dados da ANTRA, a qual a ATRAS está ligada, 90% das pessoas trans e travestis estão em situação de prostituição.

A distribuição de preservativos a esse público que está nas pistas da capital baiana é um trabalho de base que acessa pessoas as quais nem todos os programas governamentais podem conseguir – e não conseguem muitas vezes. Há uma relação de confiança que permite, por exemplo, que haja distribuições dentro das casas de prostituição e nos cinemas eróticos, pontos de trabalho dessas pessoas. Nesse caso, a ATRAS se incumbem de uma tarefa, que deveria ser executada pelo recurso humano estatal, sem nenhuma parceria ou concessão de material humano. O Estado delega indiretamente a Associação essa tarefa quando não se prontifica a oferecer apoio humano e insumos materiais que não somente as caixas e mais caixas de preservativos. Questiono como esse serviço e os demais prestados pela associação não tenham chamado a atenção das instituições públicas, tendo garantido ao menos um contrato de cessão de pessoas.

A ATRAS vem desenvolvendo um trabalho de atendimento psicológico para pessoas trans* e travestis e LGB em geral, tendo por objetivo primeiro ajudar na emissão de laudo para retificação de nome no registro civil. Carle Porcine, mulher trans, doutoranda em enfermagem, psicóloga de formação, atua voluntariamente na prestação desse serviço, atendendo uma vez por semana, toda terça-feira no turno vespertino. A distribuição de preservativos em ambientes

¹¹ Prática política manejada por organizações ou movimentos no interior das instituições do sistema político, com a finalidade de influenciar a formulação de políticas públicas, a alocação de recursos públicos, a formulação de leis. Um exemplo de *advocacy* pode ser visto no trabalho de Salete Maria da Silva (2016).

de comércio sexual ainda é uma iniciativa em andamento, especialmente nos cinemas eróticos e demais espaços de câmbio sexual. Ademais dessas ações, tal qual Michelle Marry, Millena Passos, quarta e atual presidenta da ATRAS, também desenvolve um trabalho de formação e discussão de tópicos ligados à causa trans e travesti. Isso pressupõe um compromisso político com a desmistificação das pessoas trans e luta contra a LGBTfobia a partir da educação. Uma vez que ela foi a primeira mulher trans do Brasil a ocupar um cargo numa Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)¹², para Millena Passo, são recorrentes os convites para participar de eventos e palestras, representando a Associação. Além disso, Millena se destaca por sua atuação em defesa da pauta do nome social, seu reconhecimento e respeito, assim como da mudança do nome civil. Ela, que já usava seu nome social há muito tempo e assim era tratada por todas as pessoas do seu entorno, teve dificuldade no deferimento da mudança de nome, que foi negado sob a exigência de cirurgia de readequação como condição para alteração. O fato repercutiu e gerou uma manifestação organizada pela ATRAS em frente ao Fórum Rui Barbosa em 22/10/2013 (DA REDAÇÃO, 2013), não havendo resolução na época.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia tem uma população estimada em 14.930.634, e Salvador, 2.886.698, sendo a cidade mais populosa no Estado da Bahia e a terceira mais populosa do Brasil, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2020). Ocupa a 22º (0,660) posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é o indicador da qualidade de vida da população de um país com base nos pilares saúde, educação e renda.. Racialmente, a população do município está dividida da seguinte forma: 733.253 (27,4%) pretas, 1.386.842 (51,83%) pardas, 505.739 (18,90%) são brancas, 37.043 (1,38%) são amarelas e 7.932 (0,29%) são indígenas (IBGE, 2010). Considerando que, para o IBGE, pardos e pretos conformam a população negra, a soma desses grupos perfaz um total no qual 79,23% da população soteropolitana é negra, o que faz da cidade aquela com maior número de negros/as do país. Quanto ao gênero, a população masculina gira em torno de 1.248.897 (46,67%) enquanto a feminina chega a 1.426.759 (53,32%) (IBGE, 2010).

O público majoritariamente atendido pela ATRAS são pessoas trans e travestis e profissionais do sexo, notadamente travestis que trabalham com a prostituição. Grande parte desse público é constituído por pessoas negras e de camadas populares. A faixa etária é heterogênea, pela qual vemos pessoas mais jovens e mais velhas sendo auxiliadas pela organização. O atendimento direciona-se ao público da região soteropolitana, com atendimento

¹² A ativista ocupou a função de técnica na SPM em 2015, no primeiro mandato do governo de Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT). A secretária da SPM nesse momento era Olivia Santana, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

mais localizado nas regiões do centro da cidade – como nos bairros do Comércio, Centro Histórico (Pelourinho, Praça da Sé, Terreiro de Jesus, Largo do São Francisco e Santo Antônio Além do Carmo), Barroquinha e Campo Grande – que estão próximas da sede da Associação. Nesse ponto, ganham-se relevo as categorias raça e classe, posto que o público que chega a ATRAS está inserido nas relações de poder constituídas e constitutivas desses marcadores, refletindo a realidade sociodemográfica e econômica da população brasileira e soteropolitana. O público-alvo da Associação tem um perfil muito específico, ainda que se pensasse num atendimento genérico, a inserção geográfica e a constituição do corpo operacional de ambas as instituições (GGB e ATRAS), pessoas LGBTQ de camadas populares e negras, e as conexões mobilizadas por esses/as sujeitos/as modelam o perfil do seu público.

Acossando a promoção da cidadania como um dos objetivos do engajamento político da instituição, a presença e a estimulação política via *advocacy* e manifestações públicas são também estratégias e espaços de atuação pelos quais se exigem direitos. O trabalho preventivo e assistencialista *per se* não promovem e não bastam para promover mudanças substanciais no status da coletividade. A cobrança sobre o Estado exige o reconhecimento dessa população e o acolhimento de suas demandas para que constituam agendas de governos e materializem-se em políticas públicas de alto impacto sobre a vida desse grupo.

A ATRAS ainda não possui sede própria. Diante disso, o mesmo lugar em que o GGB desenvolve suas atividades serve como espaço sede para a associação das travestis, um casarão¹³ histórico de fachada vermelha, portas e janelas marrons, localizado ao longo da Ladeira de São Miguel, no Pelourinho, e dividido em três níveis – subsolo, térreo e primeiro andar –, sendo bem extensa sua área de construção. Desde sua criação até o presente momento,

¹³ O prédio tem rede de internet particular. Acredito que há três banheiros em todo o espaço – um a cada nível. Ao subsolo somos levados por uma escada que fica logo em frente à porta de entrada do térreo. Há uma pequena grade que assinala que o espaço abaixo não está aberto para livre fluxo, só para o pessoal autorizado. No subsolo há uma sala cuja posição à direita cria um ângulo reto entre dois corredores. Esses corredores dispõem de alguns eletrodomésticos: há uma geladeira, um fogão, uma mesa e alguns outros objetos dispersos. Ali mesmo no subsolo existe uma porta que dá passagem para uma varanda enorme, na qual antes havia performances e exibição de filmes. No momento do trabalho de campo, a área esteve ocupada por Lua – cadela pitbull do então presidente Marcelo Cerqueira. No primeiro andar, há duas salas. Na sala de entrada, que serve como recepção aos visitantes, há um pequeno balcão expositivo com alguns livros e outros objetos, como DVDs, à venda, assim como peças unicamente para apreciação visual. Muitos quadros voltados para prevenção do HIV, incentivando de variadas formas o uso de camisinha e outras formas de sexo seguro, estatuetas de santos e um painel de vidro embutido na parede com cards homoeróticos e demais artigos compõem a decoração da sala de entrada do GGB. A sala após a recepção, embora seja uma, se divide em duas por um biombo – atrás desse biombo que não guarda privacidade alguma, são realizados os atendimentos psicológicos. Há alguns bancos coloridos acolchoados, uma mesa e algumas cadeiras logo após a sala da recepção. Um quadro enorme e colorido, no qual estão pintados alguns homens nus rodeados de termos como “viado”, “boiola”, “bicha”, também complementa a decoração do espaço. No primeiro andar fica o acervo do grupo, com materiais como livros, fitas cassetes, registros de jornais datando fatos importantes etc. O andar não toma a mesma extensão dos dois outros, este é reduzido quase à metade. Há mais ou menos 05 mesas, dois armários e dois computadores, além das várias caixas de documentos e um verdadeiro acervo de vídeos pornôns em VHS.

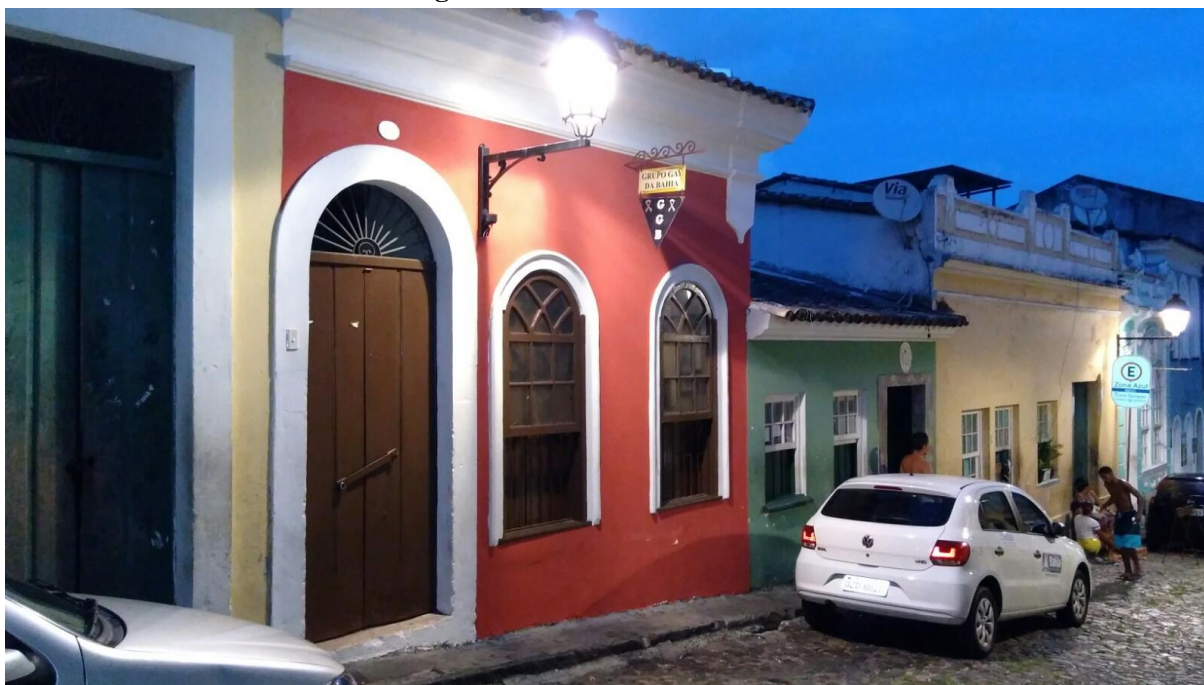
a ATRAS mantém uma relação íntima com o GGB¹⁴, contando com quadros do grupo guei no seu processo de fundação. Esse vínculo se mantém ainda hoje, uma articulação/trabalho conjunto que embaça as fronteiras das organizações – onde uma termina e a outra começa. O GGB – fundado em 1983 pelo antropólogo Luiz Mott e considerado o mais antigo grupo de discussão, visibilização e politização de identidades não heterossexuais do Brasil ainda em funcionamento –, figura como organização guarda-chuva que agrupa outros coletivos (TAQUES, 2007), “que oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares, especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e aids entre a comunidade e a população geral” (GGB, [20--]).

Sobre sua organização, a ATRAS não aparenta ter um quadro fixo organizacional. Millena Passos e Carle Porcino, atualmente, são as únicas a assumir alguma posição específica na Associação. Não havendo nenhuma outra posição como de vice-presidenta ou secretária. As funções administrativas parecem concentrarem-se na figura de Millena Passos, e o trabalho de secretariado acaba sendo realizado indiretamente pelo quadro de funcionários do GGB, que podem prestar informações ou guardar recados de quem se dirigir ao GGB em busca de Millena. O GGB, por sua vez, além de Marcelo Cerqueira na presidência, quem pouco frequenta o espaço, durante o campo não tive a oportunidade de vê-lo, tem dois outros membros/colaboradores, Cristiano e Denis, responsáveis pelo funcionamento e cuidado do espaço. Eles, assim como Carle e Millena, desenvolvem um trabalho totalmente voluntário, seja Denis e Cristiano cuidando do espaço do GGB, seja Carle emitindo laudos e fazendo atendimentos psicológicos, seja Millena na presidência da instituição. A ATRAS não dispõe de um fundo de recursos para seu funcionamento e organização de suas atividades. Tudo acaba sendo feito com a ajuda de seus/as membros/as. Salvo em casos nos quais a instituição se

¹⁴ “O Grupo Gay da Bahia foi fundado em 1980, mas só se registrou como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988, foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e, desde 1995, faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupa, desde 1995, a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT e, desde 1998, a Secretaria de Saúde da mesma. (GGB). A organização tem como objetivos: (1) defender os interesses da comunidade homossexual da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia (ódio aos homossexuais), lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais; (2) Divulgar informações corretas sobre a orientação homossexual, desconstruindo o complô do silêncio contra o “amor que não ousava dizer o nome” e construir um discurso científico e correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena de gays, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil; (3)trabalhar na prevenção do HIV e Aids junto à nossa comunidade e outros grupos vulneráveis à epidemia; e (4) conscientizar o maior número de homossexuais da necessidade urgente de lutar por seus plenos direitos de cidadania, fazendo cumprir a Constituição Federal que garante tratamento igualitário a todos os brasileiros. Por esta razão o GGB é carinhosamente chamado de Sindicato dos Gays ou “Orgulho da Bahia” como diz Caetano Veloso.” (GGB, [20--])

beneficia de algum edital estatal ou municipal para desenvolvimento de ações com foco na população LGBTQ.

Figura 1 – Sede do GGB/ATRAS



Fonte: Ficheiro (2017).

2.4 QUAL O LUGAR DO CONFLITO NAS RELAÇÕES SOCIAIS?

O conflito estrutura as relações sociais e são estruturantes do processo político democrático, não se pode admitir qualquer que seja ele sem diálogo, tensões decorrentes dos múltiplos e, às vezes, contrapostos pontos de vista. Assim, regimes e, *ipso facto*¹⁵, quaisquer ações, proposições e/ou formações que se orientem ideologicamente por esse modelo de organização vai ter uma tendência a se constituir pelo conflito, que se expressará em maior ou menor intensidade a depender do contexto e das condições dos objetos-participantes do fato conflituoso. A vida em sociedade democrática pressupõe escolha entre projetos mediante o confronto de ideias (MOUFFE, 2003, 2005, 2010). Da mesma forma, disputas inter/intragrupais de setores institucionais do Estado ou movimentos da sociedade civil serão espaços de conflito privilegiados.

O que delinheo aqui concerne ao caráter inextricável e inerente do conflito à ação política, porquanto não há possibilidade de representação unívoca do todo (MOUFFE, 2003, 2005,

¹⁵ Significado: “por isso mesmo” ou “por via de consequência”.

2010). Advogo a sua relevância na definição dos campos de luta política, na elaboração de pautas, de alianças e/ou de rivalidades, sobre estas últimas, há ao menos duas maneiras de tratarmos-las: dentro do paradigma do inimigo ou do adversário. Seguindo a teoria do “pluralismo agonístico” (MOUFFE, 2003, 2005, 2010), compreendo o conflito no jogo político, ou melhor, sua centralidade, correspondendo a observância das paixões e afetos no campo da política, onde as escolhas não são tão somente feitas segundo o critério de racionalidade (MOUFFE, 2003, 2005, 2010). Nessa abordagem, não se trata de ver nossos/as opositores/as como inimigos/as que devemos eliminar, destruir, mas alguém cujas ideias devemos confrontar defendendo o seu direito de defendê-las. Nesse sentido, a distinção entre inimigo/a e adversário/a associa-se a outra distinção de ordem política: “o antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto o agonismo representa a luta entre adversários” (MOUFFE, 2005, p. 21).

Nessa teoria, o poder e o antagonismo são centrais. Além de reconhecer o papel dos jogos de linguagem, pretende-se superar a ideia de consenso sem exclusão. O conflito e o antagonismo são inextinguíveis e a constituição de um consenso implica a criação de uma “hegemonia provisória”¹⁶ (MOUFFE, 2005, p. 21) que acarreta a exclusão de outras perspectivas. Ao passo que a “democracia deliberativa” dissimula o caráter intrínseco do poder na constituição das identidades e na própria elaboração da “objetividade social”, o “pluralismo agonístico” revela essas relações de poder sobre os/as sujeitos/as (MOUFFE, 2003). Defender um modelo democrático agonista oportuniza o dissenso e recusa a eliminação do conflito, vendo-o como fundamento primordial do político.

A defesa do consenso acrítico promove a imposição de uma ordem autoritária, porque não aceita que ele se consolida por exclusões e parte do princípio ético-moral de inadmissibilidade do conflito. Se a política no seu desenrolar ordena seus atores e atrizes em “nós” contra “eles/as”, o convencimento, nessa teoria, abre espaço para a conversão ao operar mudanças identitárias (MOUFFE, 2003, 2005). O lugar de adversário/a muda, o “nós” se

¹⁶ De modo a situar a ideia de “hegemonia provisória” (MOUFFE, 2005, p. 21), Chantal Mouffe (2010, p. 10, tradução nossa) explica que “para entender o político como uma possibilidade sempre presente de antagonismo, é necessário reconhecer a ausência de um fundamento último e a indecidibilidade que permeia toda ordem. É isso que postulamos com a categoria de hegemonia: toda sociedade é produto de práticas que visam instituir uma ordem em um contexto de contingência. Toda ordem social é, portanto, de natureza hegemônica e de origem política. O social é, portanto, composto de práticas hegemônicas sedimentadas, ou seja, práticas que obscurecem os atos originários de sua instituição política contingente e que parecem ter procedido de uma ordem natural. Essa perspectiva revela que toda ordem resulta da articulação temporária e precária de práticas contingentes. As coisas sempre poderiam ter sido diferentes e toda ordem é estabelecida pela exclusão de outras possibilidades. É sempre a expressão de uma estrutura particular de relações de poder, daí seu caráter político. Qualquer ordem social que, em um dado momento, seja percebida como “natural”, bem como o “senso comum” que a acompanha, é de fato o resultado de práticas hegemônicas sedimentadas e nunca é a manifestação de uma objetividade que seria externo às práticas através das quais foi estabelecido.”

converte em “eles/as”, não ocupa mais uma posição antagônica ao assumir a posição do/a outro/a sem ter seu ponto de vista deslegitimado ou excluído, mas convertido. No entanto, há autores que se contrapõem a esse modelo teórico por se distanciar do ângulo dos/as dominados/as, resultando em uma abordagem inofensiva, pouco política e reflexiva.

Liberdade e igualdade são valores em disputa e o recurso a eles não transcende o antagonismo, apenas o ressitua. Da posição dos dominados, o conteúdo da democracia é a busca da superação da dominação – o que não é uma expressão abstrata, nem uma fórmula de uso geral, pois a dominação assume formas concretas e variáveis nas diferentes sociedades humanas. (MIGUEL, 2014, p. 40).

Essa teoria não consideraria a dominação como categoria imprescindível em suas análises das relações de poder, da política e do político, enfocando a diferença como conceito primordial de sua analítica (MIGUEL, 2014). Encontrando na dominação corrente que incide sobre as relações políticas e sociais seu objeto legitimador, o antagonismo aparece como ponto positivo que impescinde de contenção, manifestando-se como “resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade.” (MIGUEL, 2014, p. 33). A oposição ao agonismo se coloca por ele partir do pressuposto de eliminação da violência pelo controle do antagonismo político, mas ela persiste nas relações sociais¹⁷. A “hegemonia provisória” (MOUFFE, 2005, p. 21) decorrente de um consenso momentâneo “[...] não implica equilíbrio na capacidade de influência, nem na ausência de relações de dominação.” (MIGUEL, 2014, p. 36). Contudo, quando os próprios princípios da democracia pluralista estiverem em suspensão por aqueles/as que confrontamos, não se constituirá um espaço agonístico e a categoria “inimigo/a” não desaparecerá (MOUFFE, 2010):

é necessário colocar a questão dos limites desse respeito agonístico. Todos os antagonismos podem ser transformados em agonismo? Em outras palavras, todas as posições devem ser consideradas legítimas e devem ter um lugar no espaço público agonístico?¹⁸ (MOUFFE, 2010, p. 24, tradução nossa).

¹⁷ Como aponta Luís Felipe Miguel (2014, p. 36), “[...] ao lado da violência episódica e visível, que assume a forma do protesto ilegal ou mesmo da criminalidade, há uma violência estrutural que recai diariamente sobre as pessoas que vivem sob a dominação. E não é por carregar o adjetivo “estrutural” que ela é menos real ou mesmo menos física (ou material). A reprodução da ordem, que significa a perpetuação dos padrões de exploração, marginalização e distribuição desigual dos “benefícios da cooperação social”, exige um trabalho de violência permanente – e de negação de direitos individuais, uma negação tão completa que não aparece como tal.”

¹⁸ “[...] é necessário questionar os limites desse respeito agonístico. Todos os antagonismos podem se transformar em agonismo? Em outras palavras, todas as posições devem ser consideradas legítimas e devem ter um lugar dentro do espaço público agonístico?” (MOUFFE, 2010, p. 24, tradução nossa).

Diante disso, tomando por base a discussão acima sobre democracia, relações de poder, processos políticos e conflito, neste capítulo, apresentarei algumas situações de tensão que foram observadas durante o campo em Montreal e Salvador. Acredito que o dissenso seja salutar às pretensões democráticas e às organizações políticas por direitos de grupos subalternizados – neste caso, LGBTQ. Tomo emprestado as contribuições sobre a natureza inerradicável do antagonismo e a contribuição do dissenso na construção de processos democráticos mais transparentes (MOUFFE, 2003, 2005), mas acredito que em algumas situações marcadas por relações de poder desiguais – dominação–, o antagonismo patente engendrado por grupos dominados são “[...] estratégias disruptivas[...].” (MIGUEL, 2014, p. 35).

2.5 DA DISPUTA POR RECURSOS À FOFOCA NA MILITÂNCIA LGBT: ANTAGONISMOS, INVISIBILIDADE E EMPREENDEDORISMO

Tendo visto as nuances que constituem as discussões em torno do que conhecemos por *lugar de fala*, outras dinâmicas conflituosas no interior dos movimentos LGBTQ estudados aparecem como notáveis de análise, sobretudo quando vislumbradas relações de visibilidade/invisibilidade, de sensibilidade para novas agendas e sujeitos/as políticos/as e de sobrevivência política permeadas pelos marcadores raça, geração, gênero e classe, como veremos mais adiante tomando como base o caso do movimento LGBTQ de Salvador.

No Brasil, as divergências também ganham contornos geracionais. Ativistas trans e LGBTQ de gerações passadas têm um modo particular de pensar e agir politicamente. Orientadas por uma densa política de identidade das décadas de 1960 a 1980, reproduzem ainda “o tom precípua da política LGBT de normalização e reivindicação de direitos a partir do paradigma da igualdade.” O foco estava na busca de inclusão via aproximação das normas de gênero e sexualidades (TORRES; FERNANDES, 2017, p. 44). Nas duas últimas décadas, entretanto, o movimento sofreu clivagens que reclamavam interesses coletivos de diferentes grupos, sobretudo de travestis e mulheres e homens trans, LGBT negras e deficientes *etc.* Acompanhamos uma mudança político-epistemológica, da política da igualdade para política da diferença, sobretudo influenciada por movimentos e estudos de viés pós-estruturalista, dentre os quais destacamos os estudos e movimentos *queer* (MARIANO, 2005; BUTLER, 1998).

Desse modo, algumas discussões que se seguem estão estruturalmente relacionadas a essas transformações e diferenças de ideologias políticas que se confrontam geracionalmente, seja em termos históricos ou etários, visto que “diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico” (WELLER, 2005, p. 209). A categoria geração *per se*¹⁹ não explica a realidade de um/a sujeito/a plenamente, posto que este/a é múltiplo/a e contraditório/a, e em frente a uma realidade complexa, as ferramentas de análises também o devem ser. Nesse sentido, viver num mesmo tempo histórico, ser coetâneo de outros/as, não implica em contemporaneidade, ou seja, a experimentação da realidade de forma análoga. Os/as sujeitos/as são interpelados/as por outras dimensões da existência, que definirão a forma como cada um/a experimentará o seu agora (WELLER, 2005).

No movimento LGBT soteropolitano, não somente nas reuniões institucionais se discute política, se constroem alianças, como, também, nos encontros informais, nas conversas de bastidores entre integrantes de um mesmo ou outro grupo. A fofoca é comumente “concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos” (FONSECA, 2004, p. 23), aparece também como um catalisador social, um fenômeno aglutinador, espaço de troca e confiança. É inerente aos contextos de rivalidade e entre iguais se apresenta ora como um objeto de proteção, ora como de ataque. São nos seus domínios que podemos melhor entender as relações que se sucedem nos movimentos, as disputas. Aqui os atores e atrizes se despem em parte de qualquer politicamente correto para se manifestarem, muitas vezes, como não o fariam em discussões abertas, institucionais (FONSECA, 2004). Através dela, acessamos os conflitos que, muitas vezes, estão escamoteados pela política de boa vizinhança que se apresenta na arena pública.

Cena 1. Quarta-feira, 19 de dezembro de 2018, chego pouco antes das 15h ao campo. Estou numa importante instituição em defesa dos direitos LGBT. Encontro, na recepção, Bruno – homem branco guei – e uma mulher transexual negra que nunca tinha visto na vida, mas pouco depois, tendo perguntado seu nome, fico sabendo que se trata de Amanda. Antes de minha chegada, eles já conversavam, e assim continuaram. Bruno diz ter feito a unha para sua cerimônia de Candomblé²⁰ (assentamento do *Òrìṣà*), que será na semana seguinte. Segundo ele,

¹⁹ Significado: “isoladamente”.

²⁰ Amanda e Bruno são candomblecistas, ambos rodante. Discutimos sobre os terreiros de candomblé e preconceito. Nessa conversa, surgem algumas declarações: Amanda diz que grande parte das *iyálòrìṣà* são lésbicas, mas não assumem. Muitas delas são, ainda, transfóbicas. Teodora, outra frequentadora da ATRAS, que estava presente nesse momento, relata ter entrado em discussão com uma *iyálòrìṣà* que afirmou que mulheres são apenas as que têm útero. As comunidades-terreiro de candomblé não estão imunes às relações de poder

não quer chegar em péssima aparência. Fico sentado ao lado dos dois. Estamos na sala de entrada, que serve como recepção aos visitantes, sentados num longo assento com superfície em madeira. Amanda está ao meu lado e Bruno de pé em frente a nós, atrás de um pequeno balcão expositivo com alguns livros e outros objetos à venda, como DVDs, além de peças unicamente para apreciação visual.

Começamos a conversar. Nosso papo segue um fluxo bem irregular, um tema vai levando a outro até que falamos sobre transmasculinidades. A conversa se marcou por muitas falas complicadas, beirando misoginia e, mesmo, transfobia em alguns momentos. Embora uma situação de falas tensas, o riso estava presente. O tom dos comentários não beirava ódio. Por vezes, repulsa, escárnio. Bruno declara que odeia homens trans e que nunca deixará eles subirem no movimento LGBT, afirma que eles têm bucetas, por isso têm de roçar, que não são homens, apenas têm a aparência de homem. O biologicismo e a noção de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2003) aparecem fortemente – esta última com uma leve alteração, porquanto embora negue a identidade masculina aos homens trans, ao relacionar a buceta naquele corpo com o roçar, desloca esse regime de inteligibilidade da sua premissa heterossexual. Eles são vistos, na maioria das vezes, como mulheres lésbicas masculinizadas, logo a relação do genital com a prática do tribadismo. Negar espaço, acentuar a visibilidade com a exclusão dos homens trans do movimento LGBT reflete mais que apenas disputas dentro dos movimentos sociais. Diz da organização cisnormativa da sociedade. Há uma confluência de fatores nessa situação que poderiam parecer antagônicos – misoginia e transfobia contra homens trans.

Amanda menciona que foi acusada de transfobia por um homem trans ao ter dito que não sentia atração por transmasculinos. Assevera que eles têm problema em falar do sexo e querem passar despercebidos como transgêneros. Consideramos a fala pouco contextual. Até onde chegam nossas observações, muitos estão bem resolvidos com seus genitais, nomeando-os, inclusive, de formas alternativas, em engenhosos jogos de linguagem, como “piroceta” (MONTEIRO, 2018). No que concerne ao *passar despercebidos*, eles adquirem uma passabilidade maior apenas com o uso da testosterona que mulheres trans e travestis

assimétricas, materializando LGBTfobia, mais especificamente transfobia. Há algumas discussões em torno do tema, contestando a máxima de que o candomblé seria uma religião que abarque a todos/as sem preconceito ou distinção. A tradição do candomblé não se limita a liturgia, mas de maneira análoga abarca os paradigmas de gênero e sexualidade. O caso de Mãe Stella de Oxóssi, que, à época, gerou discussões entre candomblecistas e não candomblecistas, surge meio a conversa. Teodora e Amanda acreditavam que o que estava acontecendo tratava-se de disputa de poder e financeira, assim como preconceito. Amanda afirma veementemente que os filhos de Mãe Stella são preconceituosos. Segundo Teodora, os parentes de Stella estariam pressionando-a demais. A lesbianidade de Stella não é nenhuma surpresa para Bruno, ele pontua que Luiz Mott – fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) – já fala há muito tempo sobre o assunto. Para mais informações sobre o caso de Mãe Stella de Oxóssi, cf. LORENZO, 2017 e MOTT, 2018.

(ALMEIDA, 2010). Contrapondo-se ao comentário, um homem trans que participava de uma mesa no Dia da Visibilidade Trans, da qual tratarei mais adiante, ao fazer menção à passabilidade, assera: *eu não nego ser trans, eu não quero negar*.

A maior passabilidade da qual se servem, atua ao mesmo tempo para invisibilizá-los, como para poupá-los de constrangimentos em razão do não reconhecimento de suas identidades (ALMEIDA, 2010). Não se trata aqui de um jogo fácil, mas de uma complexa relação entre segurança e visibilidade. Apesar disso, não podemos dizer que este esquema segue a mesma regra para todos os homens trans, principalmente quando muitos questionam essa suposta passabilidade desde relatos próprios ou de casos de violências físicas e verbais provocadas pelo reconhecimento da condição trans. Na exposição de Amanda, subentende-se que o fato de eles se sentirem homens independentemente do genital soava como um problema para ela.

Nesse mesmo diálogo, falou-se do machismo de alguns homens trans, tema de amiado debate que perpassa os movimentos de pessoas trans, como também o feminista. Em alguns casos, a reprodução do machismo por eles aparece como algo que ganha tom de reprovação maior pela compreensão daqueles corpos terem passado, ainda que pontualmente, a depender da pessoa, pela experiência do feminino cisgênero. Como corpos que já foram lidos socialmente como femininos, e, por isso, vivido o sexismo e o machismo, seria totalmente incoerente a reprodução de matrizes de opressão da qual um dia foram objetos – se é que o deixaram de ser.

Almeida (2010, p. 516) traz argumentos que explicam essa reprodução entendendo que a identidade dos homens trans “[...] vem se construindo [...] na suposição de uma completa adesão aos signos corporais e aos comportamentos sociais que constituem as masculinidades, principalmente em seu ‘modelo convencional’”. Outros autores, a seu turno, asseram que embora exista uma pluralidade de masculinidades trans, nem todas se conformam ou buscam o parâmetro hegemônico na sua constituição identitária, pois percebem que suas masculinidades ocupam um lugar periférico não negociável (TORRES, FERNANDES, 2018, p. 1687).

Dentre as disputas internas no movimento trans, nota-se através do campo aquela ainda relacionada às categorias descritivas dessa população, à identidade política. Impasse que ocorre há, no mínimo, três décadas nesse ativismo (CARVALHO, 2011, 2018). Nas décadas de 1990 e 2000, auge desse imbróglio, discutia-se as categorias *travesti*, *transsexual* e *trans*, tendo as duas últimas surgido no discurso militante por, ao menos, 03 motivos: 1) a criação do Movimento Transexual de Campinas (MTC); 2) a influência do ativismo internacional que elegia as categorias *trans* e *transsexual* como genéricas e 3) “uma popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de ‘mudança de sexo’ nos serviços públicos de saúde” (CARVALHO, 2018, n. p.). Essa disputa categorial fitava também a

substituição do termo travesti, considerado negativo, estigmatizante, por suas recorrentes associações à prostituição e violência.

Naquele momento, uma das críticas ao termo transgênero vinculava-se à ideia de que a palavra não apresentava concretude o suficiente, seria demasiada abstrata. Outra fazia referência a uma discordância político-ontológica, posto que para algumas pessoas do movimento, essa palavra indicaria uma transição inacabada, um identidade-devir, e não uma identidade-fim (CARVALHO, 2011). Consoante a este posicionamento, Amanda afirma não gostar do termo trans por ter sido banalizado. Segundo ela: *tudo é trans*. Ela prefere, ao contrário, as categorias *transexual* ou *travesti*. Todavia sua utilização parece denotar um distanciamento da acepção patológica, e uma incorporação “como descritor[a] de vivências singulares” (ALMEIDA, 2010, p. 517). Atualmente, algumas ativistas reconhecem na categoria *transexual* uma nomenclatura nosológica que reflete uma colonização dos corpos, optando pela corruptela do termo transgênero: *trans*.

Tanto nos comentários de Bruno quanto de Amanda sobre as categorias identitárias, notamos como os traços geracionais e de classe se misturam na produção de discursos e nos modos de fazer política dessas duas interlocutoras. Geracional, por estarem entre seus 40-50 anos de idade. De classe, por serem ambas de grupos populares. Mas, sobretudo, históricos, pois trata-se de personagens que atuam há décadas no movimento LGBT brasileiro, especialmente no baiano/soteropolitano. Os posicionamentos aqui não se devem às suas idades cronológicas, como se houvesse uma correlação entre velhice e conservadorismo ou juventude e progressivismo. As cenas reiteram argumentos que indicam inflexões no gerenciamento dos significados de disposições identitárias segundo as marcas sociais de classe e geração. Se outrora um lugar privilegiado dessas dimensões defendia a fixidez e uma política de identidade mais rígida; agora, esse esquema se altera, sendo figurado por personagens em posições opostas (CARVALHO, 2018).

Cena 2. Terça-feira, 9 de outubro de 2018, após algum tempo de distância do campo, retorno às atividades. Desde o início do semestre, uma sucessão de fatos não possibilitou meu retorno ao organismo conforme planejado. Habitualmente, estou a conversar ou a presenciar conversas entre os frequentadores do espaço. Desta vez, não foi diferente. Bruno, Carolina – uma mulher trans negra – e eu estamos sentados na área em que ocorre o atendimento psicológico. Carolina comenta com Bruno que Amanda tem intenção de restaurar encontros de uma outra organização que aconteciam naquele espaço nas quintas-feiras e indaga se haverá algum problema com o atual presidente do GGB, Marcelo Cerqueira, quanto a utilização da

sede. Bruno responde que de forma alguma, mesmo porque ele não cuida do espaço. Essa observação abre caminho para um desabafo no qual Bruno coloca os processos de invisibilização que ocorre dentro de organizações LGBT, pois, conforme ele, fazendo bem ou mal, os/as funcionários/as, a base desses espaços, não levarão qualquer crédito, mas sim aqueles/as que são o “rosto” da instituição, seus/suas dirigentes.

Bruno denuncia a invisibilidade de seu trabalho com esse comentário e corrobora nosso ponto de vista de que o *corpus* operacional das organizações LGBT, sobretudo em Salvador, subsumido nas representações genéricas, são de camadas populares, como no caso dessa na qual atuei durante a pesquisa. Ainda que se tratasse de um organismo LGBT, havia um maior trânsito da população trans e travesti naquele espaço que qualquer outra. Muito disso se deve, sim, ao serviço em psicologia disponibilizado. Mas, no geral, do corpo operacional aos frequentadores, as pessoas eram em sua maioria negras e proveniente da classe popular. Essa realidade pode ser observada em grupos com maior inserção popular, que se denotam por suas ações com o público local, e que, por algumas vezes, acabam tendo despertado em si o interesse de conhecer melhor a organização, vinculando-se posteriormente ou adquirindo certa regularidade de frequência, como o caso de Bruno. Ainda que seja uma situação tão somente, essa cena permite-me levantar esses questionamentos e adensá-los com observações do meu entorno, tomando como exemplo outras instituições LGBT que, diferentes do exemplo que trago, têm toda a sua força de trabalho na figura de pessoas negras e pobres que participam do ativismo. Elas constroem suas lutas a partir de seus lugares de vulnerabilidade, mas, no entanto, quase nunca estão nos palcos da visibilidade institucional/estatal, nem sempre são presenças nos diálogos com o Estado, tampouco gozam de privilégio na cena *mainstream*.

Diante disso, percebe-se que os movimentos sociais são heterogêneos e apresentam disputas internas na definição de pautas e estratégias de atuação política, assim como desentendimentos pessoais e até mesmo casos de invisibilidade do protagonismo político.

Cena 3. Terça-feira, 29 de janeiro de 2018, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, realizou-se audiência na sede do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba), na qual foi entregue o dossiê sobre assassinato de mulheres trans e travestis na Bahia, produzido pela ATRAS em parceria com o GGB. Com o apoio e presença de representantes de 30 organizações sociais, o evento foi presidido por duas promotoras, para as quais o dossiê foi entregue. Com grande participação de pessoas trans e cisgêneras, o evento, que começou com atraso de 1 h, terminou pouco antes das 18 h, tendo sido um espaço de denúncia, mas também de sugestões de ações e articulação política.

Três dias antes da audiência, acessei uma discussão, no *Facebook*, entre algumas ativistas trans e travestis – a organizadora, Mônica, e duas representantes trans negras, Carla e Teodora – sobre a participação das duas últimas, no evento, representando o grupo do qual fazem parte, outro que não aquele que organizou a reunião, que aparentemente não havia sido requisitado:

Hoo amiga, o Fórum Estadual de Políticas para Travestis e Pessoas Trans da Bahia não foi convidado. Qualquer dúvida: é só procurar a nossa logomarca no cartaz. (Carla, comentário no Facebook, em 26 de janeiro de 2018).

Sim, claro, por Teodora. Deve está tendo um erro de comunicação. A mesma está fazendo o evento em Lauro de Freitas que reafirmou a presença deste fórum, Carla. Um abraço. (Mônica, resposta no Facebook, em 27 de janeiro de 2018, curtida por Carla).

A marca do fórum não estava pronta na época que foi solicitado... Lembrando que somos mais que tudo isso... Vamos viabilizar nossas políticas meninas, juntas somos mais fortes. (Teodora, resposta no Facebook, em 27 de janeiro de 2018, curtida por uma das promotoras).

Eu junto [com] algumas pessoas trans e travestis fiz este evento enquanto uma ativista política e uma mulher que sabe a dor de ver vários LGBT morrer[em] meu colo, e que de fato fez a comunicação com diversos grupos LGBT, inclusive muito admira o fórum estar se negando a ir uma vez que o mesmo trata de políticas trans? Logo o que você demonstra que pessoas têm suas vaidades pessoais não sabendo diferenciar do lado profissional, por isso que de algum modo não avançamos. (Mônica, resposta no Facebook, em 27 de janeiro de 2018).

Carla nega sua participação afirmando que não tinha sido convidada, o que seria comprovado pela ausência, no cartaz do evento que foi publicado, da logomarca da entidade a qual está filiada. Teodora aparece com uma posição mais conciliatória, explicando o que havia acontecido e dando a entender que aquele debate não era relevante. O comentário de Teodora foi um disparador para Mônica finalizar com um texto, endereçado à Carla, criticando o que ela considera *vaidade* e não profissionalismo de militantes que se deixam influenciar por frivolidades que enfraquecem a luta coletiva e dificultam a criação de pontes e alianças entre diferentes grupos no interior do movimento. Essa rusga também mostra a pertinência da visibilidade para as organizações. No que pode parecer uma simples logo, há um peso simbólico, um indicativo de integração e reconhecimento. A logo, marcando a presença daquele grupo na construção da audiência, indica igualmente força e poder político para ali estar numa relação direta com representantes do poder público.

Chegado o dia da audiência, durante o seu desenrolar, um fato levanta acalorada discussão: a atendente do MP ter impresso, no adesivo de identificação, os nomes civis das travestis, mulheres e homens trans convidados para o evento. Essa situação cria um desconforto e revolta entre as pessoas presentes. No correr do diálogo, Carla tenta comentar o fato e acaba repreendida por sua amiga que também estava à mesa: “você vai sair? Não? Então sente.” Aproximadamente cinco minutos depois, seu celular toca, ela se retira da mesa para atender a chamada ao lado da porta de entrada/saída, no interior da sala. Fala em tom de voz audível por todos/as os/as presentes. Caminho em sua direção e peço que fale um tom mais baixo para não atrapalhar a audiência, ela me responde com uma careta, algo do tipo “tô nem aí nem chegando”. Fica por quase meia hora – ou mais – conversando, e, quando volta ao seu lugar, diz: “tive que sair para uma entrevista por telefone”.

Pareceu-me que a representante se incomodou com a repreensão. Como revide, ela se fez ausente durante a discussão, como se dissesse: “não pude falar mais cedo, então discutam sem mim”. Não entrarei no mérito de contestar ou não a veracidade da ligação. Mas sua desenvoltura durante a entrevista, o tom da sua voz, disputando com a mesa principal, pareceu passar a mensagem de que “se não querem me ouvir, tem quem queira”. Se sua opinião não é valorizada naquele espaço, há quem a valoriza mesmo distante. Ao dar aquela entrevista ao telefone ali, ela não só disputava atenção, mas se promovia enquanto militante, se tornava uma “empreendedora de si” (BOURCIER, 2015; ACQUISTAPACE *et al.*, 2015), pela estratégia de produção de reconhecimento e visibilidade que ela colocava em execução naquele momento.

As redes sociais, os *flashes*, são os principais meios para esse fim. Há um forte apelo midiático de Marcela e Carla. Ambas, sobretudo a primeira, exigem de mim fotos e mais fotos, registros de toda a discussão, principalmente de seus momentos de fala. Marcela, por exemplo, quando me pede para tirar fotos na hora das suas colocações, recomenda que não faça cliques que peguem pouca gente, mas selecione ângulos que abarquem os espaços que agreguem mais pessoas. Noutra circunstância, após pegar o celular que ela tinha me passado para fazer alguns registros, reclama de as fotos terem ficado distantes e pede para que eu tire uma foto em frente à mesa enquanto outra pessoa estava falando. Tendo negado o pedido, por receio de comprometer a fala da oradora, ela solicita a outra presente que faça o registro, recebendo uma nova negativa. Na ocasião, Carolina caracterizou o afã de Marcela por fotos como “doença”. A busca por registro aparece como um recurso para a “[...] produção de um CV, de um portfólio, de uma imagem do eu” assim como o/a faz *intelectual de si mesmo* (ACQUISTAPACE *et al.*, 2015, p. 67, tradução nossa).

O ingresso na militância pode se dar por múltiplas razões, mas uma vez que o ativismo se torna um dos meios pelos quais algumas conseguem se sustentar e mesmo acessar cargos públicos, outros interesses entram em jogo no caminhar da militância. Nesse sentido, o prestígio ou ganho financeiro que podem decorrer desse engajamento não necessariamente são fatores que as impulsionam ao campo, mas que se tornam posteriormente alguns dos motivos que as mantêm e as motivam a continuar e a disputar espaços. Tal qual o/a *intelectual de si mesmo/a*, o/a *empreendedor/a de si* ou *militante de si*, trabalha, em muitos momentos, na esperança de quão maior seja sua visibilidade, mais fácil seja de conseguir algum ganho financeiro ou reconhecimento material de sua atuação. Contudo “não é apenas para um cálculo econômico racional que ele/ela ‘investe’ no trabalho livre; em certo ponto, a visibilidade se torna uma remuneração em si mesma” (ACQUISTAPACE *et al.*, 2015, p. 67, tradução nossa).

Muito embora o conceito de *intelectual de si mesmo/a* esteja circunscrito a um contexto de análise das condições do trabalho intelectual (ACQUISTAPACE *et al.*, 2015). Absorvemos da ideia de “militante de si” um conceito que talvez possa dar conta dos investimentos políticos-pessoais de sobrevivência em contexto neoliberal. Não quer dizer tampouco que estas militantes estão na arena política por mero desejo individual de obtenção de lucro com a prática militante. Há uma dimensão de luta coletiva e reconhecimento enquanto grupo vulnerável e investimento na melhoria da qualidade de vida de sua população como um todo, pois que se o/a *intelectual de si* trabalha por amor, entendendo que isso faz parte da expressão verdadeira do seu eu, o/a *militante de si* não vê outro meio pelo qual sua vida e de outrem possa melhorar senão pela organização e ação engajadas.

Voltando para a mesa, Carla não sabe como se desenrolou a discussão, mas pontua que a atendente não deveria ser punida. Conforme ela, voltamo-nos muito para a punição e embora seu nome de registro estivesse na etiqueta, ela se sentiu bem atendida pela funcionária. Essa representante foi uma das poucas, senão a única voz dissonante do paradigma da punição na ocasião do evento. A despeito de não ouvirmos nenhuma reivindicação direta por punição, o tom das demais falas expressava uma cobrança por respostas e ações, sobretudo quando elas comparavam o trabalho do homem que as atendeu acompanhado da mulher, quem as tratou a todo momento no feminino, ressaltando que o problema estava na atendente, que estava responsável pela impressão das fichas. Terminada a mesa, uma das promotoras – uma mulher cis negra – apressa a outra – uma mulher cis branca de meia idade – a sair, dizendo – com expressão de seriedade: “vamos que quero conversar com a bonita lá de baixo”, numa clara referência a atendente que cadastrou erroneamente o nome das meninas.

Nesse caso, esse equívoco da atendente precisa ser institucionalizado, acentuando o lugar das promotoras e do Ministério Público como implicados diretamente naquela cena/ação. Uma vez que funcionária daquele órgão, qual preparação foi-lhe fornecida para atuar no atendimento interpessoal com pessoas trans, travestis e transexuais. Houve alguma formação em gênero ou mesmo Direitos Humanos? Tratava-se ali de uma trabalhadora terceirizada. Aquela mulher havia recebido algum tipo de direcionamento da empresa que a alocava para questões tocantes a interseccionalidade, transgeneridade, raça, sexualidade? Quando tomamos o comentário da promotora para análise, percebemos uma desresponsabilização institucional, quando, na verdade, trata-se de ser totalmente o contrário. Dessa forma, tomar satisfação com a funcionária implicaria numa violência simbólica contra a pessoa, posto que partiria da exigência de algo para o qual ela supostamente não foi preparada.

Avisto, com essa cena, que as injunções ao punitivismo neoliberal têm se tornado, na última década, a tônica dos ativismos LGBTQ. Desde seu acontecimento, o movimento LGBTQ no Brasil e no mundo tem se organizado em torno de uma agenda comum de direitos civis – que vão do casamento à reprodução assistida. Uma agenda que reflete interesses de um grupo muito específico dentro do movimento: de gueis e lésbicas brancos de camadas médias. Essa perspectiva liberal do movimento mantém-se sobre a invisibilidade de demandas de outras personagens que compõem o acrônimo, aquelas que vivem suas identidades intersectadas por vetores de opressão. A principal pauta desse movimento no Brasil era a criminalização da LGBTfobia, algo que sempre foi discutido, desejado e rejeitado por diferentes grupos. O punitivismo como legitimador de um grupo, parâmetro de afirmação de direito, sempre esteve presente no imaginário de alguns ativistas. Outros, no entanto, impunham-se veementemente contra qualquer abordagem ou resolução para a problemática da LGBTfobia por meio de ações jurídicas e investimento no Complexo Industrial Prisional.

Advoga-se antes pensar alternativas *pari passu* ao *advocacy* institucional. Até porque sabemos que uma legislação *per se* não vai transformar a realidade, e nos limitarmos a uma disputa meramente institucional acaba sendo pouco efetiva. Além de pensar que, ademais do gênero ou sexualidade, a raça também é um dispositivo muito acionado, sobretudo quando observamos o perfil racial de quem comete tais crimes e a tendência ao encarceramento de pessoas negras pelo sistema de justiça, que, como aponta Angela Davis, foi criado justamente contra nós: “a punição é uma forma de racialização, generificação e sexualização, uma norma racial, sexual e de gênero, que cria novos padrões de subalternidade para negros, mulheres e LGBT.” (TORRES; FERNANDES, 2018, p. 47). A punição como demanda social no enfrentamento de situações de preconceito/opressão ignora a complexidade dos arranjos postos

pelas matrizes de opressão e exclusão, reproduzindo a partição das discussões de gênero e sexualidade, raça e classe. A insidiosa perspectiva individualista de uma abordagem homonacionalista dos Direitos Humanos produz, no Brasil, um *heteroperigoso* profundamente marcado por impressões raciais e de classe (FERNANDES, TORRES, 2017). Se por um lado, essas categorias são citadas no discurso ativista para visibilização de corpos que são atravessados por essas cristalizações do poder (BACCHETTA, 2009) em simultâneo; por outro, há um limite na articulação dessas coformações (BACCHETTA, 2009), pensadas tão somente nas coproduções (BACCHETTA, 2009) internas aos movimentos LGBTQ e não naquelas atribuídas às vulnerabilidades resultantes de estratégias políticas adotadas que colaboram com o artifício neoliberal de gestão da diversidade (FERNANDES, TORRES, 2017).

Cena 4. Terça-feira, 29 de janeiro de 2018, antes da audiência no Centro Administrativo da Bahia (CAB)²¹, encontro com Sandra – uma mulher trans negra, integrante de uma organização nacional de pessoas trans – na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estou a caminho do Restaurante Universitário de São Lázaro (RU), e ela vai ao RU de Ondina. Pegamos o mesmo BUSUFBA²², e, chegando em São Lázaro, acabo mudando os planos e opto por fazer-lhe companhia e fazer almoço também em Ondina. No caminho, comento sobre o evento e a convido para ir comigo. Não parece estar muito interessada, e nega o convite, afirma ter outras coisas para fazer. E mais, pede para eu nem mencionar tê-la visto.

Nesse encontro, e a partir do contato e discussão com Sandra, alcanço um outro ponto nodal de conflito, aquele do binarismo militância/Academia. Há uma polarização desses dois lugares, valorados de maneiras antagônicas: o primeiro seria, por excelência, o espaço prioritário de ação política; o segundo, um lugar confortável de menor impacto concreto na vida dessa população. No caminho e durante a refeição, Sandra me disse querer se manter longe dos conflitos do movimento trans, que já não tem mais paciência para o ativismo político-institucional. Ela me falava da disputa entre as ativistas trans. Hoje está interessada em focar na sua carreira acadêmica, porque observa que a militância não tem levado as que se debruçam sobre e disputam o poder a lugar nenhum. Preocupa-se com sua condição econômica, objetivando ascender socialmente a partir da educação. Seu projeto de vida, na época, assentava-se na educação superior. Mas isso não implica seu distanciamento da causa trans,

²¹ O CAB é um complexo público no qual está localizada não apenas o MP-Ba, como também as principais instituições públicas do Estado, como a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, a Secretaria de Educação *etc.*

²² Ônibus universitário gratuito que roda entre os *campi*.

mas uma mudança no lugar de atuação: da política dos movimentos sociais para a Academia, na produção de conhecimento que contribua com seu movimento, caminho trilhado por muitas transfeministas.

Ser tratada como *da Academia*, para ela, chega como uma crítica, uma diminuição da importância de sua atuação política. Ela compartilhou conosco algumas tensões entre esses dois campos, do lugar de integrante de uma organização nacional pelos direitos das pessoas trans. Segundo ela, mulheres trans que atuam academicamente são mal vistas: seja por supostamente terem uma melhor condição financeira que as demais e/ou terem uma fala distanciada da realidade da maioria delas; seja por terem começado suas transições antes de se inserirem no espaço acadêmico. *Não passariam de machos vestidos de mulher para falar sobre a população trans*, este seria o comentário recorrente. Ela atenta para existência de nichos no movimento e revela as nuances do político, possibilitando-nos confrontar alguns discursos públicos, questionando sua fidedignidade político-pessoal.

Se tomarmos a noção de “campos discursivos de ação política” (ALVAREZ, 2014) pensada a partir do movimento feminista, poderemos compreender como o movimento LGBT se organiza em diferentes espaços, articulando discursos e tecendo cruzamentos de ideias, pessoas, práticas *etc.*, constituindo-se enquanto uma malha de fios político-comunicativas (ALVAREZ, 2014). Nesse contexto, Sandra se situa nessa composição a partir do seu lugar de mulher trans negra acadêmica. A academia constitui um dos muitos espaços da sociedade civil que os/s sujeitos/as podem se organizar politicamente. O movimento de nossa interlocutora pode ser avaliado como um processo de ampliação lateral do movimento LGBT para “para abarcar diversas instancias organizativas” da sociedade civil (ALVAREZ, 2014, p. 18), o que implica, de um modo ou outro, a descentralização e pluralização do(s) movimento(s).

No que toca a discussão sobre militância acadêmica e universitária, argumentamos que as clivagens de um movimento, propiciando a adoção de novas filosofias políticas, oxigenam-no e trazem visibilidade para novos atores e atrizes. Relativamente ao Movimento LGBT, devemos compreendê-las como um “[...] processo mais amplo de construções de redes específicas de cada categoria identitária [...]” (CARVALHO, 2015, p. 40). No qual se insere a valorização da Academia como espaço de poder carente de representatividade trans, que deve ser disputado, também, para facultar a esse público outros instrumentos de luta. A importância da militância trans universitária está no diálogo que estabeleceram e as críticas que fizeram a pesquisadores/as dos campos das ciências médicas e humanas e suas produções.

Isso explica, em parte, o porquê de “uma nova geração de ativistas mais jovens, que inclui muitos/as universitários/as, passar a recorrer [e a produzir] outra literatura acadêmica como

recurso retórico para a luta social e para as produções de discurso sobre si.” (CARVALHO, 2015, p. 157), sobretudo a partir de literaturas das Ciências Sociais e Humanas que criticam pressupostos modernos sobre identidade, natureza e universalidade *etc.*, críticas que tocam a instabilidade das categorias de gênero.

O nascimento do movimento Homossexual/LGBT acompanha deslocamentos de ordem política e epistemológica de fins das décadas de 1960. Nessa conjuntura, surgem correntes de pensamento como o pós-estruturalismo, que reúne autores que se diferenciam em suas abordagens teóricas das concepções estruturalistas de análise do social, criticando, a seu turno, a ideia fundante do estruturalismo de pré-existência de estruturas mentais que tomam a sociedade como imutável. Nesse sentido, o pós-estruturalismo faz um movimento do centro para a margem, interessando-se pela instabilidade dessas estruturas que não preexistem aos/às sujeitos/as, mas se constituem com eles/as e através de discursos e relações de poder. Desconfia dos limites do estruturalismo, e, ao contrário de pensar as diferenças, interessar-se-á pela norma, posto que esta “implica um desvio na definição da definição da exceção.” (WILLIAMS, 2005, p. 14). Esse deslocamento compreende que o conhecimento sobre algo depende da abordagem dos seus limites, e estes não são definitivamente apreensíveis, mas em movimento, o que exige outras formas de se pensar a margem como “diferença pura” (WILLIAMS, 2005). Isso caminha para o exercício de resistência contra noções de verdades puras e absolutas. Entre alguns nomes célebres pela identificação dos seus pensamentos com a corrente pós-estruturalista, cita-se Michel Foucault, Jean François Lyotard, Jacques Derrida, Deleuze e Guatarri, e Julia Kristeva (WILLIAMS, 2005).

O campo pós-estruturalista vai aparecer *pari passu* a transformações políticas e epistemológicas que marcam o advento da pós-modernidade, um conceito que denomina um período posterior à modernidade e lhe instaura uma série de questionamentos. A modernidade, um corte temporal influenciado pelas ideias iluministas, mas entendida também como estilo de vida e organização social, se estruturava a partir dos valores de igualdade, liberdade, democracia, direitos *etc.* Evocava uma identidade de sujeito universal e um pensamento evolucionista, marcando-se pela crença em grandes narrativas de explicação do social. A pós-modernidade ou pensamento pós-moderno marca uma disjunção com todos esses valores, fragmentando o sujeito, desacreditando-se das metanarrativas, questionando a objetividade científica e o lugar da ciência e da razão na produção de conhecimento. A linguagem, cara aos teóricos pós-estruturalistas, às vezes adjetivados de pós-modernos, ganha centralidade nas análises das relações de poder, perdendo seu caráter inocente (HARVEY, 1989; GIDDENS, 1991; LYOTARD, 1986).

Assim como a pós-modernidade e o pensamento pós-estruturalista influenciaram o movimento feminista, os movimentos LGBT também foram impactados por teorizações de filósofos como Michel Foucault e Derrida. Houve uma transição de um cenário construtivista das relações sociais para um desconstrucionista, que vai tomar a linguagem como instrumento de poder fundamental na produção dos centros e das periferias. Os/as sujeitos/as do feminismo, do marxismo, do movimento LGBT, do movimento negro, serão implodidos/as, de maneira a promover um descortinamento das pluralidade identitária que os/as constitui, assim como os trânsitos. Com o novo cenário, novas abordagens são postas em práticas, novas teorias surgem para complexificar as análises das relações sociais. Deixamos as estruturas, e passamos a entender o poder como disperso. O gênero e a sexualidade aparecem menos como essências e verdades irrefutáveis, e sim como produtos de investimentos discursivos, sempre fluidos.

Esse contexto e transformações, assim como novas epistemologias, são a base para elaboração da Teoria/Estudos *Queer*. Um campo cuja gênese relaciona-se às manifestações por direitos de acesso à saúde pela população LGBT com HIV/Aids nos Estados Unidos. Uma série de ações postas em práticas por coletivos como o ACT UP contra o governo de Ronald Regan marcam o aparecimento da agenda *queer* e seu ativismo. Através de contribuições teóricas de Teresa de Lauretis (2007), Eve Kosofsky Sedgwick (2008), Michael Warner (1999) e Judith Butler (2003), o campo teórico dos estudos *queer* figurou nas universidades norte-americanas.

No Brasil, esse movimento se destaca em sua inserção pelo seu lugar de aparição: as Universidades (PELÚCIO, 2014). Uma origem diferente do seu contexto de nascimento, o que influi nos rumos que a teoria toma em contexto brasileiro e sobre as pessoas que a representam. Guacira Lopes Louro (2001), professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destacou-se como a pessoa responsável por inserir a teoria *queer* no campo acadêmico, inserindo em solo brasileiro essa discussão e terminologia com a qual teve contato no exterior. Assim, o que era um conceito novo e estrangeiro, tornou-se referência epistemológica e política para profissionais de ensino e ativistas do movimento LGBT que passaram a questionar o movimento de seu interior a partir desse novo referencial.

Não obstante tenhamos visto a expressão de pontos de vistas que podemos considerar próximos de uma sensibilidade *queer*, nas décadas de 1980 e 1990 (CARRARA; SIMÕES, 2007), como hoje conhecemos, foi o surgimento dessa insígnia distintiva e pós-estruturalista no início deste século que facilitou a popularização de um termo estrangeiro e criou clivagens teórico-políticas mais intensas. De cunho fortemente pós-identitário, o que não implica num descrédito ou deslegitimação das identidades, mas sua desontologização, pessoas ligadas aos estudos ou teoria *queer* começaram a tecer críticas às estruturas do movimento LGBT e suas

estratégias políticas. Este, por sua vez, passou a ser adjetivado como “identitário/essencialista”, em contraponto aos pressupostos daqueles estudos/teoria que começava a organizar mais fortemente um grupo das pessoas ativistas e/ou acadêmicas que começavam a delinear o que mais tarde viria ser chamado de movimento *queer*, marcando-se por uma profunda dissidência do chamado movimento LGBT *mainstream*.

O movimento de pessoas trans, sobretudo daquelas com inserção nas universidades, com perfil de pesquisadoras, com leituras sobre gênero e sexualidade dentro do campo teórico do pós-estruturalismo, não só confrontaram teorias e agendas do movimento LGBT, como do próprio movimento *queer*. Elas se destacaram deste e assumiram um outro lugar. Tal qual os *queers* não distinguiam “partidários” e “independentes”²³, as pessoas trans citadas não diferenciavam aqueles do movimento LGBT no que concernia à prerrogativa da cisgeneridade, que tanto um como o outro gozava e contribuía para marginalização do debate. Aonde quero chegar? Com a chegada da teoria/estudos *queer*, tanto o campo dos estudos de gênero e sexualidade, como o movimento LGBT, passou por inflexões consideráveis, e o *queer* também não ficou de fora desse processo, sendo em si mesmo um facilitador das clivagens que viria a viver. Nessas mudanças está o resultado da popularização e dilatação da atuação política desse movimento, seguidas de uma transformação etária e de capital cultural marcada, evidentemente, pela maior escolaridade dessas ativistas (CARVALHO, 2015).

²³ Sobre essa distinção, cf. Fernandes (2011).

3 MOVIMENTO LGBTQ EM MONTREAL

No capítulo anterior, apresentei o campo de pesquisa em Salvador e uma introdução histórica do movimento LGBT no Brasil, expondo e analisando as relações de poder e conflito no seu interior. Neste capítulo, realizo uma imersão no campo do movimento LGBTQ de Montreal, desde sua emergência até sua configuração atual, trazendo também uma perspectiva analítica e reflexiva sobre a organização desse movimento hodiernamente. Também mostro como as dimensões específicas que compõem a identidade de sujeitos/as políticos/as LGBTQ são linhas de fuga para a construção de novas proposições políticas e confrontamentos aos processos de apagamento e homogeneização.

3.1 UM PRIMEIRO MOVIMENTO GUEI E LÉSBICO EM MONTREAL

A criminalização da homossexualidade, ou sua descriminalização recente, constitui-se um evento central na história do Canadá e dos movimentos LGBTQ, posto que até hoje ela ainda não foi totalmente suprimida do Código Penal, embora flexibilizada. No Brasil, não temos algo parecido, mas, ainda assim, os efeitos discursivos da criminalização e imoralidade da homossexualidade produzia, e ainda produz, uma atmosfera pouco salutar às pessoas LGBTQ e às suas demandas. Se no Brasil, a descriminalização nunca foi central, posto que ocorrera séculos atrás, o mesmo não pode ser dito em relação aos movimentos da América do Norte, notadamente do Canadá. De 1841, quando o Código Criminal instituiu a pena de morte e prisão perpétua para o crime de sodomia entre homens, tendo se estendido às mulheres em 1953. Essa criminalização perdurou até 1969, quando foi aprovado o projeto de lei proposto por Pierre Elliot Trudeau, no qual despenalizava as pessoas a partir de 21 anos que praticassem a sodomia/homossexualidade consentida em privado. Na verdade, não houve descriminalização, mas a inserção de cláusulas de exceção (KINSMAN, 2019; BAILLARGEON, 2019; LEVY, 2019).

Um ano após, o movimento de defesa dos direitos de gueis e lésbicas no Canadá se inicia na década de 1970, fortemente influenciado pelas reivindicações e movimentações ocorridas no final da década de 1960 nos Estados Unidos. Sua agenda política consistia na politização do desejo, buscando a criação de uma identidade guei, termo que servia para dignar tanto homens quanto mulheres homossexuais. Havia uma inclinação mais revolucionária no sentido de

destruir as estruturas patriarcais e heterossexistas. A política do *coming out*²⁴ foi uma das primeiras estratégias tidas como ação libertária. Havia também uma atenção aos direitos jurídicos. O movimento foi se modificando, e assumiu uma pauta mais voltada para as vitórias sobre o plano dos direitos positivos²⁵, entendendo-os como ganhos políticos, a partir de 1990 (SMITH, 1998).

Enquanto no resto do Canadá vão surgindo grupos de liberação nos centros urbanos, como a revista *The Body Politic*²⁶. Grupos que, inspirados pela agenda dos grupos feministas e pelos direitos civis estadunidenses, se apoiam nas aberturas jurídicas oferecidas pelas legislações. A busca por direitos subentende a criação de uma identidade coletiva, porquanto implica a construção de uma comunidade guei pelas estratégias adotadas para o alcance de seus fins. Montreal, por sua vez, tem uma outra dinâmica organizacional, diferente dos movimentos das cidades de Toronto e Vancouver. O *Front de Libération Homosexuel à Montréal*²⁷ foi um dos primeiros grupos da província do Quebec. Contudo os movimentos mais duráveis se desenvolveram mais tardiamente. Isso implica em a primeira demanda por inclusão da orientação sexual no *Projet de loi sur les droits de la personne*²⁸ ter ocorrido por mediação de serviços sociais para hemofílicos. A proposta não goza de aprovação, e apenas mais tarde o pedido de inclusão será atendido (SMITH, 1998).

Durante a década de 1970, as batidas policiais eram uma realidade constante nas saunas e bares gueis. Sua expressão mais violenta foi em 1976 durante a limpeza social para os Jogos Olímpicos, onde 176 homens foram detidos. Essa repressão motivou a criação do *Comité Homosexuel Antirépression* (CHAR)²⁹ que organizou manifestações e, mais tarde, transformou-se na *Association pour les Droits des Gai(e)s du Québec* (ADGQ)³⁰. Ao contrário dos grupos de liberação da parte inglesa do Canadá, a ADGQ não interpretava a disputa por direitos e acesso jurídico como um fim em si mesmo, mas uma etapa para a revolução total, a mudança de toda a estrutura societária com a eliminação das categorias homossexual e heterossexual para concretização de uma indiferenciação de práticas sexuais (SMITH, 1998). Batidas policiais como essas ocorreram mesmo depois (até 10 anos depois) da suposta

²⁴ Sair do armário.

²⁵ Direito positivo difere-se do direito natural, pois depende do Estado, de vontade política de instituições, grupos sociais e da própria sociedade civil para que sejam garantidos. A Constituição Federal apresenta-se como um conjunto de direitos positivos, facultados por um instrumento regulador. O direito natural, por sua vez, estão acima do Estado, são considerados autônomos e gerais, ou seja, aplicados a todos independentemente de nacionalidade. Cita-se como exemplo os Direitos Humanos.

²⁶ O Corpo Político.

²⁷ Frente de Liberação Homossexual de Montreal.

²⁸ Projeto de Lei sobre os Direitos da Pessoa.

²⁹ Comité Homossexual Antirrepressão.

³⁰ Associação pelos Direitos de Gueis do Quebec.

descriminalização da homossexualidade que haveria ocorrido em 1969.

No entanto, a ADGQ submete, em 1977, a *Commission des Droits de la Personne du Québec* (CDPQ)³¹ um relatório no qual exige a inclusão da orientação sexual como motivo ilícito de discriminação. O partido governista, o *Parti Québécois* (PQ) aceita o pedido e procede com a modificação da Carta Quebequense. Mas a mudança legislativa não funciona como desejam os militantes, tendo, em 1979, a Suprema Corte dado vitória a ADGQ em uma ação³² contra a discriminação justificada pelo artigo 20 da Carta Quebequense. O sucesso político da ADGQ se atribui à sua relação amigável e favorável com o PQ, partido que estava no poder naquele momento. O Quebec se torna então a primeira província a incluir a orientação sexual em sua Constituição (SMITH, 1998; TREMBLAY, 2016).

Dentre outras ações movidas naquele período, o *Regroupement National des lesbiennes et Gais du Québec* (RNLGQ)³³, surgido da necessidade de crescimento do movimento, agrupando 16 outros organismos, apresenta demandas de financiamento para o Orgulho Guei na Festa Nacional, assim como para outras organizações, e exerce pressões para criação de um escritório para as questões gueis e lésbicas, assim como cobram o reconhecimento das relações entre casais do mesmo sexo. Não logram sucesso em todas as suas demandas, mas conseguem os financiamentos governamentais. A ADGQ se dissolve em 1980. A seu turno, organizações de Toronto, da província de Ontário, parte inglesa do Canadá, continuam sua atuação. A *Right*

³¹ Comissão dos Direitos da Pessoa do Quebec.

³² “De fato, o CDPQ recomenda ao governo recém-eleito PQ que modifique a Carta de Quebec. Em parte em resposta à pressão de seu próprio cáucus, o governo PQ decidiu alterar a carta em 1977, tornando Quebec a primeira província canadense a reconhecer explicitamente a orientação sexual na lei de direitos humanos como uma base proibida de discriminação. Quase imediatamente após a aprovação da emenda, a eficácia da disposição é posta em questão. Em 1978, o CDPQ condenou a ADGQ num processo relativo ao arrendamento de instalações a serem utilizadas nas reuniões da ADGQ, pela *Commission des Écoles Catholiques de Montréal* [Comissão das Escolas Católicas de Montreal] (CECM). Em novembro de 1977, logo após as batidas da Truxx e antes da modificação do estatuto do Quebec, a ADGQ pediu, sem sucesso, para a Comissão Escolar que alugasse as instalações. Uma vez que o regulamento foi modificado, o ADGQ renova seu pedido de aluguel com Comissão Escolar para testar a nova disposição. A Comissão Escolar então concordou em alugar uma sala, mas reverteu a decisão dois meses depois, alegando “possíveis repercussões na educação das crianças”. O ADGQ imediatamente entrou com uma reclamação junto ao CDPQ que, após um estudo, determinou que a direção da escola havia cometido discriminação. No entanto, os comissários do CDPQ anulam este julgamento e decidem a favor da Comissão Escolar com base no artigo 20 da Carta do Quebec, que autoriza a discriminação se for justificada, entre outras coisas, por objetivos religiosos ou educacionais de organizações sem fins lucrativos. Após essa decisão, o ADGQ criou um comitê responsável por iniciar uma ação judicial contra a Comissão Escolar. Como parte dessa estratégia, a ADGQ encaminhou um novo pedido de aluguel de imóveis para a Comissão Escolar, pedido recusado mais um vez. A ADGQ então apresenta uma moção para uma sentença declaratória perante o Tribunal Superior do Quebec, o que constitui o primeiro desafio legal lançado por uma organização gay no Quebec e o primeiro questionamento do artigo 20 da Carta do Quebec. Os Ativistas da ADGQ acreditam que esta causa vai além do simples arrendamento de instalações e que se refere “ao reconhecimento do pleno direito a uma orientação sexual diferente”. Em novembro de 1979, o tribunal decide a favor da ADGQ e restringe o porte de aplicação do artigo 20.” (SMITH, 1998, p. 124-125, tradução nossa).

³³ Reagrupamento Nacional de Lésbicas e Gueis do Quebec.

to *Privacy Committee*³⁴, por exemplo, desempenha papel fundamental nas campanhas para incluir a orientação sexual no Código de Direitos da Pessoa de Ontário em 1986 (SMITH, 1998).

A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, movimentos exteriores ao Quebec se inclinam cada vez mais em direção aos reclames pela igualdade jurídica. Montreal, a seu turno, vê o ressurgimento de um movimento de liberação guei e lésbico cujas reivindicações não visam o discurso jurídico nem se inscrevem na reivindicação de direitos constitucionais. Com a fundação da *Coalition des Organismes des Minorités Sexuelles du Montréal Métropolitain*³⁵, em 1989, a agenda negativa³⁶ retorna aos debates. A Coalisção vai se debruçar sobre questões locais, especialmente a violência policial. Mas isso não implica no esquecimento das reivindicações pelos direitos positivos, como o casamento. Só não ocupa o centro dos debates. As problemáticas centrais no movimento quebequense e montrealense são a violência, o assédio e as mortes não investigadas de homens gueis entre 1989 e 1992 (SMITH, 1998).

Após uma nova batida policial em 1990, seguida de protestos com mais de 2 mil pessoas, surge o grupo *Lesbiennes et Gais contre la Violence* (LGV)³⁷. No mesmo ano, com uma postura mais combativa, cria-se a *Table de Concertation des Lesbiennes et des Gais du Grand Montréal* (TCLGGM)³⁸. A TCLGGM inicia uma série de cobranças à CDPQ, o que desemboca na construção de consultas públicas sobre as questões de violência e direitos de gueis e lésbicas, algo inédito em todo o Canadá. Contudo também voltam a tocar em pontos como financiamento insuficiente de grupos lésbicos e gueis pelas administrações federal, provincial e local (SMITH, 1998).

Devido ao seu caráter de país plurinacional e ao forte impacto do movimento nacionalista sobre os movimentos sociais no Quebec, podemos visualizar, ao menos, duas organizações distintas dos movimentos de liberação de gueis e lésbicas no Canadá: aquela na província do Quebec, em Montreal, e aquela no resto do Canada, especificamente em Ontario e Vancouver. Esses movimentos de liberação podem ter suas estratégias políticas analisadas a partir das transformações constitucionais, como a incorporação da Carta Canadense³⁹ em 1982. Enquanto

³⁴ Comitê de Direito à Privacidade.

³⁵ Coalisção dos Organismos das Minorias Sexuais da Montreal Metropolitana.

³⁶ Cf. UZIEL *et al.*, 2006.

³⁷ Lésbicas e Gueis contra a Violência.

³⁸ Mesa de Concertação de Lésbicas e Gueis da Grande Montreal.

³⁹ Charte Canadienne des Droits et Libertés [Carta Canadense dos Direitos e Liberdades] estabelece os direitos e liberdades que os canadenses acreditam serem essenciais para a manutenção de uma sociedade livre e democrática. Ela integra a Constituição Canadense, um corpo de lei que contém as regras básicas de funcionamento de nosso

no movimento lésbico e guei no resto do Canadá ocorre uma transição da defesa dos direitos civis como uma etapa da transformação social para a percepção deles como um fim em si mesmos; no Quebec, em razão da tradição nacionalista e das particularidades linguísticas, o resultado foi outro. Tomando a violência como principal alvo, o movimento no Quebec e em Montreal concentra-se na questão mais ampla da luta contra a homofobia, na prestação de serviços sociais e, por fim, no reconhecimento de casais do mesmo sexo (SMITH, 1998).

Todavia as particularidades entre esses movimentos geopolítico e linguisticamente localizados, há-se que notar que a organização de suas pautas apresentam um ponto de convergência no que concerne ao caráter homonormativo (DUGGAN, 2004) das reivindicações, por acabarem indicando um caminho de inclusão, valorização e identificação com valores heterossexuais, como o casamento, a procriação e, nessa esteira, a instituição monogâmica. A tônica do discurso LGBT centra-se menos nos processos de resistência aos padrões cisheterossexistas e mais nas maneiras de imiscuírem-se na sociedade generalizada. Se a heteronormatividade presume um modo de existência LGBT voltado para as normativas heterossexuais, a homonormatividade, absorvendo e atualizando esse roteiro existencial, estabelece uma hierarquia intragrupo LGBT, seja na eleição de agendas prioritárias para esse grupo, seja na valorização e visibilidade das identidades do acrônimo.

3.2 NEM NO FEMINISMO, TAMPOUCO NO MOVIMENTO GUEI – QUAL O LUGAR DAS LÉSBICAS?

Dominadas por homes gueis, as lésbicas encontravam pouco espaço de expressão política no interior das organizações. Suas pautas também não viam expressividade no movimento feminista ou gozavam de interesse. (SMITH, 1998; CHAMBERLAND, 2002; TREMBLAY; PODMORE, 2015). O movimento lésbico de Montreal deve sua origem ao cruzamento aos aportes do movimento guei e feminista. As primeiras movimentações lésbicas ocorrem a partir da década de 1970, porquanto sua representatividade nos dois primeiros movimentos ainda era

país. Essas regras referem-se, em particular, aos poderes do governo federal e dos governos das províncias e territórios do Canadá. Segundo Smith (1998), a adoção da Carta Canadense “teve um impacto claro no quadro discursivo e nas estratégias da rede de defesa dos direitos de lésbicas e gueis dentro e fora do Quebec. Mais especificamente, ela deu origem a um novo quadro semântico focado no ‘discurso dos direitos’ e, graças à ela, a defesa formal e legal dos direitos de igualdade tem sido imposta como o principal objetivo político substantivo. Na medida em que o movimento canadense de libertação guei se inscrevia claramente dentro da estrutura discursiva dos direitos civis antes que a Carta fosse consagrada, a maior transformação não residia em a importância dada à reivindicação de direitos propriamente dita. Em vez disso, ela tomou a forma de uma transição de uma visão política de mudança social, na qual a defesa dos direitos humanos civis era visto como uma estratégia de transformação social, para uma visão em que reivindicar direitos é um fim em si mesmo.” (SMITH, 1998, p. 136-137).

incipiente. As articulações lésbicas são largamente concentradas em Montreal, que possibilitou a emergência de um movimento lésbico específico no plano identitário, uma vez que marcadores linguísticos, ideológicos e de classe foram forças estruturantes do movimento no século 20 (SMITH, 1998; CHAMBERLAND, 2002; TREMBLAY; PODMORE, 2015).

No movimento feminista, as mulheres lésbicas se viam numa relação baseada no heterossexismo, a visibilidade lésbica desejada por elas era considerada um obstáculo, segundo às mulheres heterossexuais, à respeitabilidade que o feminismo almejava. Assim, as mulheres lésbicas sentiam-se ostracizadas pela ausência de visibilidade política, pela lesbofobia a qual eram submetidas e pela incongruência com as pautas levantadas pelas feministas heterossexuais (CHAMBERLAND, 2002; TREMBLAY; PODMORE, 2015). Dois caminhos poderiam ser seguidos devido a esse cenário: ou a separação radical do movimento e a afirmação da autonomia das mulheres lésbicas, ou a disputa por um espaço dentro do feminismo. Como resposta à invisibilidade a qual eram submetidas no movimento feminista, algumas lésbicas decidiram criar seu próprio contingente. Reconhecendo a abertura no espaço público promovida pelo feminismo, o lesbianismo político desenvolveu uma forte e contumaz crítica à tendência assimilacionista do movimento feminista (TREMBLAY; PODMORE, 2015).

Se, por um lado, o movimento lésbico se desenvolve na esteira de um crescimento da classe média, as mulheres lésbicas das classes populares criavam sua cultura particular adotando modelos sociais de representação e frequentando bares que eram constantemente alvos de vigilância pela polícia (CHAMBERLAND, 1996). A contraposição das lésbicas de classe média aos bares foi um dos motivos que as levaram a pensar na construção de um espaço para elaboração de um movimento de liberação lésbica. As clivagens de classe foram importantes para colocar em prática esse projeto (TREMBLAY; PODMORE, 2015).

O primeiro grupo lésbico de Montreal, o *Montreal Gay Women* (MGW), mais tarde conhecido por *Labyris*, surge em 1973, em espaço anglófono, na Universidade McGill, após ruptura das lésbicas com a organização guei da universidade. Esse grupo foi responsável pela publicação da primeira revista mensal lésbica do Canadá, as primeiras conferências lésbicas pancanadenses e grupos de discussão. Com as movimentações políticas de 1976, as lésbicas francófonas começam a se organizar e criam a *Coop-Femmes*, instituindo a primeira cooperativa lésbica não lucrativa sob gerência totalmente francófona. Com sua dissolução em 1979, outros projetos foram colocados em prática pelas feministas radicais francófonas, que se inspiravam fortemente no movimento francês. Elas criam o vídeo *Amazones d'Hier, Lesbiennes*

d'Aujourd'hui (AHLA)⁴⁰, baseado em testemunhos de lésbicas sobre temáticas da época, com a finalidade de conscientizá-las. Com o sucesso do vídeo, elas criam uma revista homônima, que vira a porta-voz do lesbianismo radical no Quebec, especificamente em Montreal (TREMBLAY; PODMORE, 2015).

Na década de 1980, as posturas críticas em relação ao feminismo favoreceram uma multiplicidade de identidades lésbicas e posicionamentos políticos. Isso foi importante para a formação de uma comunidade lésbica que desconstrói a noção de uma identidade lésbica homogênea. Esse período vê um crescimento de publicações feministas, assim como de espaços, como bares e até mesmo uma escola, pensada como espaço lésbico comunitário aberta a todas, a Escola Gilford. O movimento francófono continua a se fortalecer na década de 1990, com o surgimento de várias organizações, entre grupos de apoio, grupos de caráter profissional, ético ou esportivos. Havia ainda a divisão entre uma atuação no movimento feminista, guei ou *queer*. Mas as lésbicas estavam a disputar seu espaço fosse num ou noutro, sempre contrariando os regimes de invisibilidade (CHAMBERLAND, 2002; TREMBLAY; PODMORE, 2015).

3.3 APONTAMENTOS SOBRE O MOVIMENTO TRANS NO QUEBEC

Naquele momento de efervescência do movimento guei e lésbico, as identidades trans ainda não estavam sendo discutidas, o movimento ainda não tinha alcançado um lugar de visibilidade. As agendas e a própria identificação daquele movimento evidenciavam os limites de suas representações: a identidade guei em primeiro plano e em seguida a identidade lésbica. No escopo deste trabalho, a militância trans assume um papel central nas clivagens que provocarão no movimento LGBTQ de Montreal, sendo imprescindível explorar seu acontecimento.

Conforme aponta Enriquez (2015), pouco se escreveu sobre o movimento trans no Quebec e em Montreal. Nos últimos 10 anos, a quantidade de publicações refletindo as questões trans em termos de sua realidade social, pautas políticas e organização enquanto movimento tem aumentado substancialmente. No entanto, ainda há uma dificuldade de encontrar genealogias da constituição desse grupo como identidades políticas no seio do movimento LGBTQ quebequense/montrealense.

Utilizamos brevemente alguns textos como referenciais para este subtópico. O trabalho de Viviane Namaste (2005) caracterizado como História Oral, traça a história das pessoas

⁴⁰ Amazonas de Ontem, Lésbicas de Hoje.

transexuais e travestis do Quebec a partir de suas próprias narrativas, através de entrevista com 13 mulheres transexuais e uma travesti. Seu texto é pioneiro na tentativa de estruturar uma história dessa população no Quebec, quando ainda poucos trabalhos dão conta disso. A dissertação de Michael Enriquez (2013) se propõe a pensar o movimento trans no Quebec, mas sem uma perspectiva historiográfica tão presente no trabalho de Namaste (2005).

A primeira organização trans do Quebec data de 1980, a *Association des Transsexuels et Transsexuelles du Québec* (ATQ)⁴¹. Namaste (2005 *apud* Enriquez, 2013) revela a importância dessa associação em ocupar um espaço até então ausente de escuta atenta, tornando-se uma ajuda preciosa às pessoas transexuais. No seu trabalho sobre transexuais artistas do Quebec entre os anos de 1955 e 1985, ela mostra como a categoria em uso corrente na época era travesti. O termo transexual, no início, ainda não era comum e difundido entre essa população. Essa nova categoria ganha destaque somente a partir do final de 1960, quando ainda era ilegal e sob pena de prisão “homens vestirem-se de mulher”. Algumas mulheres transexuais e travestis chegaram a cumprir até um ano de prisão por fazê-lo publicamente (MARTIN, 2007 *apud* Namaste, 2005). Os bares gueis e lésbicos eram lugares de encontro e sociabilidade, mas também de trabalho. Nos cabarés, as travestis trabalhavam como artistas e, na prostituição, podiam exercer sua feminilidade.

Desde a década de 1990, nos movimentos trans de Montreal, a pauta de afirmação de gênero nos registros civis, como eles chamam a retificação de nome e sexo, aparece como uma das mais recorrentes demandas. O acesso ao sistema de saúde também se inscreve entre as pautas desse movimento, as pessoas trans relatam constantemente encontrarem barreiras devido à transfobia de profissionais da área. E não menos importante, a sensibilização e os embates com o meio LGB são recorrentes; sensibilizar os espaços militantes e, mais recentemente, também acadêmicos, são estratégias políticas vem sendo colocadas em práticas por ativistas que fazem críticas a grupos LGB, assim como às instituições de pesquisas ou ensino que não abarquem as demandas ou saberes trans (ENRIQUEZ, 2013).

3.4 O QUE O CAMPO DIZ DESSE(S) MOVIMENTO(S) HOJE? A EXPERIÊNCIA EM MONTREAL

A história do movimento LGBT em Montreal mostra como o setor comunitário assume uma centralidade no seu processo de organização. Assim como seu protagonismo hoje, uma

⁴¹ Associação de Transexuais do Quebec.

vez que grande parte das instituições que conheci em Montreal são identificadas como organismos comunitários que atendem mais diretamente a comunidade LGBT a partir de uma articulação do movimento social com o Estado, posição similar das ONGs em contexto brasileiro. Essa relação se processa em decorrência do papel de antenas locais e regionais desses organismos, aqueles que estão diretamente em contato com as demandas da ponta. Henri Lamoureux (2010 *apud* ENRIQUEZ, 2013) defende que os movimentos sociais surgem de uma articulação entre ação comunitária, sindical e cultural e sob a influência do discurso acadêmico de militantes intelectuais. Como ele explica, a ação comunitária se estrutura a partir de quatro eixos: a prestação de serviços não prestados ou mal prestados pelo Estado; a educação popular; a demanda por uma ampliação do papel do Estado; e a mobilização de pessoas para influenciar escolhas políticas ou econômicas consideradas incoerentes ou inadequadas (LAMOUREUX, 2010 *apud* ENRIQUEZ, 2013). De mais a mais, outros grupos de ação LGBTQ se constituem com uma perspectiva mista, embora não comunitários, como organizações universitárias, sua atuação passa pelos eixos daqueles organismos.

As relações de poder entre os organismos comunitários em Montreal atentam para uma distinção geracional. Coletivos mais jovens tendem a ser mais *queer*, especialmente aqueles de jovens LGBTQ. Sempre há competição por recursos do Governo e, nessa disputa, as organizações mais antigas têm mais sucesso que as mais jovens em adquirir esses subsídios. Esse privilégio institucional de organizações mais antigas se deve, em alguns casos, ao que foi colocado como uma falta de qualificação técnica dos grupos mais novos, sobretudo aqueles formados por jovens LGBTQ, pois para participar de editais e propor projetos financiáveis ao governo se exige pessoal com expertise na escrita de projetos e que conheçam os trâmites desse processo, não obstante a exigência de tempo de pesquisa, experiência comprovada a partir de produções acadêmicas e/ou relatórios, assim como leituras e reconhecimento na área.

Na dinâmica do financiamento, as observações do campo reiteraram que parte do movimento LGBTQ aqui compartilha uma perspectiva política reformista e que, na verdade, está muito relacionada à necessidade de apoio governamental, o que torna o posicionamento crítico aos programas e até mesmo ao governo mais difícil ou menos incisivo. Essa tendência mais voltada a busca de direito civis, aderente aos discursos Estatal sobre diversidade e igualdade tem uma relação histórica com o movimento guei e lésbico montrealense, embora o *advocacy* trabalhado pelos grupos nas décadas de 1970 a 1990 tivesse um contorno específicos em razão de particularidades linguísticas e ideológicas da província do Quebec e dos movimentos sociais com apelo ao nacionalismo. Contudo, percebemos ainda a existência de uma tendência mais *queer*, com práticas militantes mais críticas e combativas em instituições

que, aliás, não são nem subsidiados pelo Governo. Se, por um lado, algumas organizações preservam essa relação com o Estado de um ponto mais domesticado, fazendo uma referência ao movimento de liberação e pelos direitos de gueis e lésbicas de outrora; de outro, há organismos que assumem uma relação menos assimilacionista, recuperando também o sentimento de insubordinação daquele mesmo movimento de liberação e pelos direitos de gueis e lésbicas de décadas atrás.

3.4.1 Chaire de recherche sur l'homophobie (CRH)

A Cadeira de Pesquisa sobre Homofobia surgiu como fruto da *Politique québécoise de lutte contre l'homophobie*⁴² (QUÉBEC, 2009) adotada em 2009 pelo Governo do Quebec, que elaborou o *Plan d'action gouvernemental de lutte contre l'homophobie 2011-2016*⁴³ (QUÉBEC, 2011), dois anos depois da instituição da Política Quebequense de Luta contra Homofobia. Este foi o resultado da articulação dos movimentos sociais e organismos comunitários LGBTQ com o Estado do Quebec. Esse documento resulta de outra articulação entre esses movimentos e o Ministério da Justiça do Québec, que solicitou um relatório sobre os problemas relacionados a homofobia na província. Diante dessa recomendação, a *Commission des droits de la personne et des droits de la jeunesse* (CDPDJ)⁴⁴, que ficou encarregada da produção do material, reuniu-se com universitários, pesquisadores, sindicalistas, entidades civis e estatais para, enfim, em 2007, produzir o relatório *De l'égalité juridique à l'égalité sociale: vers une stratégie nationale de lutte contre l'homophobie*⁴⁵, onde apontava a necessidade de criação de uma cadeira de pesquisa sobre “[...] a realidade das pessoas de minorias sexuais e sobre os impactos da homofobia e do heterossexismo.” (QUÉBEC, 2007, p. 72). Esse documento inicial foi o motivador tanto para a criação da Política, em 2009, quanto do Plano de Ação, em 2011, ano no qual o Governo do Quebec resolve cumprir uma das recomendações (de número 7) do relatório, criando CRH, onde tive a oportunidade de estagiar em 2019. Diante do estabelecido pelo relatório e plano (objetivo 2, ação 27), a “cadeira visa aumentar o conhecimento sobre a diversidade sexual e pluralidade de gênero, bem como formas de combater a homofobia de forma mais eficaz” (HISTORIQUE, [201-]).

⁴² Política Quebequense de Luta contra a Homofobia

⁴³ Plano Governamental de Luta contra a Homofobia. Desde sua primeira versão, o plano vem sendo atualizado ao término de cada período de valência. Sua versão mais atual vai até 2022.

⁴⁴ Comissão de Direitos da Pessoa e Direitos da Juventude.

⁴⁵ Da igualdade jurídica à igualdade social: por uma estratégia nacional de combate à homofobia.

A CRH recebeu do *Ministère de la justice du Québec*⁴⁶, em 2011, ano de sua criação, o valor de 475 mil dólares (QUÉBEC, 2016). Com o intuito de renovar sua atuação para os próximos 5 anos, o mesmo valor foi repassado a instituição em 2018, de acordo com *Plan d'action gouvernemental de lutte contre l'homophobie 2017-2022*⁴⁷ (QUÉBEC, 2017). Esses recursos são utilizados para o pagamento de bolsas concedidas a estudantes, a contratação de pesquisadores, pagamento de funcionários, financiamento de apresentações dos resultados das pesquisas em eventos. O atual projeto da CRH é o *Savie LGBTQ+*⁴⁸, que tem por objetivos: (1) documentar as experiências de inclusão/exclusão relatadas por uma grande e diversa amostra de pessoas LGBTQ residentes no Quebec; (2) compreender os caminhos de inclusão/exclusão social relatados por pessoas LGBTQ de diferentes faixas etárias; e (3) realizar uma análise crítica das políticas públicas do Quebec e do Canadá implementadas para promover a inclusão de pessoas LGBTQ (PROGRAMMATION, 2017). Afora esse projeto, a CRH participa associadamente de outras pesquisas desenvolvidas por seus pesquisadores filiados, constituindo uma rede de atuação em pesquisa sobre os temas LGBTQ, isso pode ser observado na lista de projetos na página da instituição na internet (PROJETS, [201-]). Não seria diferente, uma vez que a Cadeira ocupa esse lugar de referência em produção de saber sobre as realidades LGBTQ.

Atualmente, a CRH conta com mais de 10 membros e cerca de 20 pesquisadores filiados sob a direção de Line Chamberland⁴⁹. Os/as pesquisadores/as estão situados nas mais diversas áreas do conhecimento: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Neurologia, Serviço Social *etc.* Está localizada na UQÀM, embora seja financiada pelo *Ministère de la justice du Québec*⁵⁰. Desde sua criação, vem recebendo jovens estudantes pesquisadores e se remarca por seu incentivo, através da oferta de bolsas, a estudantes LGBTQ e racializados/as. Embora seu quadro profissional seja majoritariamente composto por pessoas brancas e cisgêneras. Quase totalmente. A CRH está na intersecção entre ativismo, pesquisa, ensino e extensão, com maior expressividade e reconhecimento no campo da pesquisa, contrastando com outras organizações por ocupar um lugar mais delimitado politicamente pelas suas relações institucionais. Dessa maneira, há uma distinção feita entre ativismo e pesquisa que alguns militantes-

⁴⁶ Ministério da Justiça do Quebec.

⁴⁷ Plano Governamental de Luta contra a Homofobia.

⁴⁸ Mais informações sobre o Projeto Savie LGBTQ+, *cf.* Programmation (2017).

⁴⁹ Line Chamberland é professora do Departamento de Sexologia e trabalha há mais de 25 anos com as questões LGBTQ. Socióloga e pesquisadora experiente, ela desenvolve diversas atividades destinadas a promover ensino e pesquisa no campo da diversidade sexual e da pluralidade de gêneros. Seus interesses e trabalhos versam sobre estigma e discriminação contra minorias sexuais nas escolas e no local de trabalho; as dimensões sociais do envelhecimento entre minorias sexuais, movimentos sociais em torno da diversidade sexual, parentalidade entre pessoas do mesmo sexo e acesso a serviços de saúde para minorias sexuais.

⁵⁰ Mais informações sobre o Programa de Luta e Planos de Ação, com um relatório de atividades e distribuição de recursos, *cf.* (LA LUTTE, 2017).

pesquisadores/as fazem questão de sinalizar. O caso da CRH ilustra muito bem esse ponto de diferenciação.

Ao conversar com Line Chamberland, ela sinalizou que a CRH não deve ser vista como um movimento social, porquanto não se engaja no ativismo. Mas uma organização acadêmica, ligada ao Estado e à Universidade, que visa fazer pesquisas que possam subsidiar as ações de organizações comunitárias e governos no combate à homofobia e transfobia. A socióloga se lembra de ser uma ativista lésbica radical de esquerda há muito tempo, mas que não se vê mais assim. Por outro lado, seus interesses de pesquisa derivam de seu engajamento como lésbica e de sua compreensão das questões e experiências LGBTQ. A diferenciação se faz em termos de filiação institucional, visto que a CRH, em sua opinião, ocupa uma posição vinculada ao Governo e à Universidade – sendo o primeiro parceiro o mais importante por causa do financiamento.

3.4.2 Centre de lutte contre l’oppression des genres (CLCOG)

O CLCOG se apresenta como uma organização independente, financiada pelos alunos da *Concordia University*⁵¹, que tem por objetivo promover a igualdade de gênero e o empoderamento, em particular dentro das comunidades marginalizadas, das pessoas negras, autóctones e de cor. Não mantém nenhuma relação de financiamento/subsídio pelo Governo do Quebec, gozando de alguma autonomia política, se comparado a outras organizações beneficiadas pelas verbas dos planos de ação de combate a homofobia. O Centro busca atuar de maneira articulada com os movimentos sociais e populares, partindo de uma estrutura feminista com viés interseccional. Sua atuação está intimamente ligada à defesa dos direitos das pessoas trans e acesso a serviços, encabeçando uma disputa direta com o Estado em relação ao processo de afirmação de gênero das pessoas trans nos seus registros civis. Dentre seus projetos, estão o *Mapping Project*⁵², um tipo de pesquisa sobre deficiência, gênero e sexualidade, que mapeia as barreiras enfrentadas por pessoas LGBT e/ou deficientes, refletindo as melhores práticas para agir sobre essas dificuldades; o *Programme de soutien entre pairs*⁵³; e o *Missing Justice*⁵⁴, sobre o qual falaremos mais adiante.

⁵¹ Universidade Concordia.

⁵² Projeto Mapeamento.

⁵³ Programa de Apoio entre Pares.

⁵⁴ Justiça Perdida.

O CLCOG também atua com a proposição de ateliês de formação e participa de projetos de pesquisa sobre as experiências de pessoas trans (NOTRE, 2020). Esses ateliês são formações que eles realizam sobre demanda, sugerindo honorários entre 100 e 800 dólares por conferência/aula. Entre os temas estão: história do ativismo trans no Quebec, a realidade de pessoas trans racializadas e imigrantes, a medicalização de pessoas trans e o trabalho sexual *etc.* Uma série de temas que tocam as experiências trans. A remuneração dessas atividades são utilizadas para manutenção da instituição, pagamento de pessoal – sim, porque embora não sejam subvencionados pela iniciativa pública, nem todos os/as funcionários/as desempenham atividades sob voluntariado, principalmente aqueles/as encarregados/as de projetos.

Alguns membros, ao entrarem no CLCOG, não queriam deixar de participar de projetos de pesquisa, queriam vincular o ativismo ao trabalho acadêmico. E alguns deles realmente o fazem representando o centro em projetos de pesquisa sobre as realidades de pessoas trans, o que, segundo eles “o que garante um conhecimento científico, atualizado e elaborado de nossa expertise em trans realidades.” (DÉFENSE, 2020). O corpus operacional é formado por um pessoal jovem, majoritariamente trans, mas também LGB, com participação de pessoas de cor, negras e autóctones. No período em que realizava o trabalho de campo, o CLCOG contava com 8 pessoas empregadas – Dayna, Dalia, Jada, Shayna, Gift, Hiraku, Hélène e Julie – e dois estagiários em Serviço Social da UQÀM – Lou e Jayson – que estão terminando seus estágios naquele semestre.

O CLCOG também tem um conselho administrativo voluntário, com 8 lugares, responsável pela gerência dos recursos, da comunicação com a imprensa, toda a parte burocrática da gestão fica sob seus cuidados. Prezando a horizontalidade, os processos de eleição e editais de trabalho são públicos. Eu, por exemplo, tive a oportunidade de participar da eleição da nova gestão do conselho administrativo em 9 de abril de 2019, quando do término do ano. Não me enquadrava em nenhuma das opções⁵⁵ com direito a voto, mas pude votar mesmo assim. Foi interessante fazer parte desse processo democrático em uma organização da qual eu nem fazia parte, mas foi muito bem recebido por todos/as membros/as e não membros/as.

3.5 O *QUEER* E O ESTADO: DILEMAS POLÍTICO-CONCEITUAIS

⁵⁵ Podiam votar as pessoas que: (1) fossem estudantes da Concordia; (2) tivessem feito 4 horas de trabalho beneficente ao longo dos 12 meses; (3) fossem membros da comunidade que pagou o equivalente à taxa do semestre de estudos.

Cena 01. Ao acessar o *Facebook*, vi um evento intitulado: *Un moment important dans l'histoire des personnes trans!*⁵⁶. Eu não sabia o que era, mas estava curioso, então li a descrição e soube que se tratava de uma chamada/convite para que comparecêssemos ao julgamento sobre os direitos das pessoas trans resultante de uma ação movida contra o Governo do Quebec pelo CLCOG.

Desde 1978, o Quebec possibilita às pessoas trans a mudança de nome e gênero no Registro Civil. Antes, a pessoa que demandava deveria ser adulta, solteira, residente da província e ter passado pela cirurgia de redesignação sexual. Após algumas disputas e mudanças legislativas, em 2013, o atual regimento que regula essa mudança excluiu a necessidade da cirurgia, do status de solteiro e de residente no Quebec. No entanto, outras restrições permanecem e sobre elas que essa ação visa incorrer (SAINT-PIERRE, 2016).

Na página do evento, encontrei mais informações sobre os pontos criticados da lei, recomendações para quem realmente deseja comparecer ao julgamento, seguidas de uma versão em inglês também disponível para quem não falava francês. Segue a tradução:

A ação que movemos visa anular 11 artigos do Código Civil do Quebec que discriminam pessoas trans. As mudanças que estamos pedindo afetarão as pessoas trans que são:

- **Não cidadão** - Atualmente, as pessoas que não são cidadãs não podem obter mudança de nome ou designação de sexo no Quebec.
- **Jovens** - Se os pais de um menor não consentirem e/ou se o jovem não puder receber uma carta de avaliação, os regulamentos em vigor impedem os jovens trans de obterem a mudança de nome ou menção de sexo.
- **Pais** - No estado atual das coisas, as pessoas que fizeram uma transição após o nascimento de seus filhos sempre terão a designação parental errada (mãe em vez de pai e vice-versa) aparecendo no(s) certificado(s) de nascimento de seu(s) filho(s).
- **Não binário** - Atualmente não há opções para marcadores de gênero diferentes de M ou F, além disso, as pessoas são OBRIGADAS a terem uma designação de sexo no nascimento.

Conforme nossos incríveis advogados apresentam os argumentos, há algumas coisas importantes que VOCÊ pode fazer para ajudar. Mostrar que as pessoas estão prestando atenção e se preocupando com o assunto pode influenciar o resultado. Você pode:

- Comparecer ao julgamento pessoalmente
- Postar comentários sobre o julgamento nas redes sociais
- Converse com as pessoas sobre o que está acontecendo e por que é importante

⁵⁶ Um momento importante na história das pessoas trans!

Se você deseja assistir ao julgamento por qualquer período (por exemplo, um dia, uma tarde, vários dias, etc.), preencha o formulário [...] e entraremos em contato para fornecer mais detalhes e lhe convidar para uma sessão de informação. Algumas coisas a serem mencionadas com antecedência são que no tribunal você não poderá fazer:

- Usar dispositivos eletrônicos. Sim, realmente. Todos os seus dispositivos devem ser desligados.
- Responder de forma audível a tudo o que é dito. Nós sabemos... Vai ser difícil. Algumas das testemunhas e, claro, os advogados do governo apresentarão argumentos para justificar o status quo transantagonista e será difícil não reagir quando isso acontecer, mas é importante manter a calma. Se você não tem certeza de que pode fazer isso, existem muitas outras ações às quais você pode direcionar seus esforços (veja acima).

Este processo pode ser vencido, mas precisamos de toda a ajuda possível. Pessoas trans não deveriam mais enfrentar esse tipo de barreiras! Juntos nós podemos!

*Observe que o teste será em inglês. Sua presença ainda é apreciada, mesmo que você não o compreenda muito bem. Fique à vontade para trazer um bom livro. (Center For Gender Advocacy / Centre de Lutte Contre l'Oppression des Genres, 2019).

Depois de enviar uma solicitação em 11 de fevereiro de 2019 para participar das audiências sobre o julgamento de pessoas trans no tribunal de Montreal, e receber uma resposta positiva, eu me organizei para ir às audiências finais de 25 a 27 de fevereiro. Com exceção de 26 de fevereiro, quando adoeci, estive presente os outros dois dias. Ainda que não tenha acompanhado toda a discussão desde seu início em 14 de janeiro, as audiências dos dias acima são um fragmento importante para a compreensão da relação de movimentos LGBTQ com o aparelho estatal.

No primeiro dia de audiência, 25 de fevereiro, apresentam-se os advogados de defesa que representavam as organizações CLCOG, *Egale Canada Human Rights Trust*, *Enfants Transgenres Canada/Gender Creative Kids Canada*, *Coalition des familles LGBT*. A sessão acontece em inglês, como avisado na página do Facebook, mas há algumas passagens em francês. Tive a ajuda de Yankel com a tradução da audiência do inglês para o francês. Ele trabalha na biblioteca do *Centre Communautaire LGBT*⁵⁷, este dia foi reservado para a defesa final dos advogados das organizações. Os advogados começaram argumentando com o testemunho de um médico sobre as características das pessoas intersexo explicando que, do ponto de vista da medicina e da biologia, trata-se de um fenômeno natural. Assim, a imposição de designações como M e F não seriam naturais às crianças, porquanto cria problemas de

⁵⁷ Centro Comunitário LGBT.

ansiedade e a obrigação de escolher entre um ou outro, o que constantemente resulta em equívocos que obrigam as crianças intersexo fazerem os mesmos procedimentos que as pessoas trans para mudarem seus documentos.

Eles continuam a defesa com o depoimento de uma pessoa intersexo que conta ter sido educada como menino, mas só descobriu sua intersexualidade com a idade de 50 anos, quando seu pai estava em leito de morte. Ela nunca se sentiu como homem nem mulher, teve problemas na escola, durante a puberdade, com seus pais, por todo o lado. Relativamente ao direito dos jovens a seguirem com a alteração documental, os advogados de defesa levantam um questionamento sobre o consentimento parental e o papel da justiça: se o objetivo é preservar o direito paterno de escolher o nome das crianças, então o objetivo está atendido; se o objetivo é preservar a autonomia das crianças, então o objetivo não está atendido. O que seria mais importante nesse caso? Eles discorrem sobre o impacto da primeira premissa sobre as crianças e como se constitui numa injustiça com aquelas que não são apoiadas por seus pais.

Mais precisamente, o CLCOG quer permitir aos jovens e crianças que não tenham a autorização de seus pais prosseguirem com o processo de retificação, tendo respaldo do Estado como garantidor de sua autonomia para tal intento. Ademais, eles defendem a supressão da obrigatoriedade de um laudo psicológico que legitime a identidade trans de qualquer pessoa. E quanto a população trans imigrante, a advogada de defesa sustenta que se a restrição do direito de retificação a essas pessoas está no objetivo de respeitar as leis internacionais (migrantes trans), isso não faz sentido, porque já se aceita pegar documentos internacionais (certidões de nascimento, por exemplo) e inseri-los no Registro do Estado Civil. Assim, é arbitrário dizer que, uma vez que você está aqui, não pode mudar.

Na audiência do dia 27 de fevereiro, a tarde foi reservada para a argumentação final dos advogados do Governo. Eles defenderam o direito dos pais de atribuir o nome aos filhos, posto que eles compreenderiam melhor o que seria bom para sua prole. Levantaram a necessidade de existir outro documento suplementar que reforce a viabilidade e a legitimidade da mudança de sexo nos registros das crianças, defendendo o acompanhamento psicológico antes da retificação. Ao mencionar que a “carta de avaliação por um profissional” poderia ser emitida por um assistente social, por exemplo, enfocando sobre a pertinência de um documento simples, o juiz contesta a exigência de uma carta mais simplificada, se uma mais elaborada é dispensável. Em defesa da carta, a advogada mostra que 13 províncias do Canadá a exigem.

Findada a argumentação dos advogados, a sessão terminou. O juiz não deu seu veredito no mesmo dia. Segundo entendi, ele passaria daquele momento em diante a apreciar e analisar todo o debate feito em quase dois meses, e só depois traria alguma decisão. Até o momento não

há nenhuma resposta do juiz, e o site do *Directeur de l'État Civil*⁵⁸ ainda mantém as condições questionadas pelas organizações LGBTQ em seu site como informações sobre o processo de alteração da menção de sexo. Consultei, em 25 de agosto de 2020, por mensagem, a página do CLCOG, tendo sido informado que “*uma decisão não havia ainda sido tomada*”, mas que eu poderia conferir posteriormente, através da página, qualquer novidade que aparecesse.

Cena 02. O *Forum Lexic*² aconteceu em Sherbrooke, uma cidade não muito longe de Montreal – cerca de duas horas de carro ou ônibus – no CÉGEP⁵⁹ de Sherbrooke, durante dois dias, sexta e sábado, 8 e 9 de fevereiro de 2019. No total, havia 255 inscritos, segundo informações da apresentadora Gabrielle Bouchard. Esta inicia o Fórum com palavras de boas-vindas. Embora ela fosse a anfitriã, nem sempre foi tão formal com as palavras, muitas vezes ouvíamos um *fuck!*⁶⁰ seguido de risadas da plateia. Após suas breves palavras, ela passou a palavra à Ministra da Justiça e Procuradora Geral de Quebec, Sonia LeBel, que abriu o Fórum acrescentando que aquele evento está de acordo com os objetivos do governo e que o desejo de tornar a justiça mais aberta é o que a movimenta nas suas ações institucionais. O tema dessa edição foi *Comprendre et contrer les violences sexuelles vécues par les communautés LGBTQ+*⁶¹ que tinha por objetivo discutir a situação das pessoas vítimas de violências sexuais, mas igualmente as questões da diversidade sexual e pluralidade dos gêneros.

O encontro contou com conferências como: *Pour une approche intégrée en matière de lutte contre les violences sexuelles : résultats de la consultation des groupes LGBT du Québec par le Conseil québécois LGBT*⁶², uma conferência que mostrava os resultados de uma pesquisa com estabelecimentos LGBT para obter informações sobre seu conhecimento das redes de acolhimento para vítimas de violência sexual. Esse projeto surgiu da ação 49⁶³ da *Stratégie gouvernementale pour prévenir et contrer les violences sexuelles 2016-2021*⁶⁴, uma vez constatada a sub-representação da população LGBT nas estatísticas de violências sexuais.

⁵⁸ Diretor do Estado Civil. Cf. CHANGEMENT, ©2008.

⁵⁹ Collège d'Enseignement Général et Professionnel [Colégio de Ensino Geral e Profissional].

⁶⁰ Paravrão, em inglês, que pode ser traduzido por “porra!”.

⁶¹ Compreender e conter as violências sexuais vividas pela comunidade LGBTQ+.

⁶² Por uma abordagem integrada da luta contra a violência sexual: resultados da consulta a grupos LGBT em Quebec pelo Conselho LGBT de Quebec.

⁶³ “Documentar o problema da violência sexual cometida contra lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT) e adaptar certas ferramentas de informação e conscientização para levar em consideração suas realidades. A produção de um retrato das diferentes formas de violência sexual cometidas contra pessoas LGBT permitirá compreender melhor as necessidades, nomeadamente em termos de informação e sensibilização, para depois adaptar alguns instrumentos com base nos resultados estabelecidos. Por sua expertise, o *Bureau de Lutte contre l'Homophobie et la Transphobie* (BLCHT) [Gabinete de Combate à Homofobia e Transfobia] do Ministério da Justiça estará intimamente associado à realização desta ação.” (QUÉBEC, 2016, p. 46, tradução nossa).

⁶⁴ Estratégia Governamental para prevenir e conter as violências sexuais. Cf. QUÉBEC, 2016.

*Que savons-nous des violences sexuelles commises à l'encontre des personnes LGBT et de leur suivi ?*⁶⁵ Esta foi a primeira parte da pesquisa coordenada por Michel Dorais⁶⁶ e o CQ-LGBT. Quarenta e um organismos que se ocupavam de pessoas vítimas de violência sexual entre os sessenta e dois existentes participaram e responderam. Durante sua apresentação, Dorais fez um pronunciamento que dividiu o auditório: ele afirmou que no Canadá não existe transfobia e homofobia sistemáticas. Uma parte do público concorda, a outra não se convence muito disso. Uma garota se dirigiu ao microfone e colocou-se contrária ao argumento do sociólogo, mas ele a interrompe antes de terminar seu discurso. Ela recomeça após ele se defender dizendo que estava se referindo à ausência de legislação que legitimasse institucionalmente a homofobia ou transfobia. O público aplaude a garota após seu discurso mediado pelo desconforto de ser constantemente interrompida.

Jade Almeida⁶⁷, mulher negra lésbica, apresenta seu trabalho desenvolvido em parceria com o Conselho LGBT de Quebec: *Intersectionnalité : pour un milieu LGBTQ+ anti-raciste*⁶⁸. O trabalho se origina do relatório⁶⁹ sobre o racismo vivido pela população LGBT racializada em Montreal realizado em 2017 com subvenção do Ministério da Imigração. Outra conferência foi *Intervenir auprès de personnes victimes de violences sexuelles au sein de couples de même sexe : l'expertise d'organismes LGBTQ+*⁷⁰, na qual os panelistas criticam o papel heteronormativo que inclui o homem sempre como agressor e a mulher como vítima, não permitindo que a violência doméstica no interior de casais do mesmo sexo seja exposta, também criticam a falta de verbas do governo para atendimento a homens vítimas de violência sexual.

Com base na cena etnográfica, o *Forum Lexic*² demonstra relações entre sujeitos/as legitimadores/as e executores/as de políticas públicas (FERNANDES, 2015). Segundo Fernandes (2015, p. 2013), a “abertura de seminários, conferências, encontros e outras políticas públicas similares são lugares privilegiados de ação dos sujeitos legitimadores de políticas públicas” e, nesses espaços podemos constatar, pelo menos, três categorias desses, dentre as

⁶⁵ O que sabemos sobre a violência sexual contra pessoas LGBT e seu seguimento?

⁶⁶ Sociólogo da sexualidade, leciona há 21 anos na Escola de Serviço Social e Criminologia da Universidade Laval. Publicou diversos livros sobre diversidade sexual e de gênero, homofobia, prostituição infantil e sequelas de agressões em meninos. (MICHEL, 2019, tradução nossa).

⁶⁷ Natural de Guadalupe, mestre em História Cultural Contemporânea na Universidade da Sorbonne, doutoranda em Sociologia na Universidade de Montreal sob a orientação de Sirma Bilge. À época, trabalhava como gerente de projetos no Conselho LGBT do Quebec (JADE, 2019, tradução nossa).

⁶⁸ Interseccionalidade: por um meio LGBT antirracista.

⁶⁹ Cf. ALMEIDA; BOISVERT, 2017.

⁷⁰ Intervir junto a pessoas vítimas de violências sexuais no seio de casais de mesmo sexo: a expertise de organismos LGBTQ+.

quais os autorizados, as autoridades e os anônimos. Observando as presenças e participações⁷¹ (FERNANDES, 2015) no evento, notei como a figura de Sonia LeBel assume o lugar de autoridade, uma vez que sua participação traz prestígio àquele espaço, como também denota uma ligação orgânica do Governo com aqueles debates, especialmente quando ela afirma que o evento está de acordo com os seus objetivos.

A persona de Gabrielle Bouchard⁷² tem em sua atuação a representação dos autorizados por sua inserção e reconhecida atuação no movimento social e construção desta edição do evento. Mas não somente ela como todas as pessoas dos organismos comunitários e/ou da Academia, pesquisadoras encarnam o lugar de autorizados. Se tratando de um evento acadêmico-político, porque não apenas apresenta pesquisas financiadas pelo Governo, como recebe subvenção do *Bureau de Lutte contre l'Homophobie et la Transphobie*⁷³ (BLCHT) e do *Secrétariat à la Condition Féminine*⁷⁴ do Governo do Quebec (COMMANDITAIRES, 2019); neste caso, o papel de legitimador anônimo está representado pelos/as sujeitos/as que foram interlocutores/as nas pesquisas. Eles/as reforçam tanto a importância do evento, quanto das pesquisas, mas também o lugar de apoiador/a e legitimador/a participante do Governo e da Ministra da Justiça.

Nessa relação vê-se também um exemplo da discussão proposta por Phillips (2001), no que diz respeito à adoção de uma “política da presença” ou “política das ideias”. O debate conduzido por essa autora foge ao binarismo ou a relação antagônica e mutuamente exclusiva de uma política sobre a outra. Phillips defende a comunhão das duas perspectivas de maneira a

⁷¹ Fernandes (2015, p. 2014) estabelece uma diferença entre presença e participação: “[...] a dinâmica de presença e participação envolve diversos aspectos, sendo que tanto a presença como a participação atuam como formas de legitimar políticas públicas. Entretanto, a participação envolve vínculo orgânico com a política em questão. Já a presença legitima a política e dá crédito às ações.”

⁷² Gabrielle Bouchard atualmente ocupa o cargo de presidente da *Fédération des Femmes du Québec* [Federação de mulheres do Quebec]. Ela faz parte do Conselho Consultivo sobre a Estratégia para Prevenir e Enfrentar a Violência de Gênero, além de ter sido escolhida pela *Condition Féminine Canada* como uma das 82 mulheres de influência no Canadá (GABRIELLE, 2019, tradução nossa).

⁷³ Reportando-se ao Ministério da Justiça, o *Bureau de lutte contre l'Homophobie et la Transphobie* [Gabinete de Combate à Homofobia e Transfobia] garante a coordenação na implantação, acompanhamento e avaliação da ação governamental no combate à homofobia e transfobia.

⁷⁴ O *Secrétariat à la Condition Féminine* [Secretaria para a Condição Feminina] está ligado ao Ministério da Educação e do Ensino Superior. Foi criado, em 1979, junto com o cargo *Ministre déléguée à l'Éducation et responsable de la Condition Féminine* [Ministra delegada para Educação e responsável da Condição Feminina] para secundá-la e assessorá-la (HISTORIQUE, 2020, tradução nossa). Um ministro delegado geralmente fica responsável por uma área ou assunto específico dentro de um ministério, estando sob a autoridade de um outro ministro ou do primeiro-ministro. Dessa forma, o *Secrétariat à la Condition Féminine* [Secretaria para a Condição Feminina] tem por objetivo “assegurar, por meio de consultas, a consistência das iniciativas governamentais na área da condição da mulher; desenvolver, em colaboração com os departamentos e agências competentes, as principais orientações do governo em matéria de estatuto da mulher; assegurar a sua implementação; estabelecer uma rede de funcionários responsáveis pela situação da mulher nos departamentos e agências governamentais.” (HISTORIQUE, 2020, tradução nossa).

exercitar a democracia representativa. Enquanto a primeira diria de uma representação preferencialmente atenta às diferenças de pensamentos, posicionamentos políticos e filosóficos, dentro de um paradigma liberal que exclui as diferenças corpóreas; a segunda trabalha em cima das categorias de sujeito/a que foram colocadas a parte da política institucional e sofrem uma sub-representação ou mesmo ausência de representação no Estado, assim, defende a inclusão de mulheres, negros/as, LGBTQ, indígenas, deficientes *etc.* nas esferas políticas institucionais (PHILLIPS, 2001). No *Forum Lexic*², acompanhamos a combinação dessas duas matrizes de organização da representação política. Os/as atores/atrizes que compunham aquele espaço tanto o faziam pelo interesse em comum sobre as pautas a nível identitários, ali havia em sua maioria pessoas LGBTQ, mas também diferenciavam-se em suas ideias políticas e teóricas sobre violência sexual contra pessoas de sexualidades e-gêneros dissidentes, as estratégias, objetivos e avaliações sobre as suas políticas de enfrentamento.

O Estado não deve ser visto como uma instituição monolítica, enrijecida pela burocracia, embora estas desempenhem um papel crucial para seu funcionamento, mas plural, podendo adotar formas específicas e singulares de exercício de poder (LIMA, 2014). Tampouco deve ser entendido como neutro e deslocado das relações sociais de poder, dos sistemas de produção de vulnerabilidade, dominação/exploração. Trata-se, portanto, de uma realidade ideológica, devendo ser contextualizado com o seu meio, estando constituído e constituindo poderes como o racismo, a heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias *etc.* Suas ações e funcionamento são mediados por alianças e tensões (LIMA, 2014, FERNANDES, 2014).

São essas alianças e tensões que reforçarão ou contestarão seu exercício de poder, sua dimensão de máquina de captura (LIMA, 2014). Tendo em vista essas relações dos organismos LGBT com o Estado e minhas observações sobre a ação movida pelo CLCOG contra o Governo e a ampliação da lei sobre as pessoas trans e a mudança que eles exigem em relação ao Código Civil, me fiz a pergunta de Fátima Lima (2014): é possível que o estado inclua uma multidão *queer*? Quais os resultados desse processo? A longo prazo, em que isso implicará? Novos processos de normalização? Ou chegaremos a uma abertura desejada? Vejamos os efeitos da aprovação do casamento igualitário: as pessoas casadas agora fazem seu *coming out* apresentando os parceiros e parceiras, sendo legitimadas socialmente por seu estilo de vida “tradicional”. E as que não querem se casar?

A agenda e as ações do movimento LGBTQ, aqui em específico o movimento trans montrealense, talvez demonstrem uma confiança no sistema de justiça em termos de sensibilização para questões trans/não binárias e, portanto, uma suposta preocupação em acolher esses pedidos de incluir a multidão *queer*, o que implica, reconhecê-la na sua

homogeneidade e indeterminações, multideterminações, autodeterminações; porque, de fato, como dizia Audrey, a advogada do CLCOG, “a igualdade social começa com a igualdade jurídica”. Isso pode ser visto no pressentimento de ser um “juízo [...] vencível”, conforme indicado na descrição do evento no *Facebook*.

Durante o intervalo, perguntei a um interlocutor que estava presente na audiência e trabalha para um organismo LGBTQ se o CQ-LGBT estava entre os grupos que apoiavam o julgamento, se eles compareceram às audiências. Ele me respondeu que há grupos mais combativos, como o CLCOG, que atuam diretamente, enquanto há outros grupos que têm uma relação mais próxima e dependente do Governo, fazem uma política oculta e às vezes ainda endossam acordos que não seriam bons para a comunidade em geral. Noutro momento, dessa vez, num evento beneficente para um organismo comunitário de jovens LGBTQ, ao comentar com um interlocutor trans sobre minha pesquisa e minhas impressões sobre o CLCOG, ele reafirmou esse caráter mais “de luta”, o que indicaria uma postura mais crítica e menos voltada à simpatia do Estado. Esse curto diálogo indica que há uma cisão entre radicais e assimilacionistas, mas com alguma fluidez entre essas categorias, uma vez que o CLCOG, caracterizado dentro dos discursos dos meus interlocutores como mais combativo, exerce seu caráter diretamente contra o Estado do Quebec. Essa diferenciação entre CLCOG e CQ-LGBTQ pode ser inferida ainda do papel do deste último como “interlocutor privilegiado junto às instâncias de decisões, tanto políticas quanto sociais [...]” (CONSEIL, 2020).

Devo dizer que, inicialmente, estava apoiado em uma ideia pouco clara sobre a relação dos movimentos *queer* com o estado. Muitas vezes achei estranha essa abertura do CLCOG, que considero uma das organizações mais *queers* que conheci até hoje, ao estado – quero dizer em termos de diálogo. O que eu não tinha percebido – provavelmente devido às minhas posições pessoais e leituras não tanto anarquistas, mas suspeitas do estado – era que o movimento *queer* desde o seu início estava liderando uma luta contra o estado, demandando-lhe que cuidasse da população LGBTQ sem a render a um modelo de vida heteronormativo. Hoje, seu combate, além de criticar as heteronormatividades, gira em torno de uma crítica à “nação heterossexual” (CURIEL, 2013), ao “homonacionalismo” (PUAR, 2015) e à colonização.

Isso não significa que o diálogo com o Estado seja “proibido”. Mas o contrário: agora temos realmente que desafiar nossas ações e liderar ações diretas, pedindo respostas às necessidades de certas populações e questionando suas medidas quando elas reproduzem os valores homonocionalistas, colonizadores e cisheterossexistas, porque, como explica Fátima Lima (2014, n. p.), “só há possibilidade de produzir políticas que podemos designar como *queer*

se a potência de resistir continuar a reinventar outros/novos modos de vida.” É o que vemos nos procedimentos do CLCOG que, autônomo em relação ao Estado, não-subservido, guarda seu caráter de exterioridade, máquina de guerra, marcado por acontecimentos e o tensionamento da “máquina-estado” (LIMA, 2014). E isso não significa que estejam adotando uma política reformista, como eu também acreditava.

Além disso, é assim que o CLCOG trabalha com sua *queerness*. Assim como tantas formas de Estado são possíveis, dado que se desconstruiu a ideia de uma representação universal e homogênea dessa instituição, é possível, e de fato existem, também várias formas de política *queer* com seus diferentes meios e ferramentas políticas e epistemológicas. Como epistemologia, veremos várias faces dessa teoria-política, seja a versão francesa, norte-americana (especialmente americana), latino-americana ou africana, nas quais nos confrontaremos em seu interior com alvos distintos, como a crítica *queer* de cor, o marxismo *queer* ou anarquismo *queer*.

Mas há um aspecto que considero fundamental para qualquer teoria *queer*: a negação das tentativas de captura pelo estado e/ou capital. Não estou tentando moldá-la. Acredito que isso seja uma perda de tempo e uma tarefa política e epistemologicamente pouco produtiva. Acho que antes devemos enfatizar a perspectiva *queer* que acreditamos ser útil para os desafios políticos e sociais a serem superados. Volto à ação movida pelo CLCOG, perguntando-me, desta vez, quais são os efeitos para além do que nos é visível em termos jurídicos? O Governo Canadense poderia ser um exemplo de reconhecimento *queer* bem-sucedido? Como explicar a crença no sistema/estado jurídico quando nós o criticamos? Porque, como já ouvi algumas vezes no Brasil, e outras tantas no *Forum Lexic*², não se pode “jogar o bebê fora com a água do banho”.

O contexto brasileiro do movimento LGBT, a seu turno, marca-se pelo paradigma da luta pela igualdade *versus* diferença. De um lado, um movimento que buscava igualdade jurídica e social a partir da equiparação e assunção dos modos de vida heterossexuais, buscava-se a inclusão pela assimilação de modos de vida de uma sexualidade hegemônica. Assim, ademais da criminalização da homofobia, direitos como o casamento e a adoção, reconhecimento das famílias LGBT como entidades familiar, constituíam o horizonte desses movimentos, que, ao passo que faziam essas exigências, endossavam uma ideia de identidade LGB cristalizada, asséptica. As pessoas trans e travestis, nesse momento, nem eram reconhecidas ou desejadas no movimento, senão como atrações. Como sustenta Colling (2015), “em boa parte das pautas que mais mobilizaram o movimento LGBT nos últimos anos, no Brasil e no mundo, transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida

monogâmica.” Os propagadores desse tom mais hetero/homonormativo do movimento relacionavam-se mais diretamente com o Estado, ao passo que o que hoje poderíamos chamar de ativismo *queer*, adotavam uma postura menos institucional e com uma abordagem política mais cultural, artística, mais deslocada da noção de igualdade e próxima ao ideal de diferença.

O resultado de anos de lutas e manifestações daqueles movimentos por direitos levou a uma judicialização da política (CARDINALI, 2018). Os direitos LGBT *supra* citados e conquistados até hoje não estão e nem foram incorporados à Constituição, são ganhos jurídicos alcançados a partir da interferência do Supremo Tribunal Federal (STF)⁷⁵. Nesse sentido, a judicialização⁷⁶ da política tornou-se o mecanismo de garantia de direitos à população LGBT no Brasil. No entanto, como assinala Carrara (2010), com essa prática alimentamos a ideia de que a Justiça resolverá todos os problemas desse grupo, endossa-se a linguagem dos direitos como um fim em si mesmo, e sublima-se o alcance desses avanços para todo o movimento, excluindo parcela significativa que, pela combinação de contextos de vulnerabilidade, não acessam esses direitos, e não têm suas necessidades visibilizadas.

A relação do movimento LGBT com o Estado sempre foi conflituosa, gerando tensões no interior do grupo, como a disputa entre “partidários” e “independentes”. Segundo Fernandes (2011), como o partidarismo era visto como um contrato com um grupo, neste caso, um partido, presumia-se a ação enviesada; enquanto os “independentes”, não ligando-se por laços partidários a nenhum governo, fossem comprometidos com o movimento LGBTQ e não aos seus partidos políticos. Dessa forma,

As acusações aos ‘partidários’ envolviam comumente denúncias sobre lideranças ‘cooptadas’ pelo governo, a defesa da estrutura partidária em detrimento das agendas homossexuais e anti-homofobia e que ‘partidários’ usam o movimento como estrutura profissional. As acusações aos ‘independentes’ estavam relacionadas principalmente com a falta de responsabilidade e compromisso coletivo, o niilismo e a luta apenas pelo ‘particular’ em detrimento da ‘luta geral’ pelo ‘socialismo’ ou ‘direitos humanos’.” (FERNANDES, 2011, p. 300).

⁷⁵ Dentre outras coisas, o STF reconheceu, em 2011, a legitimidade constitucional das uniões homoafetivas as equiparando às uniões heterossexuais; em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emite a Resolução 175 obrigando todos os cartórios do Brasil a realizarem uniões homoafetivas; em 2015, reconheceu a adoção homoafetiva como um direito de casais homoafetivos; em 2017, decide que casais em união estável ou casamento civil têm os mesmos direitos de herança; em 2019, numa decisão histórica, determina que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerada crime, punível segundo a Lei Antirracismo, nº. 7716/89.

⁷⁶ Para uma discussão mais detida sobre o assunto, *cf.* Cardinali, 2018.

Outra distinção que viria a ocorrer seria entre “identitários” e *queers*, que, segundo alguns pesquisadores que assumem essa última adjetivação, estaria assente na disputa por recursos públicos. Com o surgimento de novas personagens políticas, o “identitários” se veriam confrontados a partilhar as verbas públicas que outrora estariam dispostas exclusivamente para suas agendas (MISKOLCI, 2011; FERNANDES, 2011). Essa diferenciação diria estritamente da relação que ambos os movimentos se proporiam a ter com o Estado: aquela mais distanciada e crítica ou mais capitular e reformista. Nesse sentido, a oposição classificatória

parece apenas um sintoma de resistência do movimento atual à criação de um diálogo mais crítico com o Estado, ao estabelecimento de uma crítica articulada e sistemática às pressões conformistas do mercado e, sobretudo, demonstra sua crescente desconfiança com relação à universidade, em outro momento vista como aliada e agora encarada como “competidora” pela representação política ou de demandas dentro de uma agenda de política sexual em mutação. (MISKOLCI, 2011, p. 45).

Miskolci defende então que esse antagonismo não partiu dos *queers*, mas dos supostos “identitários”, que manifestariam ainda um antiintelectualismo, promovendo a disjunção teoria e prática, como meio de desqualificação daqueles em relação a estes. A balança que media o valor simbólico do trabalho intelectual e militante pesava mais para este último, que estariam nas ruas, na prática, ao contrário dos primeiros. Essa noção será fortemente contestada, posto que nas universidades a política sexual encontrou grande apoio e boa parte dos quadros do movimento LGBT formou-se de estudantes e intelectuais de sexualidade e gênero dissidentes.

Felipe Fernandes (2010) traz um material interessante de ativistas antigos do movimento LGBT que questionam esse ponto de vista de pessoas pesquisadores como Miskolci, onde podemos observar uma dissonância entre os pontos de vista do pesquisador e dos ativistas, pontuando, ainda, o perfil sociais das pessoas *queers* como uma contradição fundacional de sua crítica.

O professor parte de uma crítica justa ao simplismo da dicotomia queer x identitários para insinuar que a repulsa a certos vieses acadêmicos e “queers” é um misto de antiintelectualismo, com a pura e simples defesa de interesses econômicos. Ou aquilo 139 de projetos, para ser mais direto.

[...]

Para sustentar sua posição, o professor Richard faz uma associação mecânica e sem lastro empírico entre os “identitários” e movimento LGBT a “gays brancos de classe média discretos” e, ao mesmo tempo, reivindica para os “queer” uma representação feminista, feminina, negra, pobre, etc. Não sei de onde ele tira isso. Deve ser para parecer politicamente correto. Ou a maioria

dos “queer” não são gays brancos de classe média e intelectuais? E o movimento LGBT não é absolutamente plural, com representações em todo o Brasil, com uma representação trans, lés, negra, drag, também pobre? Esse pessoal deveria frequentar mais Paradas do Orgulho e militar na vida real, para conhecer um pouco mais a complexa realidade LGBT (RODRIGUES, 2010 *apud* FERNANDES, 2011, p. 310).

Essa argumentação reitera outro conflito no interior do movimento LGBT notado por Fernandes (2010): a disputa entre “partidários” e “independentes”. No relato acima, o interlocutor indentificado como “partidário”, segundo o campo de Fernandes (2010), aparece criticando o movimento *queer*, postura compartilhada pelos seus antagonistas pontuais, os “independentes”, que, nesse momento, são idistinguíveis para a lente *queer*. Apesar do posicionamento do primeiro compor quadro do Estado, estando profundamente ligado ao partido do Governo, e o segundo mais distanciado das instituições estatais. Mas o que chama a atenção no excerto acima é a menção à contradição interna aos *queers*. Essas mesmas pessoas que questionama a política mainstream do movimento LGBT e as marcas sociais que atravessas seus ativistas, compartilham de semelhante lugar de classe e racial, afinal, quais grupos teriam poder suficiente para peitar um movimento considerado de classe média e branco, senão outras pessoas de classe média e brancas com semelhante poder de disputa e deslocamento de hegemonia?

Cena 3. Gabrielle Bouchard, em 18 de fevereiro de 2019, postou, em sua página do *Facebook*, a foto de um pedaço de papel com a referência *monsieur*⁷⁷ antes de seu nome e sobrenome. Este papel era das eleições no Quebec. Talvez um envelope para depositar os votos ou uma folha de presença, isso não importa muito. O que importa é Madame Gabrielle, uma mulher transgênero, ser tratada no masculino pelo sistema estatal, já que estamos falando de votação, eleições políticas.

A imagem é seguida por *#electionsquebec* e *vous êtes cutes*⁷⁸ – uma frase sarcástica que demonstra ao mesmo tempo descrença e habituação não conformada com este tipo de violência, e uma forma divertida de lidar com o fato. Comentários de amigos da rede foram adicionados à postagem criticando o erro de gênero. Um dos que me chamou a atenção foi escrito por Sophia D’Aoust que diz:

⁷⁷ Senhor.

⁷⁸ Vocês são fofos.

Não muito rápido, eleição Quebec. Eu tinha ao telefone a senhora que me chamava sempre Monsieur tentando confirmar que eu era mesmo Sophia D'Aoust e depois de três vezes que a repreendi, ela disse: sim, mas você tem uma voz de cara, o que você quer que eu faça?

Depois de uma brincadeira que reitera a perplexidade, Sophia d'Aoust testemunha situação semelhante, mas esta teria acontecido por telefone e teve contato direto com a pessoa que não sabia como tratar uma mulher transexual que tinha uma “voz de homem”. Essa situação mostra uma resistência entre a realidade jurídica, os documentos, o imaginário social e a relação entre corpo e identidade social. Apesar das peculiaridades dos casos, ambos foram conduzidos por funcionários do Estado.

Esse fato vai diretamente contra o discurso de Michel Dorais no *Fórum Lexic*², para quem não há transfobia sistêmica ou homofobia no Canadá, e que pode ser tomado como representativo da postura política daquele evento, embora houvesse quem discordasse de Dorais. Nesse sentido, a relação do *Forum Lexic*² com o Governo do Quebec não transparece uma relação de tensionamento com a máquina de captura, pelo contrário, quando Dorais faz tal afirmação, ele nega o caráter prescritor de subjetividades e ideologicamente constituído de dinâmicas de opressão do Estado (FERNANDES, 2014; LIMA, 2014).

Uma impressão geral do *Forum* foi que o *advocacy* junto ao governo e suas instituições figura como uma estratégia prioritária focada em agendas negativas (UZIEL *et al.*, 2006; FERNANDES, 2014), o combate às violências sexuais. Um interlocutor voltou a observar isso, acrescentando que estão “seguindo os passos dos heterossexuais”, fazendo referência ao feminismo liberal que lutava pela inclusão das mulheres. Algo que se destacou também foi o discurso das pessoas não binárias⁷⁹ politicamente orientado para o governo com vistas a dialogar com o Estado e ser acolhido por suas instituições.

Muito parecido com a realidade brasileira, se tomarmos o movimento LGBT pela igualdade, no qual não se apresenta tanto um pensamento revolucionário sobre gênero e sexualidade e um questionamento se o Estado pode sustentar uma multidão *queer* (LIMA,

⁷⁹ O fato de identidades não binárias serem constantemente e seriamente debatidas me surpreendeu muito, já que venho de um ambiente totalmente distinto no Brasil. Ainda estamos caminhando inicialmente nessa discussão e alguns setores do movimento transgênero e feminista ainda não incorporaram essas questões. Algumas mulheres trans carregam consigo uma política de transexualidade padrão, que Luma Nogueira de Andrade chama de “mulheramento”, no caso das mulheres. transgêneros que buscam se ver mais com uma mulher cisgênero (FERNANDES; TORRES, 2018). As identidades não binárias são vistas como uma espécie de indecisão da pessoa ou mesmo uma representação ilegítima, uma vez que a pessoa não assume uma identidade “inteligível”, mas está em constante transição. Também diferente do Brasil, observou um interlocutor, parece que mulheres e lésbicas também estão engajadas em assuntos transgêneros e não binários, algo que saltou à análise ao percebermos uma sala em sua maioria composta por mulheres.

2014). Eles querem sobretudo serem vistos do governo e terem acesso às políticas públicas. De certa forma, é uma prática correlacionada com as realizadas pelo movimento LGBT brasileiro padronizado, movimento mais vinculado a organismos internacionais e com uma pauta mais globalizada sobre gênero e sexualidade que está constantemente em discussão com o governo e em defesa de direitos legais, como vimos no capítulo 1.

3.6 COLONIALIDADE, GÊNERO E QUESTÕES AUTÓCTONES

Fiz parte da reunião do CLCOG, como ouvinte, embora tivesse poder de voto. Cheguei no prédio da Universidade Concordia por volta das 17 h. Já havia muita gente, lembro-me que fiquei surpreso ao ver a pluralidade de pessoas: deficientes, negros, brancos, indígenas. Eu me senti muito bem, como se tivesse encontrado meu lugar. A sala que ocupam é compartilhada com outra organização estudantil da Concordia, o QPIRG. A rede Wi-Fi era nomeada por *solidarity*⁸⁰ e a senha *solidaritynotcharity*⁸¹. A reunião estava reservada celebração do fim do processo pelos direitos das pessoas trans movido contra o Governo do Quebec e eleição de novos membros para o Conselho Administrativo. As equipes dos projetos do CLCOG fizeram suas apresentações e uma me chamou atenção: *Missing Justice Collective*⁸²,

Um coletivo que procura consultar e colaborar com as comunidades e organizações autóctones a fim de promover uma melhor compreensão das realidades das mulheres indígenas e dissipar os estereótipos negativos frequentemente associados a essas mulheres vítimas de violência. Nossos objetivos são conscientizar e promover ambientes seguros para as mulheres indígenas, abordando o racismo sistêmico, sexismo, classismo e negligência encontrados na mídia, no sistema de justiça e nos órgãos. policiais. Reconhecemos que as causas da violência racializada e sexualizada estão vinculadas às políticas colonialistas atuais e históricas do Canadá. Procuramos dar apoio social, moral, legal e político às famílias das vítimas. Também queremos pressionar o Governo do Canadá a agir sobre os 510 e mais casos de mulheres indígenas desaparecidas e assassinadas, levando em consideração a recomendação feita pela *Association des femmes autochtones du Canada*⁸³, Anistia Internacional e comunidades. e grupos ativistas indígenas. (CENTRE, 2020).

⁸⁰ Solidariedade.

⁸¹ Solidariedade não caridade.

⁸² Coletivo Justiça Perdida.

⁸³ Associação de Mulheres Autóctones do Canadá.

Da mesma maneira, grupos autóctones têm se organizado em torno de um movimento que interpreta as relações de gênero e sexualidade a partir de suas experiências enquanto grupo étnico que viveu processos colonizatórios, o que lhes fornece um outro olhar sobre a homofobia, a heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade. Na apresentação de Dayna, uma mulher lésbica de ascendência autóctone, encarregada do CLCOG pelo projeto, percebi um entrelaçamento de questões, no qual vejo uma forma de trabalhar articulando a questão da sexualidade e gênero com o racismo, a colonização e os direitos dos povos indígenas e como no Quebec, em Montreal, o debate sobre colonialidade e as violências coloniais que se refletem até hoje sobre os povos originários tem uma grande força e expressão discursiva em parte do movimento LGBTQ. Essa discussão é partilhada por pessoas *queer* ou *two spirit*⁸⁴ de origem autóctone que aliam o debate de gênero e sexualidade às críticas decolonial e ao antirracismo⁸⁵.

No caso da *bispiritualité*⁸⁶ ou *two spirit*, este conceito/identificação cunhado por pessoas autóctones nativas americanas na década de 1990, surge, como aponta Estevão Fernandes (2017a), como uma crítica ao processo de colonização, uma rede complexa de dispositivos raciais, religiosos e heteronormativos (de gênero e sexualidade). Essa crítica vai colocar a homofobia como um produto da ação colonial ligada a ideologias de trabalho e família. A recuperação das sexualidades indígenas passa por uma descolonização, uma crítica da imbricação de colonialidades de gênero e raça (FERNANDES, 2017a, 2017b).

A identidade *two-spirit* não deve ser reduzido a homossexualidade, seu significado está para além do aspecto sexual, mais ligado a dimensão da identidade de gênero. Até porque nem todas essas pessoas, nomeadas pelos colonizadores de *berdache*, eram homossexuais. Nem todas elas tinham relações com pessoas do mesmo gênero. A noção de uma sodomia generalizada entre aqueles que atravessavam os limites do gênero não só criava hierarquias e dominação sobre esses povos, como apagava a especificidade da sua organização social, interpretação e vivências generificadas com traços tribais particulares (LAMBERT, 2016).

A ideia de um terceiro gênero já existia entre os povos autóctones antes do processo colonizatório. Muitas das etnias tinham seus termos específicos em suas línguas para designar

⁸⁴ Dois espíritos.

⁸⁵ A exemplo, o livro de Maa-Nee Chacaby, uma lésbica *two spirit*, escritora e ativista *Ojibwe-Cree*, esteve entre os principais lançamentos do primeiro semestre de 2019 em Montreal. No seu livro *Un parcours bispirituel: récit d'une aînée ojibwé-crie lesbienne* (CHACABY, 2019), ela conta sua história de vida, sua infância e descoberta da condição biespiritual, a relação com sua avó, a juventude impactada por tragédias, abusos e um casamento forçado e o racismo que viveu durante sua vida. Todo esse cenário foi construtor da sua implicação militante anos mais tarde.

⁸⁶ Biespiritualidade.

essas pessoas que existiam fora do binarismo de gênero. A compreensão da biespiritualidade se opõe ao dimorfismo sexual ocidental, vai além dos aspectos sexuais, e toca a dimensão espiritual, de equilíbrio com a natureza para esses povos, uma lógica de complementaridade e trânsito nos diferentes planos da vida indígena (FERNANDES, 2017a, 2017b). Nesse sentido, essas pessoas tinham um notável respeito pelos seus pares, atuando em funções médicas e espirituais, como curandeiros ou xamãs, e econômicas, como tecelãs ou cozinheiras (LAMBERT, 2016).

A crítica *two spirit* de pessoas autóctones canadenses me provocou a refletir até que ponto parte do debate interseccional e decolonial que travamos carrega, às vezes, um tanto de etnocentrismo; uma visão umbigada. Por vezes, fica a impressão de que esquecemos de algumas categorias importantes no debate sobre colonialidade/colonização: a etnicidade e, mesmo, a identidade de gênero e orientação sexual. Ficamos um pouco num debate cisheterocentrado. Mas por quê? Embora façamos frequentemente uma relação do pensamento decolonial com os saberes indígenas e africanos e suas tradições, esses primeiros acabam sendo escamoteados na análise interseccional e/ou decolonial, seja ela de feministas brancas ou negras.

Mas também porque acabamos por invisibilizar todas as identidades negras dissidentes de gênero e sexualidade que foram perseguidas ou passaram por processos de padronização no Brasil colônia, como trabalhos antropológicos de pesquisadores brasileiros, alguns dos mais proeminentes escritos por pesquisadores LGBT, evidenciam. A colonialidade não prescinde de uma dominação de gênero. A experiência colonial da população indígena reflete uma imbricação de gênero e raça na ação colonial tanto aqui quanto no Canadá. Como também a experiência de pessoas negras escravizadas ou libertas. A exemplo, quando a biespiritualidade da população autóctone, no Canadá, aparece demonizada pelo discurso colonizador ou a homossexualidade indígena, no Brasil. Luiz Mott (2013) visibiliza o caso de São Tibira do Maranhão, o primeiro indígena, de etnia Tupinambá, a ser morto, em 1612, “pelo pecado nefando da sodomia” – como era interpretado pela Igreja Católica.

Há também casos que refletem essa imbricação entre colonialidades no Brasil. No século XVIII, temos o caso de Xica Manicongo, considerada por algumas pessoas pesquisadoras como a primeira pessoa trans do Brasil que se tem conhecimento. Xica teria sido tantas vezes perseguida e interpelada sobre sua identidade e forma de se vestir que, tendo em vista o código penal da época, que previa incineração pública pelo crime⁸⁷ de sodomia, teria passado a “se

⁸⁷ A sodomia no Brasil foi considerada crime até o século XVIII, tendo sido descriminalizada ainda nesse mesmo século com a instituição do Código Penal do Império do Brasil, seguindo a tendência que ocorria nos países da

vestir como homem” (SANTOS, 1997, 2013; JESUS, 2019). Santos (1997, 2013) mostra brilhantemente a existência de um sistema colonial de gênero que, segundo ele, estabelecia uma “padronização sexual” da indumentária sem distinções entre negros e brancos, senhores e escravizados. Ou seja, homem vestia-se como homem, e mulher vestia-se como mulher. O antropólogo traz vários casos de pessoas negras, pardas e brancas que foram presas pela prática de travestismo, como se dizia na época, fossem mulheres a se vestir de homens ou homens a se vestirem de mulheres, no século XIX (SANTOS, 1997).

Diante da partilha de experiências de dominação colonial de povos indígenas com o Brasil, seria possível então pensar uma outra genealogia para o *queer* no Brasil, uma vez que somos constituídos de um processo de massacre de populações indígenas e suas culturas ainda hoje em andamento? Seria possível uma outra genealogia que se inserisse fora das dinâmicas da colonialidade? Algo que viesse das subculturas, marginalmente, que estivesse ligado a outras concepções de corpo e gênero, que precedesse nosso aparecimento enquanto Brasil? Estevão Fernandes nos oferece essa genealogia alternativa assim como muitas autoras que veem a colonialidade do gênero (LUGONES, 2008) como um outro eixo necessário para implantação do projeto colonial.

As críticas das pessoas LGBTQ de cor ao movimento não podem ser vistas como meros exageros ou fragmentações da luta. Os tensionamentos e deslocamentos produzidos respondem a vivências e necessidades específicas enquanto grupo e, cada vez mais, surgem no espaço público e/ou virtual. O conflito aparece como categoria central que guia essas ações e produz essas inflexões.

Europa (PRETES; VIANA, 2007; TREVISAN, 2018). Ainda segundo Santos (1997, p. 158), havia uma multa instituída pela *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia* que estipulava o pagamento de 100 cruzados por aquele que se vestisse em traje de mulher; e o Código Criminal, ainda que não fosse explicitasse nenhum dispositivo jurídico de proibição do travestimos, permitia “algum tipo de interpretação que nos faz pensar a questão da inversão da indumentária como um caso relacionado à moral e ao decoro público, estando, portanto, sujeita à ação policial.” (SANTOS, 1997, p. 154).

4 LUGAR DE FALA, RACISMO E ARTE

No capítulo anterior, imergi no campo do movimento LGBTQ de Montreal, desde sua emergência até sua configuração atual com uma análise do campo. Neste capítulo, evidencio e analiso a confluência dos ativismos LGBT em Montreal e Salvador no que toca a emergência de discursos subalternos que questionam a produção de conhecimento e o lugar da experiência. Outrossim coloco para discussão tensões similares dentro desses movimento que sugerem, a partir de intersecções de marcadores raciais e de gênero, formas alternativas de manifestação política.

4.1 TRANSNACIONALIZAÇÃO DO LUGAR DE FALA? DISPUTAS DE PESSOAS TRANS E RACIALIZADAS NA PRODUÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A categoria *lugar de fala* surge como uma expressão típica dos ativismos feminista, LGBTQ e negro brasileiros. Não está popularizada no movimento feminista e LGBTQ transnacional. Dificilmente encontraremos em literatura estrangeira sua tradução literal⁸⁸. No entanto, ela está intimamente ligada a perspectivas críticas da epistemologia ocidental, inserindo-se como uma ferramenta política contra a autoridade discursiva, surgida da teoria do ponto de vista feminista e dos saberes subalternos (RIBEIRO, 2018). Nas diferentes inflexões do que se considera autoridade discursiva, *lugar de fala*, ou *saberes localizados* (HARAWAY, 1995), ou *feminist standpoint theory*⁸⁹, encontra sua combinação político-epistêmica.

Os movimentos feministas elaboraram, nas décadas de 1980 e 1990, incontáveis críticas à ciência, questionando seu viés androcêntrico e racialmente homogêneo⁹⁰. Não apenas críticas, muitas autoras (COLLINS, 2016; HARDING, 1992, 1998; HARAWAY, 1995; ALCOFF, 1991, 2016) sugeriram métodos mais objetivos de fazer pesquisa, a partir de uma corporificação do conhecimento, propondo uma construção epistemológica onde o ponto de vista partisse de

⁸⁸ Djamila Ribeiro, por exemplo, pouco depois de ter lançado *O que é lugar de fala* (2018), teve seu livro traduzido para o francês sob o título de *La place de la parole noire* (2019), pela editora Anacaona.

⁸⁹ Teoria feminista do ponto de vista.

⁹⁰ Não podemos esquecer a responsabilidade de feministas brancas e dos centros de estudos sobre as mulheres de universalizar e criar uma falsa unidade dentro da categoria “mulher”, assinalando que as mesmas estariam expostas a uma mesma opressão. Isso implicou no apagamento de diferenças intragrupo e homogeneização dos saberes ancorados nas experiências de diferentes mulheres (BRACKE; DE LA BELLACASA; CLAIR, 2013). O pensamento feminista negro de Patricia Hill Collins representa um corte relevante na produção epistemológica feminista e um ganho às teorias do ponto de vista. Yuderkys Spinosa Miñoso faz uma crítica não reflexividade de algumas dessas teóricas feministas sobre os seus lugares sociais: “al tiempo que se hacen estas críticas al pensamiento científico moderno por ocultar su sesgo sexista, las investigadoras y teóricas feministas ocultan su propio lugar de adscripción privilegiada dada su ascendencia de clase y raza.” (MIÑOSO, 2014, p. 10).

um lugar e não de lugar nenhum e criasse uma *objetividade forte* (HARDING, 1992). Esse contexto de dúvida e desconfiança dos pressupostos de *objetividade científica descorporificada*⁹¹ (HARAWAY, 1995, p. 9), vazia, como “um truque de Deus”⁹² (HARAWAY, 1995, p. 20), conduziu ao desenvolvimento de uma *epistemologia do ponto de vista* (HARDING, 1992) ou *epistemologia política*⁹³ (ALCOFF, 2016, p. 134).

Essas autoras nos mostram a ciência como um campo de poder e tensões e redefinem as noções e separações de forma e conteúdo no método científico. A produção de uma crítica feminista sobre a ciência visava antes uma reformulação desse campo de poder, refletindo e trazendo para o *fazer ciência* uma relação crítica entre as relações de privilégio e opressão que permeiam esse processo, com vistas a uma “multiplicidade radical dos conhecimentos locais” (HARAWAY, 1995). Esse projeto político-epistemológico se concentra na ideia de que os saberes produzidos pelas margens, pelos grupos subalternos, são confiáveis e mais próximos de suas realidades e experiências de opressão (BRACKE, DE LA BELLACASA; CLAIR, 2013), oferecendo uma melhor alternativa de explicação do mundo e abrindo um espaço para percepções plurais que permitam “a formulação de várias reivindicações de conhecimento”(ALCOFF, 2016, p. 141).

Sua aplicação no debate político e epistemológico se explica alinhando-se ao desvelamento das relações de poder no campo das ciências e se estende para o domínio ativista, posto que une engajamento político a interesse epistêmico (BRACKE, DE LA BELLACASA; CLAIR, 2013). Devemos levar em consideração, principalmente, que essa perspectiva não se vale tão somente do subjetivismo como base da prática científica engajada, mas marca o lugar do corpo, das experiências específicas e compartilhadas na produção de conhecimento, seja ele crítico ou pretensamente neutro. Essa gênese combinada de ativismo e ciência que marca o

⁹¹ Por “objetividade científica descorporificada” (HARAWAY, 1995, p. 9), Donna Haraway (1995) entende um discurso no qual os saberes não são marcados, aqueles que se apresentam desde uma mirada de neutralidade e cuja ausência a negação do lugar social do ente produtor e das implicações políticas que constituem a produção de conhecimento termina por produzir saberes “não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas.” (HARAWAY, 1995, p. 22).

⁹² Donna Haraway utiliza essa metáfora para representar os discursos de uma cientificidade neutra, que agiria sobre o mundo e sobre os/as sujeitos/as como se estes fossem objetos sem agência. O truque de Deus seria a crença de que se pode “ver tudo de lugar algum” (HARAWAY, 1995, p. 19), uma onipresença científica que esconde nada mais que as marcas sociopolíticas de um conhecimento.

⁹³ Segundo Linda Alcoff (2016, p. 134), a epistemologia política seria uma alternativa para a decolonização da epistemologia, uma vez que ela “poderia considerar as condições que estruturam os papéis epistêmicos, poderia revelar como a autoridade e a presunção de credibilidade são às vezes arbitrariamente distribuídas e quais condições dão vazão à ilusão de uma agência epistêmica totalmente individualizada. A epistemologia política poderia também esclarecer como algumas condições contextuais são consideradas relevantes para a questão da justificação, enquanto outras condições contextuais são consideradas completamente irrelevantes. Dessa forma, poderia abrir caminho para um entendimento mais amplo e verdadeiro do conhecimento e da verdade, bem como poderia conduzir a um conjunto amplo de opções epistêmicas que pode epistemicamente avaliar estruturas interpretativas e procedimentos de justificação.”

surgimento da *teoria do ponto de vista feminista*, dos *saberes localizados* e do *lugar de fala*, informa essa sua dupla origem e delinea o segundo campo de pertencimento e uso dessa ferramenta: as lutas sociais.

Discutir as relações de grupos sociais segundo seus posicionamentos no diagrama das relações de poder de raça, classe, gênero, sexualidade *etc.* seria o principal e mais importante aporte da noção de *lugar de fala*. A desmistificação de uma experiência comum, mas a especificidade de experiências grupais marcadas por categorias distintas serviu para uma complexificação dos movimentos sociais e de suas demandas e críticas ao Estado. Segundo Djamila Ribeiro (2018, p. 63) o desvelar dessa relação implica em revelar que as “condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade” de produções contra o aparato de silêncio institucional movido contra esses *Outros e Outros dos Outros*⁹⁴.

Como dito anteriormente, essa categoria tem fortes conexões com uma política identitária. De fato, ele chama a um posicionamento identitário e se constrói em cima dessa política. A identidade menos como atributo individual, mas como construção coletiva, atribuição social de sentidos, sempre ligada a experiências e narrativas históricas. São estas que são ativadas pelo uso do conceito oriundo do feminismo negro brasileiro, o que permitiria uma análise da dominação em sua forma matricial: estruturas de dominação interconectadas que produzem lugares subalternos (RIBEIRO, 2018)⁹⁵.

No Brasil, as redes sociais foram o palco de discussões sobre as relações entre fala, ativismo e marcadores sociais: essa relação foi sintetizada na disputa de uma categoria cara aos movimentos feminista, LGBT e negro, mais especificamente. *Lugar de fala* ganhou centralidade no universo militante e acadêmico, mas o seu significado foi marcado por intensas disputas entre ativistas, pesquisadores e pesquisadores-ativistas. Não foi raro ver os famosos *textões*⁹⁶ discutindo uma categoria que ora reivindicava um protagonismo, um privilégio epistêmico, ora era utilizado como mecanismo de obstrução do diálogo (CARVALHO, 2017). Esta última utilização se constituiu na razão primeira da proliferação de um intenso debate sobre quem está ou não autorizado a falar e a maneira pela qual alguns ativistas e teóricos estariam

⁹⁴ Sobre a categoria de *Outro do Outro*, cf. RIBEIRO, 2016.

⁹⁵ A relação entre feminismo e ciência, saberes situados e teoria do ponto de vista gozam de uma farta literatura científica em língua portuguesa e inglesa. Este tópico serviu para fazer um breve contextualização do lugar de inserção da categoria para melhor entendermos suas condições de surgimento e a forma pela qual vem sendo - ou deveria ser - interpretado. As autoras que foram consultadas têm grande influência nessa corrente de pensamento e, na vontade de aprofundamento sobre esse sujeito, sugerimos ir diretamente às suas obras.

⁹⁶ Forma utilizada para se referir a textos postados em redes sociais que além de marcados por uma maior quantidade de caracteres, geralmente está associado a alguma discussão ou incita uma discussão sobre algo. O termo diz menos sobre o tamanho que sobre o tipo do texto, associando antes o termo *textão* a uma ideia de problematizador, que traga ou incite alguma reflexão.

utilizando-o para sugerir que a experiência *per se*, uma experiência particular socialmente localizada, seria o suficiente para descrever as realidades e necessidades de todo um grupo.

As suas apropriações surgiram de uma carência de valorização da voz de sujeitos/as subalternos/as dentro da Academia e dos espaços militantes, estes mesmos sendo lugares de graves silenciamentos e apagamentos. Não negamos que algumas vozes foram por muito tempo inaudíveis. Não porque elas eram essencialmente baixas ou mudas, mas porque elas eram abafadas ou mesmo ignoradas. Esse contexto de indução ao silêncio foi disparador de um movimento de retomada do lugar de enunciação discursiva. Como comenta Vanessa – mulher trans ativista de Salvador:

Sem que possa parecer indireta, pois não é a intenção, posto que recebi muitos convites para palestrar (voilà, sobre gênero, a única coisa que travesti sabe/pode falar), de modo que minha agenda para agosto e setembro já estão abarrotadas dessas minhas contribuições voluntárias para tentar promover algum tipo de transformação nessa estrutura que tanto nos violenta a cada segundo, mas... É no mínimo curiosa a forma como fazem os convites. O contexto é frequente, de um lado, os especialistas de campos diversos, do outro, eu. De um lado a ciência e do outro a vivência. Os estudiosos e quem “sente na pele”. Justo, pensariam, e embora não estejam de todo errados ao concluírem, já que pelo menos os ditos peritos em nós não se atrevem a falar de questões que não vivenciam, incomoda a ideia de pessoas trans não serem consideradas também como especialistas da única área do conhecimento em que são permitidas lecionar. Me parece que o conhecimento oriundo desses sujeitos subalternizados não são considerados científicos, são apenas testemunhos emocionados sobre violências, desconsiderando a crítica estrutural e sistêmica dessas denúncias e as complexas categorias de análise que utilizamos e muitos ainda resistem em aderir.

- É que vocês não possuem a neutralidade do pesquisador! Não se faz etnografia de espelho!

Disse-me um antropólogo quando eu pretendi falar sobre identidade de gênero. O cientista esqueceu que todos possuem identidade de gênero, então se eu não posso falar sobre isso, ninguém pode.

A única coisa boa que esse modelo engessado e arcaico da academia de produção me trouxe foi o despertar revelador:

- Se não posso falar de transgeneridade por ser trans, falarei então de cisgeneridade, o que pode ser ainda mais eficiente! (Publicação no Facebook, em 21 de agosto de 2018).

Não obstante as coerentes instrumentalizações do *lugar de fala*, toda a dinâmica em torno ao seu entorno mostrou um incandescente identitarismo⁹⁷ ao qual se assentou o debate.

⁹⁷ Tanto no Brasil quanto em Montreal, a política identitária não é o problema, reconhecemos ainda a importância dessa organização em seu sentido estratégico. A defesa de identidades faz-se necessária na disputa política, sobretudo por recursos, como o caso de Montreal, e construção de ferramentas de ação social. O ponto a ser

Importava não apenas oferecer explicações sobre a categoria, mas quem as oferecia. Assim como importava não tanto a posição acadêmica de quem falava, mas de quem estava exposto a dada opressão. Em alguns momentos vi a experiência e as marcas corpóreas serem supervalorizadas. A noção de *saberes localizados* se perdeu em um mar de egocentrismo. Fomos mais que capazes de falar por nós, mas algumas vezes etnocentricamente, e uma categoria que deveria permitir a reflexão sobre a forma que nos constituímos enquanto sujeitos/as e os processos de subjetivação a que estamos expostos/as quase foi esvaziada e perdida, reproduzindo, não na mesma intensidade ou sentido político, uma lógica similar àquela que se queria combater: a morte do diálogo e a criação de monopólios da verdade⁹⁸.

Ao mapear as questões em torno do movimento LGBTQ em Montreal, percebi a influência de forte identitarismo no ativismo, especialmente nos círculos LGBTQ racializados e trans, algumas vezes sintetizado no *en tant que*⁹⁹, expressão que, no seu uso recorrente, aproxima-se da ideia de *lugar de fala*. E quando não acionada, outras manifestações davam conta de incitar efeitos de sentido tal qual a categoria brasileira. Outras vezes o identitarismo se expressava mais diretamente em comentários e denúncias. O cenário não se difere do nosso contexto quando comparado com as críticas feitas por ativistas trans ao movimento LGBTQ brasileiro dentro e fora da Academia.

Cena 1. Segunda-feira, 13 de maio de 2019, numa publicação no *Facebook*, Guillaume – jovem ativista trans racializado –, argumentava que as pessoas trans têm um privilégio epistêmico em termos de sua realidade, portanto são as melhores opções para lidar com seus problemas e gerenciar as políticas que são direcionadas a eles. Sua crítica relacionava-se intimamente a uma questão premente que se configura, também, em catalisador de disputas e tensões: a distribuição de recursos pelo Governo do Quebec. Apesar de advertidos desse ponto conflituoso, ainda não tínhamos tido a amplitude dessa questão até 13 de maio de 2018:

questionado é a forma que as identidades são utilizadas no processo de construção política. Somos defensores de uma abordagem pós-identitária da identidade, como estratégia de abertura de sentidos e desestabilização do sistema binário. Se a identidade é uma abertura ao mundo e implica a construção de sentidos, não podemos limitá-la de nenhuma forma (ALCOFF, 2016).

⁹⁸ Aqui trata-se mais de um efeito discursivo que pode ser projetado como resultado de uma ação discursiva/opção política dentro desse contexto que se está sendo analisado. No entanto, essa projeção se insere em um nível micro das relações de poder, no interior dos movimentos, posto que os atores e as atrizes desse processo não dispõem de substância hegemônica suficiente para operar transformações dessa ordem em níveis macroestruturais. O que tentamos dizer é que a gestão de uma fala autoritária cria zonas de dissensões de poderes e inicia um processo de transição política da posição do/a sujeito/a que pode e deve falar em um espaço social específico, a saber, a militância. Mas se observado fora desse espaço, o/a mesmo/a sujeito/a continua inserido/a em uma relação de poder que sua voz não terá validade e autoridade senão nesses espaços ativistas.

⁹⁹ Gostaria de agradecer a Barbara Andrade Sousa por chamar minha atenção para esse jogo de linguagem no discurso LGBTQ de Montreal.

Passivo-agressivo, mas gentil, a mensagem deve passar.

As realidades trans tornaram-se uma fonte de renda para as organizações LGBT... às custas de quem? Os organismos POR E PARA pessoas trans. Triste. Existe realmente um problema lá e, se você não o vê, talvez você seja uma pequena parte disso? Novamente, pessoas trans estão assujeitadas por causa de barreiras estruturais. Penso que o trabalho das organizações LGBT é AJUDAR AS ORGANIZAÇÕES TRANS a preencher solicitações de SUBVENÇÕES e não as fazer, refleti-las para pessoas/organizações trans. O papel do aliado deve ser definido pelas pessoas envolvidas e não pela autopromoção das pessoas cis. É desesperadora essa obliteração das pessoas trans nas realidades trans.

Pessoalmente, isso prejudica minha saúde mental dia após dia. Estou tão exausto que me faz querer desligar o plugue. (Publicação no Facebook, em 13 de maio de 2019).

Na ocasião da publicação dessa crítica, uma interlocutora deduziu que ele estivesse falando de uma organização específica que, até pouco tempo, trabalhava unicamente com o público LGB, propondo-se a desmistificar a homossexualidade. Mas recentemente havia divulgado um novo eixo de atuação: com as pessoas trans. Uma usuária da rede social, amiga de Guillaume, nos termos do *Facebook*, contribui com a discussão acrescentando que,

Nesses contratos/ofertas de emprego etc., me fascina o quanto essas organizações enfatizam a natureza violenta (leia-se transfóbica) de certas interações e/ou materiais e desejam priorizar pessoas trans para os cargos. Embora essas pessoas possam ser as únicas pessoas trans trabalhando nesses ambientes. (Comentário em publicação no Facebook, em 13 de maio de 2019).

Mesmo a priorização de posições para pessoas trans tem seus limites. Pode ser como uma política de *tokenização*, na qual essas pessoas não serão mais que ferramentas para validar uma certa atenção aos *problemas trans* de uma determinada organização. Outras interlocutoras apontam que o obstáculo é a monopolização de serviços que, em teoria, seriam mais bem realizados pelos grupos aos quais eles se destinam. No entanto, suas organizações carecem de recursos para promoção de suas ações.

Cena 2. Segunda-feira, 18 de março de 2019, noutra publicação, Guillaume defende o conhecimento trans na Academia, e o faz acompanhado de uma crítica em torno, mais uma vez, do gerenciamento de recursos. Uma vez que esse saber foi recusado ou desvalorizado por tanto tempo na Academia, chega o momento de ele ser afirmado como teórico, e, assim, valorizar o

que pensam e produzem os corpos trans.

Ok gangue do mundo institucional. Meu salário é de US\$ 300 para palestras de 01h a 01h30. Preparar a conferência, deslocar-me, fazer a conferência, responder às perguntas etc., etc., não vale US\$ 100. Obrigado, boa noite. Não há tempo para brincar. Não me escreva por uma taxa nominal.

Normalização da mão de obra barata...

Como manter as pessoas trans na precariedade... (Publicação no Facebook, em 18 de março de 2019).

A tomada da palavra por grupos subalternos que não ocupavam senão o lugar de objetos de pesquisa aparece como um fenômeno visível em diferentes espaços, uma vez que foi protagonizada por grupos que partilham lugares sociais. No Brasil, especialmente em Salvador, notei as recorrentes críticas das pessoas trans sobre a necessidade de remuneração por suas contribuições e aos eventos que as chamam apenas para contar uma história de vida, como se elas pudessem apenas ocupar o lugar do “testemunho” diante do discurso científico representado, na maioria dos casos, por uma pessoa cisgênero considerada especialista. Há uma relação inextricável entre a desvalorização e exclusão dessas sujeitas como produtoras de conhecimento e a dispensa de qualquer auxílio financeiro por suas contribuições discursivas, ainda que sejam do lugar de “relatos de experiência”. A publicação a seguir, de Vanessa, retrata bem esse elo:

Deixe-me dar um sacode de realidade em vocês:

PALESTRAR TAMBÉM É UM SERVIÇO!

Esse recado é sobretudo para nós, transgêneros!

Nossa fala é cara, mas nós ajudamos a quebrar esse valor ao não tensionarmos os convites que nos fazem. É comum que só chamem pessoas trans para compor mesas que falem de gênero, independentemente das formações dessas pessoas. E como se trata de algo importante pra nossas existências, fazemos. De graça. Ainda, com sentimento de gratidão pelo espaço de fala (AFF!). Ocorre que enquanto damos verdadeiras AULAS para essas pessoas - sim, porque mesmo aquilo que chamam de "relatos de experiência" pode vir carregado de ciência, pode ser uma produção teórica oriunda dessas vivências ou, ainda, articular com conceitos acadêmicos -, elas estão ganhando dinheiro em cima desse saber ao reproduzi-los em outros espaços. Em outras palavras, estamos dando dinheiro para eles, não apenas informação.

Ninguém convida um médico endocrinologista para falar sobre transgeneridade ou “hormonização em transexuais” de graça. Ninguém chama um advogado para palestrar sobre os limites do Direito para assegurar a cidadania da pessoa trans. E se chamam, é em caráter excepcional, porque eu tive contato só esse ano com dezenas de palestras de formação desses profissionais onde um sujeito, geralmente doutor em algo,

faz esse trabalho de formação com um custo que daria para me sustentar o mês inteiro. As próprias pessoas se sentem constrangidas em pedir que falem de graça por uma razão óbvia: A fala que parte desse lugar é valorada. É um discurso quase sempre formado por tudo aquilo que dizemos gratuitamente.

Recentemente me convidaram para palestrar e eu, como de costume, após saber que não seria remunerada por isso, questionei sobre o traslado.

- Como assim?

- Quero saber como se dará o transporte, meu deslocamento da residência até o espaço do evento!

- Que tipo de transporte?

- Pode ser qualquer um, inclusive a passagem do ônibus se vocês estiverem com pouca verba, mas se estou me disponibilizando a falar sem cobrar para vocês, o mínimo que se espera é que pelo menos eu não tenha ônus.

- Ah, sim, verei isso e depois te aviso. Não estávamos preparados, porque fulano e sicrano, que também são trans, virão e não nos pediram isso!

- Lamento se eles gostam de pagar pra falar, eu não sou assim! Posso falar sem cobrar, no máximo!

- Como assim? O evento é gratuito!

- Pois é, mas sair de casa é caro para pessoas trans, seja pelo valor simbólico de colocar-se em risco na rua, seja pelo valor material. Se eu tiro do meu bolso o dinheiro do transporte exclusivamente para palestrar em seu evento, estou pagando para falar! Talvez eu nem tenha essa grana, inclusive!

- Ah, sim! Entendo! Confirmo depois (quase sempre cancelam).

Eu amo falar. E falo sem cobrar sem problema ALGUM, sobretudo em eventos acadêmicos. O problema é quando qualquer instituição acha que pode fazer o mesmo e me colocar sempre nesse lugar.

Cansada. (Publicação no Facebook, em 02 de setembro de 2018).

Cena 3. Quinta-feira, 30 de maio de 2019, no colóquio *Intersections des parcours d'immigration et des identités LGBTQ*¹⁰⁰, no interior do 87^e Congrès de l'Association francophone pour le savoir (ACFAS)¹⁰¹, aconteceu um painel apresentado por três jovens racializados de expressiva visibilidade no movimento LGBTQ de Montreal: Geneviève – uma mulher cisgênero lésbica –, Laurence – homem trans – e Guillaume. A sala está parcialmente cheia. Algumas pessoas racializadas estão na plateia junto com pessoas brancas, algumas destas latino-americanas. Os conferencistas, todos estudantes universitários: Guillaume, com mestrado em Serviço Social, e Geneviève, no doutorado em Sociologia, abordam temas relacionados às práticas em pesquisa, remuneração, vida acadêmica, escolhas de categorias, não priorização de organizações trans e concorrência por recursos, trabalho invisível, trabalho suplementar e não valorizado *etc.*

Elas discutem o lugar das pessoas trans racializadas nos espaços acadêmicos, governamental e político; coadunam com a crítica levantada por Guillaume, segundo a qual não

¹⁰⁰ Intersecções dos percursos de imigração e das identidades LGBTQ.

¹⁰¹ Congresso da Associação Francófona para o Saber.

há inclusão das pessoas racializadas e de suas realidades nos organismos; sugerindo uma redistribuição de recursos para ambos os grupos, pois que quando o governo aumenta para um, falta para outros. Acrescentam, ainda, que o avanço dos direitos das pessoas trans não vem necessariamente com um avanço dos direitos desse grupo na Academia; e questionam a concorrência posta pela Universidade no acesso aos recursos. Sobre o uso de categorias para essa população, elas sugerem que se há um termo melhor, consultado pela comunidade, deve-se sugerir às pessoas que o utilizem e não promovam termos que não as representam.

Nos embates do movimento trans brasileiro, aponta-se que “no espectro LGBT [...], as ‘tretas’ mais recorrentes giram em torno de disputas relacionadas ao protagonismo político e de acusações de certo ‘monopólio’ do movimento LGBT por ativistas gays.” (CARVALHO, 2017, p. 351). À crítica sobre a cisgeneridade do movimento LGBTQ une-se a racial, no que toca ao perfil branco seja dos integrantes, seja das pautas deste ou, mesmo, daquele. Como me relatou Sandra – mulher trans, negra, universitária – durante o campo em Salvador: há uma resistência em discutir a transfobia relacionada a questão racial e que, embora a presidenta de uma organização nacional seja negra, se preocupa apenas em discutir prostituição isoladamente, e outras integrantes sem formação, segundo ela, não percebem a importância do debate.

Não posso afirmar, por insuficiência do campo, que a política desenvolvida por essas ativistas racializadas LGBTQ apresenta efeito similar ou próximo que sua utilização no Brasil¹⁰². Ainda assim o desconforto suscitado pelo sentimento de silenciamento oriundos das denúncias partidas de uma noção de saberes situados, corporificação do conhecimento, em algumas pessoas estranhas a esses grupos subalternizados nos termos da raça e da identidade de gênero, permite-me articular como algumas *reações ou sentimentos brancos* ao ouvir pessoas subalternas estão inseridos nos mecanismos de defesa do ego das pessoas brancas (KILOMBA, 2019).

Ao confrontar-me com esse contexto de crítica ao *lugar de fala* e com os sentimentos que sua utilização por pessoas racializadas suscita, questiono-me se essas reações não partem dos mecanismos da culpa e vergonha. Estes, que não seriam bem processados para o alcance da fase do reconhecimento, se perderiam em querelas, individuação e mágoa: o que popularmente poderíamos chamar de ego ferido¹⁰³. De igual maneira, o mesmo sentimento e movimento me leva a refletir sobre a maneira pela qual essa retomada do discurso e esse lugar de produtoras de conhecimento e ciência são operados, direcionando minha atenção para não cairmos

¹⁰² Não descartamos essa hipótese, algo que pode ser verificado em trabalhos posteriores sobre o movimento LGBTQ em Montreal.

¹⁰³ Outra uma hipótese a ser melhor desenvolvida posteriormente.

novamente em uma cultura que estabeleça novas posições/regimes de verdades. Os locais de fala devem ser pluralizados e não reduzidos de uma nova maneira, reivindicando a inclusão e a escuta.

Essa movimentação e demanda de fala concorre com o ciberativismo, estratégia de ação em meio digital que trabalha com a politização da internet através de sua instrumentalização na propalação de discussões, denúncias e demandas de determinados grupos sociais que organizados em redes vão propor uma “guerrilha de comunicação” (QUEIROZ, 2017). Esse termo pode ser mais bem traduzido por “guerrilha de linguagem” (CALDAS-COULTHARD, 2013), na medida que os (ciber)ativistas estão disputando interpretações da realidade não apenas com outros/as usuários/as das redes sociais (ativistas ou não), mas com os grandes meios de comunicação. Na internet, a relação binária comunicador/a (ativo/a) – receptor/a (passivo/a) não mais existe – ou não deveria –, na medida em que se permite que todos produzam e interajam com a informação. Entretanto poucos/as usuários/as colocam-se na posição de autores/as de conteúdo (SANTOS, 2011). O cenário das últimas eleições, com especial atenção à difusão de *fake news*, descortinou a relação de boa parte da população com a internet: de reprodução. Compartilhar e se manifestar na internet nem sempre indica participação democrática ou exercício de cidadania, pois que não é possível existir interação crítica diante da reprodução acrítica.

Esses agenciamentos de disputa vêm impulsionados pela busca de percepção como passo para o reconhecimento, o que faz do ciberespaço importante *locus* de legitimação de si e autodeterminação. A questão pela qual se luta em muitos casos é pelo esgarçamento da noção de democracia e, sobretudo, do humano (ANTUNES, 2015). Essas pessoas aparecem e dizem “ei, eu existo e vou falar!”, e esperam que suas vozes sejam ouvidas, afinal o problema não está se o/a subalterno/a pode ou não falar, mas quem está disposto a ouvi-lo (SPIVAK, 2010; CARVALHO, 2017). Diria, então, da existência de uma democratização da fala na internet – para aqueles/as que podem acessá-la –, onde o subalterno/a não só fala, como se investe de poder e legitimidade para falar, chegando ao ponto de gerar uma inversão na qual “não se trata mais se o subalterno pode falar, mas se atualmente só poderia o subalterno falar” (CARVALHO, 2017, p. 356). Inversão que, no Brasil, se deve em parte a uma tomada essencialista do conceito de *lugar de fala* e casualista dos marcadores sociais da diferença, nos quais se pressupõe “produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado” (CARVALHO, 2017, p. 356).

O ativismo na rede ou *ativismo de sofá*¹⁰⁴ também constitui um foco de divergências e problematizações que encontram fundamentos geracionais e político-práticos. No tocante ao movimento trans, e alguns outros como o feminista e negro, ativistas mais antigas/os entram em embates com as mais novas/os sobre a validade da política *on-line*. Estas defendem que a internet oferece um espaço de interlocução mais amplo com outros grupos sociais, alargando a comunicação com a sociedade civil. Aquelas, por seu turno, acreditam que a “política concreta” (ALMEIDA, 2009) se faz nas ruas, nas instituições e em contato direto com o Estado (CARVALHO; CARRARA, 2015). Os dois fazeres político exigem posturas diferentes, sendo observado, por vezes, nas relações institucionais uma maior sisudez e exigência de um código de conduta mais rígido. Nas relações cibernéticas, não há um compromisso com noções de respeitabilidade, em alguns casos nota-se o uso do “confronto e sarcasmo para ‘incomodar’ as/os adversárias/os políticos presentes na arena virtual.” (CARVALHO, 2015).

No entanto, há-se que complementar esta última análise, posto que, nos últimos 05 anos, os ativismos em rede têm produzido análises e discussões riquíssimas para o fortalecimento das lutas sociais, muito embora haja uma profusão de ruídos em alguns debates, distorcendo muitas colocações. Assinalo que a atuação na internet pode muitas vezes gerar questionamentos sobre a natureza das discussões, transitando pela não tão tênue linha entre a polêmica e a problematização.

Ao discorrer sobre estes temas, Foucault (2004) coloca que não há direitos que excedam a discussão: quem pergunta usa do direito de indagar e manifestar seu não convencimento, e quem responde tem seu direito facultado pelo direito mesmo de indagação do seu interlocutor. O/a polêmico/a não deseja pôr seus privilégios em questão, pelo contrário: ele/a utiliza deles para fechar a discussão em si mesmo. Ele/a não reconhece o/a outro/a como sujeito/a e está voltado ao prevailecimento do monólogo, não se interessa em atingir a verdade. Na polêmica se cultiva a guerra, a batalha e o aniquilamento, não decorre de tal fenômeno o acesso à verdade, de tal modo que nenhuma forma política decorrente dela possa ser legítima. A problematização, por sua vez, põe problemas à política. Ela consiste na composição de um conjunto de práticas e pensamentos que criam problemas à política. Assim, esta não é o fundamento pelo qual se deveria buscar a solução das experiências da sexualidade e gênero, por exemplo. Impõe-se aqui a proeminência da elaboração dos problemas que estas experiências impõem à política. Esse

¹⁰⁴ Forma pela qual essa modalidade de política é chamada quando se quer diminuí-la. Também passou por ressignificações, nomeia uma página feminista no site da Revista Fórum. Cf. SIMAS *et al.*, [201-].

fio metodológico conduziu as análises foucaultianas, de modo que ele sempre procurou inquirir a política a respeito do que ela pode dizer sobre os problemas que lhe são postos.

O pensamento está deslocado das representações que orientam um comportamento, relaciona-se a um posicionamento crítico de distanciamento das injunções sociais viciadas a interpretação do real, questionando os modos de agir e as ações, assumindo-as como objeto de questionamento em seu sentido, condições de realização e objetivos, em suma, constituindo-a como problema – eis a problematização. Esta assumirá formas distintas, embora específicas, originais. As soluções surgem de problematizações, e o trabalho do historiador do pensamento deve exatamente buscar quais as problematizações que subsidiam determinadas soluções para um problema, uma vez que elas apresentam respostas às dificuldades (definidas por um contexto ou situação/experiência). Com isso, a problematização deve ser entendida como “um trabalho do pensamento” que exige diálogo para sua concreta e efetiva execução (FOUCAULT, 2004).

A virada epistemológica colocada em prática por sujeitos/as subalternos/as, sobretudo a encabeçada pelas pessoas trans e mulheres negras, como já foi dito, ganha status de um movimento transnacional que questiona antigas divisões entre sujeito/as e objeto, quem pode ou não falar. Tanto no Brasil quanto em Montréal as pessoas trans* estão disputando o lugar de produtoras de conhecimento sobre si, um conhecimento engajado, feito por e para pessoas trans. Não obstante, no Brasil, podemos dizer que há diferentes frentes de atuação do movimento trans*: parte do movimento trans intelectualizado está reclamando espaço na academia e nas produções científicas, tensionando os saberes cisgêneros e, inclusive, elaborando reflexões sobre a cisgeneridade; outra parte está organizada em coletivos e instituições militantes que vem trabalhando mais diretamente com o Estado, um enfoque maior na elaboração de políticas e projetos que visem às pessoas trans. Parte desse ativismo também está atrelada tanto ao ativismo acadêmico quanto ao campo político institucional. Ainda que exista uma particularidade na forma como o Governo Quebequense trabalha com os recursos dentro da política LGBTQ, não percebi grande diferenciação na produção discursiva entre o movimento trans em Montreal e Salvador sobre a disputa de lugares de enunciação: tanto aqui quanto lá podemos ver que há uma combinação das frentes de luta, no qual parte do ativismo acadêmico está atrelado à dimensão institucional da política, embora eles se diferenciem pela sua abordagem.

As vivências de grupos marginalizados podem apresentar confluências, similaridades, mas também distanciamentos, mesmo entre sujeitos/as de um mesmo grupo social. A experiência deve ser pertinente na medida em que ela informa formas particulares, mas também

partilhadas, de existência social e se distancia de um saber incorpóreo, aquele não leva em consideração os saberes vindos da vivência concreta e que transforma um corpo em uma folha em branco no qual saberes de terceiros serão escritos. No entanto, pressupor que uma realidade específica possa informar universalmente uma política ou luta resulta em sério equívoco epistêmico, porque a multiplicidade constitui a experiência social. O *lugar de fala* aponta para as pertencas sociais as quais estamos ligados e que influenciam na nossa forma de ver e de nos posicionarmos no mundo, bem como nas interpretações que podem ser feitas da realidade. Serve à desconstrução de uma suposta neutralidade social e discursiva, ao mostrar que de alguma forma não falamos isoladamente. Embora os marcadores possam direcionar nossos posicionamentos, eles não os determinam, sugerindo a possibilidade de movimentações nas redes das relações de poder, autopercepção do lugar social e revisão crítica.

4.2 RACISMO E CRÍTICA *QUEER* DE COR

Cena 1. Segunda-feira, 15 de abril de 2019, quando me encontrei com alguns interlocutores, um deles me pediu para procurar a comunidade LGBTQ negra em Montreal quando eu disse que não havia encontrado nada a respeito de uma comunidade LGBTQ negra organizada e visível. Obviamente existem organizações LGBT e eventos específicas para as pessoas de cor e negras. Durante o campo, pude ir a eventos como *Massimadi*, *Cabaret Queer in the age of darkness*¹⁰⁵, e organizações como CLCOG, *AGIR Montréal – Action LGBTQ avec Immigrants et Réfugié(e)s* [Ação LGBTQ com imigrantes e refugiados], que são lugares bem representativo em termos de participação de pessoas racializadas. Mas eu dizia de uma comunidade/pessoas LGBTQ negras mais presentes em espaços como a universidade, os bares do *Village*. Era tão difícil ver outros/as negros/as LGBTQ nos espaços que frequentava. Comecei a me questionar se era eu quem estava nos lugares errados?

Cena 2. No mesmo dia, na UQÀM, encontrei-me também com Karine Chiakoun, uma mulher negra bissexual que trabalha na CRH, e com a questão da representação e presença da comunidade ainda martelando em minha cabeça, conversei com ela sobre isso. Chiakoun me disse que de fato há uma dificuldade em encontrar essa comunidade aqui em Montreal. O que

¹⁰⁵ Um evento voltado principalmente para pessoas *queer* de cor, racializados, fossem asiáticos ou não, era um lugar para se reunir. Todos os artistas apresentados tinham um relacionamento com a Ásia. Segundo Kama La Mackerel (homossexual, negro, magro, maquiado e barbudo), encarregado da animação, na Ásia encontramos a pluralidade e devemos buscar as várias formas de representá-la, de fazer conexões. Este evento teve como objetivo partilhar as perspectivas destes *queers* de cor sobre o fim do mundo, o *Kalyug*, trazendo também solidariedade e estimulando a criação de redes de resistência e afetos. Foi uma noite em que nunca tinha visto tantas pessoas *queer* de cor, especialmente da Ásia.

não implica dizer que ela não existe, posto que a própria faz parte e conhece outros/as LGBTQ de cor. Mas, em parte, ela atribui essa dificuldade ao percentual da população negra em Montreal. Comentei sobre a diferença entre Toronto e Montreal. Uma interlocutora havia me dito que em Toronto, capital de Ontário, há uma comunidade e grupos afro-americanos muito visíveis. Chiakoun concordou e acrescentou que também se trata do tamanho da população negra nas cidades. Noutro dia, enquanto eu estava conversando com Chacha, professor do curso de Sociologia da UQÀM e pesquisador na CRH, ele fez a mesma observação que Toronto tem uma população predominantemente negra. Ele não entende o porquê da falta de uma comunidade mais organizada. Ao citar um exemplo, menciona que um dia antes esteve num evento com mulheres lésbicas negras, e havia mais brancos do que negros. Mas como poderemos ver, o racismo sistêmico age sobre essa exclusão das pessoas LGBTQ de cor dos espaços.

No Quebec, o racismo adquire um tom muitas vezes cordial, pois que existe uma dificuldade de reconhecimento de sua existência. Como se fosse uma ferida aberta que, se a cura passa por reconhecer sua existência e perigo, não há desejos de recuperação. Quanto a isso, critica-se recorrentemente a negligência dos quebequenses e do Estado no engajamento na discussão sobre o racismo, negando-se a combatê-lo e a reconhecerem-se como constituintes dessa problemática (ZAAZAA; NADEAU, 2019). Como defende Grada Kilomba (2016), o racismo não diz respeito apenas às pessoas negras. Falar sobre racismo no Canadá e no Quebec passa por um exame do passado colonial e a maneira como seus reflexos e continuidades incidem sobre as pessoas independentemente de suas vontades. Por isso a referência ao racismo como sistêmico e estrutural, posto que extrapola o âmbito da individualidade. O silêncio sobre o racismo no meio LGBTQ tanto quanto no seu exterior geram exclusões, explorações e processos de adoecimentos em pessoas de cor, militantes ou não. A discussão sobre o racismo no Quebec recentra nosso olhar para uma recusa aos mitos antagonistas, tal qual aqueles que assumem o Quebec como essencialmente acolhedor e aberto aos imigrantes e seus países de origem completamente preconceituosos e violentos (ZAAZAA; NADEAU, 2019).

Segundo a *Statistique Canada*¹⁰⁶ (2017, 2019, 2020), o Canadá tem uma população autodeclarada negra de 1 198 540. A província de Ontario, tem a população negra mais numerosa de todo o Canadá, compondo um pouco mais da metade da população negra do país (627 710/52,4%), e Toronto detém a maior população negra da província (442 015/36,9 %), sendo a cidade com maior população negra do país. Mas a taxa de Ontario, se comparada a sua

¹⁰⁶ Agência governamental federal responsável pelas pesquisas sociodemográficas, como o IBGE, no Brasil.

porcentagem em relação a população total da região (4,7%), mostra um abismo quantitativo. Quebec e Montreal, por sua vez, ocupam o segundo lugar de maiores populações negras por província (319 230/26,6%) e cidade (171 385/14,3%)¹⁰⁷.

O Quebec tem uma história de preconceito e opressão contra as pessoas de cor e autóctones que foram submetidas a um sistema de escravidão até o século 19. Como no Brasil, as desigualdades e o racismo que estruturou a empreitada colonial perduram até o presente momento, manifestando-se em estatísticas nas quais a população de cor ocupa as posições de super-representação entre as pessoas mais pobres do Quebec, as que não têm domicílio, as desempregadas, as encarceradas (ALMEIDA, 2016). Há uma inferioridade no índice de empregabilidade de pessoas negras entre 25 e 59 anos em relação ao restante da população. Em 2016, a taxa de emprego era de 78,1% para homens negros e 71,0% para mulheres negros, em comparação com 82,6% e 75,5%, respectivamente, para o resto da população de mesmo gênero. Em Montreal, as taxas de desemprego de mulheres (10,7%) e homens negros (11,4%) eram quase o dobro daquelas do resto da população (homens: 6,2%; mulheres: 5,6). Cerca de 1 em cada 5 adultos negros vive em baixa renda, com uma taxa de 20,7 em relação a 12,0 para o resto da população.

O racismo vivido por LGBTQ negros pressupõe um entrelaçamento de sistemas de opressões, ao menos o gênero, a identidade de gênero, a sexualidade e a raça. Apesar de todo o discurso de inclusão da população LGBTQ e respeito à diversidade, o racismo sistêmico segue uma realidade dolorosa para a população de cor e autóctone no Canadá, especificamente no Quebec. Essa questão ganha outra amplitude quando se trata do racismo vivido pelas pessoas de sexualidade e gênero dissidentes (ALMEIDA, 2017). Mas para analisarmos as condições materiais e simbólicas de existência de pessoas de cor em Montreal, precisamos levar em consideração que cada forma de discriminação está relacionada a outras, posto que, assim como o racismo não pode ser entendido fora de um sistema, elas também não podem ser percebidas deslocadas de uma análise interseccional (CREENSHAW, 2002, 2012; AKOTIRENE, 2019, ALMEIDA, 2017).

*O Rapport sur le racisme systémique vécu par la communauté LGBTQ+ montréalaise*¹⁰⁸ reúne entrevistas-depoimentos de 25 pessoas de cor LGBTQ que denunciam as formas de racismo e LGBTfobia que experimentaram em Montreal. Tanto nesse como em outros trabalhos, vemos a existência de problemas na procura de lugares para morar à dificuldade de

¹⁰⁷ A pesquisa feita pela cidade de Montreal indica uma quantidade de 180 575 pessoas negras na cidade, uma representação de 9,5% em relação à população total de 1 895 000 habitantes. Cf. MONTRÉAL, 2018.

¹⁰⁸ Relatório sobre o racismo sistêmico vivido pela comunidade LGBTQ+ montrealense.

atendimento de saúde, as situações são variadas e dolorosas: cancelamentos bruscos de visitas a apartamentos, quando se descobre que a cor da pessoa; empregos mal remunerados e precários, sobretudo para as pessoas trans imigrantes, que não conseguem mudar seus documentos¹⁰⁹, dificultando o acesso a empregos formais (TOURKI *et al*, 2018; ALMEIDA, 2017); violência policial aliada à transfobia e homofobia torna o serviço policial deletério às pessoas LGBTQ de cor, relatos mostram como as prisões de pessoas trans trabalhadoras sexuais feitas por policiais acompanham discursos xenofóbicos/racistas e como pessoas trans de cor em geral estão mais susceptíveis a agressões pela polícia (ALMEIDA, 2017); falta de acolhimento no sistema de saúde, maltrato; ausência de representatividade no meio escolar e apagamento da história das pessoas negras no Quebec e das contribuições das pessoas LGBTQ de cor no movimento; fetichização dos seus corpos dentro do movimento LGBT, baixa representatividade nos espaços (EL-HAGE; LEE, 2016), tokenização nas organizações comunitárias LGBT ou manutenção em posições precárias (ALMEIDA, 2017).

Reiterando essa relação do racismo com outros marcadores e sua expressão na vida das pessoas LGBTQ de cor, no *Massimadi*, após a apresentação do filme *Sidney and friends*¹¹⁰ e *Black and me*¹¹¹, Ma Koïta fala sobre algo semelhante às experiências de homens negros trans no Brasil: percebe que não foi assediado por meninos durante sua transição de gênero, mas passou a se preocupar com a polícia. Isso indica que a masculinidade negra ou racializada como permanentemente alvo de policiais, mesmo em um corpo transgênero. Ouso dizer que racismo, neste caso, se sobressai com a transfobia. A violência policial em relação às pessoas LGBQ de cor não pode ser assumida como uma realidade unicamente atribuída às experiências dessas pessoas em seus países de origem, no caso de imigrantes. A denúncia de Ma Koïta me recorda de uma conversa com um amigo trans, na qual ele me dizia o quanto sua transição de gênero o colocava em situações outras de vulnerabilidade aliada à raça. Ele também se preocupava com a leitura racial masculina de seu corpo pela polícia, e todo arquétipo racista construído culturalmente e reforçado pelas violências policiais sobre os corpos de homens negros.

O racismo também se ocupa de definir espaços e presenças, quem pode, quem está bem-vindo ou convidado para/em determinado lugar. Nessa dinâmica insere-se o *Village Gai*, um bairro localizado na região Centro-Sul da metrópole, na parte Sul da rua Ste-Catherine, que se constitui como espaço de encontro e sociabilidade LGBTQ na década de 1980, tendo sido

¹⁰⁹ Como verão abaixo, o Quebec não permite que migrantes trans tenham seus documentos de identidade corrigidos, sendo a única província do Canadá a manter essa interdição às pessoas imigrantes.

¹¹⁰ Conta a história de uma jovem profissional do sexo que fuge de sua família tentando matá-lo.

¹¹¹ Discute a masculinidade lésbica negra a partir da experiência de uma lésbica negra em um salão masculino.

anteriormente um bairro fortemente operário (SOUSA, 2016). Sua instalação remete a uma série de transformações geoespaciais que envolvem questões políticas, linguísticas e étnicas (SOUSA, 2016). Hoje, o lugar aparece como emblemático para a população LGBTQ, com bares, saunas, teatros, voltados para esse público, torna-se a principal referência de lazer e serviço. No entanto, nem todo mundo se sente atraído. Algumas lésbicas, sobretudo negras, não o veem como um local muito adequado ou frequentado por elas. E não mais para pessoas trans, que não são vistas com frequência. Torres e Fernandes (2019)¹¹², ao entrevistar mulheres lésbicas que imigraram para o Canadá, ao falarem com duas lésbicas negras de Salvador que moram em Montreal sobre seus sentimentos de inclusão e acesso a serviços LGBT, responderam:

LGBT... Eu acho que tem muita coisa para homem aqui. Você vai no *Village*, é muita coisa de homem branco cisgênero. Eu acho que o *Village* é interessante, mas é bem homem *guei*. Eu vou em lugares mais mistos, não especificamente LGBT, mais *underground*, aberto, uma coisa mais inclusiva e plural. (Carla, entrevista em 17 de junho de 2019, grifos nossos).

O *Village*, hoje em dia, é ofertado para homens. Minha vida LGBT, em Montreal, ela não existe. Ela existe com minhas amigas, quando a gente vai para um *chalet*, quando a gente faz uma reunião na casa de uma amiga, um jantar. As festas que são ofertadas em Montreal não me interessam. (Rosa, entrevista em 29 de maio de 2019, grifos nossos).

Almeida (2017) visibiliza relatos de LGBTQ de cor que criticam a brancura do movimento LGBTQ de Montreal e mencionam um sentimento de incompatibilidade com o *Village Gai*.

Das 25 entrevistas que realizamos, todas explicaram que não vão ao *Village* de forma recorrente, se é que vão. Nas poucas vezes em que concordam em ir, na maioria das vezes com amigos, para uma ocasião especial. Sobre o *Village*, um participante explica: “como uma garota negra *queer*, eu claramente não sou o tipo que se quer no *Village*. *Gueis* me encaram quando entro em seu espaço. E não me sinto segura. O *Village* é o espaço deles! Todos os bares são para eles, a sauna... tudo.” (ALMEIDA, 2017, p. 36).

¹¹² O texto intitulado *Modes de vie de sapatões brésiliennes immigrantes au QuébecC* [Modos de vida de sapatões brasileiras imigrantes no Quebec], com as análises das entrevistas, foi submetido à revista *Alterstice*.

Cena 3. Sexta-feira, 3 de maio de 2019, após participar do *Cabaret Queer in the age of darkness*¹¹³, fui à danceteria *Complexe Sky*, localizado no *Village*. Em diálogos que tive com pessoas LGBTQ de cor e brancas, o discurso que o identificava como um lugar um lugar branco e heteronormativo era comum. De fato, o *Complexe Sky* não está nem de longe perto de ser considerado o lugar mais negro de Montreal. Na noite em que o visitei, a população negra na noite em que o visitei era menor em comparação à quantidade de brancos, mas essa é uma consistência que vejo em todos os lugares e que não pode ser explicada pelo percentual reduzido de negros na cidade, como podemos depreender dos relatos acima. Ainda assim, o que me impressionou foi não ter visto tantas pessoas negras em outros bares do *Village* quanto no *Sky*. Mas a divisão do espaço na *Sky* não guarda uma problemática: há uma sala exclusiva para músicas da cultura negra e latina. Do lado oposto, tocam as músicas que consideraríamos pops, mas excluindo qualquer referência *pop* negra ou latina. Se de um lado era notável uma concentração de pessoas de cor; do outro, pessoas brancas dominavam o espaço. Como disse uma interlocutora, o lugar racializado do *Complexe Sky* seria o “espaço da diversidade cultural”, mais um deles, que compõe esse sistema racista tão denunciado pelas pessoas LGBTQ de cor.

Nesse sentido, não podemos afirmar ou partir do pressuposto que as pessoas LGBT de cor em Montreal não estejam organizadas, elas só não estão organizadas enquanto comunidade em espaços brancos, onde não se sentem bem vindas ou representadas. Diante dessa realidade de um movimento excludente, elas reinventam formas de estar em grupo e pautar suas demandas, considerando suas especificidades enquanto grupo racializado, muito frequentemente através das artes, como veremos no subtópico abaixo.

Tal qual em Montreal, no Brasil, o movimento LGBT se constituiu através do tempo desde uma imagem não apenas elitizada, mas racialmente homogênea, de um público branco e de classe média que representavam o movimento e assumiam a frente na agenda pelos direitos LGBTQ. Isso se deve, em parte, ao privilégios advindos das posições sociais desses precursores e lideranças do Movimento Homossexual Brasileiro (posteriormente, Movimento LGBT): muitos deles pertencentes a classe média paulista/carioca, universitários, com passagens pelo exterior. Nesse sentido,

O homossexual negro experimenta também uma negação no mundo homossexual – seus clubes, boates, espaços de confraternização, trajetórias pessoais modelares, imagens, mídia gay, sua perspectiva de poder e, o que é

¹¹³ *Cabaret Queer* na era da escuridão.

muito importante, padrões de consumo, sempre têm como referência o homossexual branco. (LIMA; CERQUEIRA, 2007, p. 7).

Aqui, no Brasil, a negação do guei afeminado esteve presente no discurso militante desde às décadas de 60-70. Contudo, quando esta performance de gênero se articulava com a dimensão de raça, havia uma marginalização ainda mais acentuada do corpo negro, reflexo de construções racistas sobre a identidade negra e heteronormativos, num espaço que devia ser acolhedor. Mas ainda que se trate de um meio cuja partilha do desejo seja comum, as diferentes posições de raça, mas não apenas, asseguram a produção de novas hierarquias e desigualdades.

O imaginário social de que “a negritude se constitui através da normalização do negro heterossexual, representado pela emblemática virilidade de sua força física, agressividade, violência, grande apetite sexual e pênis potente” (LIMA; CERQUEIRA, 2007, p. 7); negam a possibilidade de uma experiência afetivo-sexual não heterossexual a um negro, quando este apresenta uma sexualidade dissidente. Tais valores arbitrários ainda persistem dentro do movimento LGBT, corroborando com a hipersexualização do corpo negro, onde

constata-se que aos homens negros é dado um papel muito restrito, o de ser mercadoria sexual, seja na relação heteronormativa ou na relação homoafetiva. Quando se é objetificado sexualmente, perde-se de vista a afetividade. Pode ser que uma relação tenha como objetivo exclusivamente a conjunção carnal ou o ato libidinoso; se esse for o desejo de ambas considerar-se-á válida e legítima. Porém, a questão em foco distancia-se de qualquer valoração moral sexual, mas aproxima-se tão somente do direito de se ter uma relação baseada também no afeto. À medida que o homem negro, assim como mulheres negras e transexuais, são coisificados, o pré-conceito não lhes dá, geralmente, a oportunidade de viver uma relação que vá além de práticas sexuais, porque delimita-se a sua função a satisfação sexual do outro. (JÚNIOR; JESUS, 2014, p. 9).

A valorização da sexualidade e feminilidade dos corpos negros vai ser assegurado pelo discurso de resistência das chamadas “bichas pretas”. Essa expressão traz um lugar não apenas racial, mas de classe, posto que na sua utilização a “periferia”, o lugar de classe popular, aparece como substrato geográfico, mas para além do local geográfico, assinala o lugar simbólico e material de marginalidade. Ser ou estar “bicha preta” constitui a negação de toda uma injunção de performatividade sexual branca e heteronormativa, significa um deslocamento das singularidades para as plurisingularidades, um movimento de visibilização e retomada da palavra. Corpos que não encontrando espaço na política LGBTQ vigente, constroem uma alternativa outra de luta e valorização de suas existências.

Esse posicionamento crítico está alinhado a um campo político-teórico recente denominado *queer critique of color*¹¹⁴, uma síntese dos aportes das teorias pós-coloniais e decoloniais, que surge desde uma perspectiva interseccional buscando a ampliação dos enfrentamentos às opressões de gênero e sexualidade para as dinâmicas de colonialidade, imperialismo e capitalistas. Atentando para a elaboração de uma crítica ao colonialismo e aos efeitos desse sistema nos diversos âmbitos da vida (BACCHETTA; FALQUET; ALARCÓN, 2011). A decolonização passa por processos de valorização de saberes e práticas subalternas dentro das subalternidades, denunciando os apagamentos de um movimento LGBTQ branco, elitizado e cisnormativo.

4.3 ARTIVISMO

No Brasil a mobilização e a vertiginosa ascensão, por exemplo, de artistas ativistas das dissidências sexuais e de gênero, cujas performances podemos inserir no escopo de uma prática política *queer* representam não apenas o acontecimento de novos artistas, mas a recuperação de um espaço de que lhes fora negado por uma segunda vez. Esses corpos que cantam e encenam a teoria, num processo mesmo de antropofagia: engolem, devoram e recriam essa teoria estrangeira de termo anglófono embranquecida, atualizando-a. Um retorno às profundezas do abjeto, fazendo ecoar os gritos das aberrações nomeadamente bichas travestis, monstros *etc.* Corpos racializados que, no sentido de uma crítica de cor, pontuam outrossim a pertinência de se fazerem ouvidos, negando as injunções do racismo exterior e interior ao movimento LGBT sobre suas subjetividades.

Artistas independentes como Linn da Quebrada, MC Xuxu e Liniker; duplas como As Bahia e a Cozinha Mineira; e coletivos constituídos por pessoas negras de sexualidades e gêneros dissidentes como o Afrobapho, a Casa Mostra, o Coletivo das Liliths, as Mambas *etc.* foram responsáveis por uma inflexão decolonial nos estudos de gênero. Foi a partir da visibilidade de seus corpos e da teorização através da arte que uma espécie de impulso na racialização e minorização do movimento LGBT e feminista *mainstream* (COLLING, 2018) aconteceu no Brasil em concomitante com a aparição de novos-velhos sujeitos de pesquisa nas universidades brasileiras, que começaram a tensionar o campo dos Estudos de Gênero e Sexualidade para uma atenção maior ao componente racial que atravessa as experiências generificadas e sexualizadas de pessoas negras.

¹¹⁴ Crítica *queer* de cor.

Diferente do que imaginava no início da pesquisa sobre o movimento LGBTQ em Montreal, quando achava que o movimento se apoiava apenas no ativismo institucional, mas com canais de debate mais diretos com o governo, existe uma organização notável do ativismo pela arte. Não obstante as transformações na relação de partes do movimento LGBTQ com o Estado, há um engajamento maior em formas culturais de crítica, algo que até então não era nomeado, ganhou terminologia particular ao menos no Brasil. A arte toma seu lugar com maior propriedade como instrumento de disputa de mentalidades, confrontamento os sistemas de opressão e ferramenta de disputas políticas, sendo fortemente manuseada pela população LGBTQ de cor.

O *ativismo*, como conhecida no Brasil essa não tão nova expressão ativista, é um neologismo conceitual não goza de consensualidade nos campos da Arte e Ciências Sociais, mas surge como um meio de nomear as imbricações entre arte e política, tomando a primeira como um ponto de criação de linhas de fuga que também modifica a própria noção de estética e estimula rupturas artísticas no processo criativo (RAPOSO, 2015). As representações pautadas pelo ativismos caracterizam-se tanto por sua horizontalidade no processo de produção, quanto por predileção à exterioridade: as ações/representações não se circunscrevem mais aos espaços fechados, como os museus, mas partem de uma preferência pelos espaços abertos, como as ruas. Citamos Mourão (2015, p. 60), para quem

O recurso a estratégias de dissensão que podem ser colocadas em paralelo com as dissensões formais do campo artístico, permitem a qualquer pessoa motivada ganhar voz na esfera pública e tornar-se num ator político, aprofundando a Democracia para além do sistema institucionalizado de partidos, sindicatos, associações patronais ou governos. (MOURÃO, 2015, p. 60).

O uso da arte por pessoas LGBTQ de cor reflete um desencaixe com formas mais institucionais de políticas, mais formais. O racismo que gera essa exclusão e desidentificação com parcela do movimento LGBTQ montrealense tem sido alvo de críticas sistemáticas de ativistas LGBT negros e de cor, imigrantes e nativos. No entanto, percebo que, em Montreal, essas expressões artísticas, essas formas alternativas de fazer ativismo e de disseminar discussões sobre as questões das experiências LGBTQ, fazem parte de circuitos que não necessariamente estão abertos a todas as pessoas da comunidade nem seguem as características tratadas acima. Com isso, o público que eu costumava encontrar nesses espaços, em eventos que participei durante o campo, era predominantemente branco, embora as exposições fossem

produzidas por artistas racializados ou indígenas. Alguns já incluídos nos debates, oriundos de organizações ou círculos acadêmicos. Ou havia um interesse muito maior da população branca LGBTQ sobre os debates suscitados pelas obras de artistas de cor ou a informação e as condições de disponibilização dessas atividades não eram tão acessíveis a todas as pessoas.

Cena 1. De 23 de fevereiro a 2 de março de 2019, estive no *Massimadi - Festival des Films et des Arts LGBTQ Afro*¹¹⁵, evento realizado em Montreal durante o mês da história negra. Os filmes apresentados enfocavam a realidade LGBTQ africana e caribenha, bem como outras populações de cor que estão subrepresentadas na mídia e no movimento LGBTQ. Esta edição foi financiada pelo *TD Bank*. No segundo dia do Festival, um negro vestido representante do banco, em seu discurso, chama a atenção para o compromisso da instituição com a inclusão e a diversidade, especialmente das comunidades negras. Durante o evento, fui estimulado por uma lésbica negra brasileira que conheci no festival para observar a composição racial do público pagante do evento. Ela observou que, exceto pela organização, a maioria do público era composta de pessoas brancas. Com exceção da noite de abertura e *Performance + Filmes*, os dias em que houve maior concentração de pessoas negras e de cor, o resto das noites era composta em grande parte de pessoas brancas.

Cena 2. Quinta-feira, 21 de fevereiro de 2019, participei do *Montréal Queer* que aconteceu no *McCord Museum*. O convite era para celebrar “o tipo fluido de rosto da metrópole”, assistir “a performances tão surpreendentes quanto transformadoras” e conhecer “*Miss Chief Eagle Testickle* enquanto descobrimos a exposição de Kent Monkman¹¹⁶.” (MONTRÉAL, 2019, grifos nossos). Considerando que o evento reuniu tantos brancos e alguns indígenas ou negros, ainda que Kent Monkman, artista de ascendência autóctone – cujas obras (Figura 1) performem prioritariamente uma crítica aos valores binários de gênero, ao ideal social heteronormativo e questionem as narrativas colonialistas lembrando mentos que tiveram impactos na história do país (KENT, 2019) – fosse o centro da exposição. Apesar do descontraído, havia uma formalidade atípica em eventos queer como conheço. Entre as poucas pessoas negras, a segurança era quase inteiramente de cor – havia quatro seguranças, dos quais três eram negros. Diante da cena ora exposta, fiz-me seguinte pergunta: qual seria a cara estranha da cidade de Montreal mencionada no convite?

¹¹⁵ Festival de cinema e arte LGBTQ afro e caribenho.

¹¹⁶ Kent Monkman é um artista canadense de ascendência crie. Suas obras se destacam por problematizar os temas da colonização, do gênero e da sexualidade na história norte-americana, notadamente no Canadá (KENT, 2019).

Cena 3. 28 de fevereiro de 2019, durante uma das noites de evento do Massimadi, tive também a oportunidade de ver as exposições de Kamissa Ma Koïta¹¹⁷ e Tobi Aremu¹¹⁸, expostas na *Galeria Never Apart*, uma organização que oferece suporte a artistas da diversidade cultural, ou seja, LGBTQ+, pessoas de cor, em particular. As suas exposições confirmam esta inclinação para a produção de um público nem sempre visível. A galeria tem “a missão de educar sobre a igualdade, o meio ambiente e como viver com consciência, celebrando com a participação de artistas consagrados e emergentes.” (À PROPOS, 2019). É um espaço que também pode servir de ponto de encontro para esses artistas LGBTQ e/ou racializados. Foi a noite *Performance + Filmes*. Os microfones estavam abertos para quem quisesse se apresentar. Quatro pessoas queer racializadas se apresentaram performances, dentre elas um homem trans cantor de *hip hop* e uma lésbica não binária.

Sobre as obras expostas, Ma Koïta, artista transgênero de cor, apresenta sua série de colagens de fotos chamada *TransFormation*, em que a partir do título que brinca com as palavras *Trans* e *Formation* formando uma só palavra, já nos comunica algumas pistas sobre o trabalho que veremos (Figura 2). A "transformação" pode, entretanto, mostrar, a partir do jogo de palavras e das fotografias, a agência de sujeitos/as trans no processo de formação de suas identidades, como nos diz a artista:

De uma perspectiva *queer* e decolonial, questiono os vetores da dominação social e as diferentes formas de controle nas sociedades modernas. Eu me volto para na condição dos grupos subordinados. Minha prática experimental e indisciplinar se alimenta de meu contexto sociopolítico, dos feminismos, dos movimentos altermundialistas e das culturas populares. Minha abordagem intersubjetiva me leva a trabalhar de forma colaborativa e/ou coletiva e a refletir sobre o corpo social como material.

A série *TransFormation* aborda a legitimidade do gênero decolonizado e sua autodeterminação. A colagem é aqui considerada uma tática de autopreservação e luta. Cortar. Segmentar. Desconstruir para remontar. O aspecto subversivo das representações dessas colagens é sublimado pela agência de gênero como ferramenta de transformação social. Torna-se uma forma de criar um mundo próprio, um espaço-tempo onde somos seres plenos

¹¹⁷ Kamissa Ma Koïta é uma transativista e afrodescendente de origem maliana. Nasceu na cidade de Quebec e cresceu em Montreal. De uma perspectiva *queer* e decolonial, ele questiona os vetores da dominação social, focando mais particularmente na condição dos grupos subalternos. Realizou apresentações na *Skol* (2017), *La Centrale* (2017), *Dare-Dare* (2018) e na Galeria UQAM (2018) e em várias galerias, incluindo *Centre Never Apart* (2019) e o *Montreal Museum of Fine Arts* (2018). Cf. KAMISSA, 2019.

¹¹⁸ Tobi Aremu é um cineasta-artista-documentarista-escritor que atualmente vive e cria no Brooklyn, NY. Além de *Negotiation*, ele também concebeu e dirigiu *Pick (VI)* e *The love vote*. Cf. TOBI, [200-].

e não abominações. (TRANSFORMATION, 2019, grifos nossos)¹¹⁹.

Tobi Aremu através de um curta-metragem “(...) apresenta uma exploração poética da masculinidade do homem negro por meio da dança contemporânea.” (NÉGOCIATION, 2019) Quando vemos o filme, podemos ver além de uma negociação, uma disputa que nos perguntamos se desenrola no interior entre a subjetividade de alguém ou entre duas pessoas em um relacionamento que estão tentando se relacionar. O que sentimos parece ser realmente mais do que uma negociação, mas uma luta entre dois corpos, duas subjetividades conflitantes, seja por fora ou por dentro (Figura 3).

¹¹⁹ Dans une perspective queer et décoloniale, j’interroge les vecteurs de domination sociale et les différentes formes de contrôle dans les sociétés modernes. Je me penche plus particulièrement sur la condition des groupes subalternes. Ma pratique expérimentale et indisciplinaire s’alimente de mon contexte sociopolitique, des féminismes, des mouvements altermondialistes et des cultures populaires. Mon approche intersubjective m’amène à travailler en collaboration et/ou en collectif et à réfléchir le corps social comme matériau.

La série TransFormation aborde la légitimité du genre décolonisé et son autodétermination. Le collage se veut ici une tactique de préservation de soi et de lutte. Découper. Segmenter. Déconstruire pour réassembler. L’aspect subversif des représentations de ces collages est sublimé par l’agentivité du genre comme outil de transformation social. Cela devient une manière de se créer un monde à nous, un espace-temps où nous sommes des êtres à part entière et non des abominations. (TRANSFORMATION, 2019).

Figura 01 - The Daddies, 2016



Fonte: Collection de Christine Armstrong e Irphan Rawji (KENT, 2019)

Figura 02 – TransFormation, 2019



Fonte: TransFormation (2019)

Figura 03 – Négociation, 2017



Fonte: Négociation (2019)

Esses eventos (*Massimadi* e *Montréal Queer*) me lembram alguns que ocorreram em algumas partes do Brasil, como, por exemplo, o *Novo Cinema Queer* em 2015, o *Queer Museu* em 2017, e a *Mostra Devires* em 2018. O primeiro foi um festival que exibiu filmes contemporâneos e icônicos do movimento *New Queer Cinema*, que surgiu na década de 1980 na América do Norte e no Reino Unido e liderou a resistência do cinema contra a onda conservadora em torno do HIV/Aids. (SOBRE, 2015). A segunda foi uma exposição de peças de arte com foco na sexualidade, identidade de gênero, desejo, prazer, sexualidade em todas as suas formas. Isso foi recebido como uma ofensiva por setores da Igreja Católica e da extrema direita que liderou os esforços para proibir a exposição e teve sucesso. O terceiro foi

um encontro para dar tempo e espaço a uma série de discussões que atravessam uma multiplicidade de subjetividades e corpos, visando descortinar e desnaturalizar as relações de poder que coconstituem as participantes. Para isso, convidamos um grupo de artistas e ativistas que, a partir das suas práticas experimentais, discutirão questões voltadas para raça, sexo/gênero, visualidade, violência e poder. (MARUGÁN, 2018).

Existem tantos outros eventos como estes, mas os escolhi pelo facto de terem sido subsidiados quer pelo Estado, quer pela iniciativa privada, como os bancos, e por terem circulado por locais não abertos ou acessíveis a todos, pelos valores solicitados, a localização dos espaços e o público ao qual esses eventos foram dirigidos, o que pode ser observado nos pontos *supra* citados. Tudo isso para pensar o lugar da *tapetterie* ou, em português, viadagem política¹²⁰, nesses eventos e quais os limites de um aproveitamento estratégico das interferências dos interesses econômicos, dito de outra forma, do capital e dos interesses nacionais na agenda LGBTQ? O queer pode de alguma forma se permitir dialogar com sua lógica sem perder seu potencial crítico, sem se lhe capitular?

Segundo alguns autores, o *queer* não combina com o capital e o neoliberalismo; sua existência seria desde o seu interior antagônica a esses poderes, sempre se colocando crítico desses valores/sistemas (LOURO, 2004; TRUJILLO, 2016; BOURCIER, 2016; SANT'ANA, 2017). Essa compreensão me lembra um texto de Thiago Sant'Ana, no qual comenta a proibição do *Queer Museu*. Esta exposição teve o apoio de um banco privado, o Santander. Nesse contexto, Sant'Ana discutiu o fato de a exposição não ter nada de *queer* e que a censura nada

¹²⁰ Conceito pelo qual, no Brasil, certos grupos do movimento LGBT, mais racializado, com uma perspectiva fortemente decolonial, caracterizam a quebra e crítica de terminologias ocidentais - às vezes até contra a designação de queer - e de valores LGBT brancos. Trata-se de um analisador diferenciador, que busca numa nomeação local deslocar-se dos investimentos neocoloniais. Versão alternativa a termos como *queer* ou *queerness*.

mais era do que o esperado, uma vez que “(...) a lógica do capital é justamente a de desistir que não é do seu interesse em termos de lucro” e

a política *queer* ataca de forma sistemática os regimes do capital neoliberal – o mesmo que utiliza ainda hoje as pessoas LGBT como moeda de troca por visibilidade, parasitando as lutas pelas diferenças sexuais e de gênero sem contribuir de maneira sistemática contra o extermínio da população LGBT. (SANT'ANA, 2017, grifos nossos).

No entanto, vemos que a gestão da diversidade, incluindo a população LGBTQ, é uma operação de poder cada vez mais recorrente no sistema capitalista neoliberal por estados nacionais e grandes empresas a serviço da exploração humana pelo capital e a serviço de políticas homonacionalistas (BOURCIER, 2016; PUAR, 2015). Diante dessas apropriações, parece cada vez mais difícil, até mesmo um desafio, situar-se à margem das assimilações sistêmicas numa posição essencialmente *queer* como uma perspectiva que fala “(...) sobre desfrutar das bordas e não ter aspiração ao centro ou à assimilação em modelos pré-estabelecidos de vida.” (SANT'ANA, 2017). No entanto, o ativismo em suas manifestações mais institucionais não está fora dessas invasivas do poder. Como então bagunçar esse cenário?

5 CONCLUSÃO

Como podemos perceber, os movimentos sociais são frutíferos em conflitos internos. Muito dificilmente encontraremos harmonia e ampla concordância sobre as pautas e a organização de um grupo. Não há como solapar toda a multiplicidade interseccional dos/as sujeitos/as que compõem e constroem esses espaços. Mais que desestabilizadoras, essas diferenças facultam atualizações, revisões críticas de caminhos e pautas, criação de alternativas para transformação social. O conflito está inerentemente atrelado ao social, e podemos dele produzir positivities.

Na presente pesquisa, observamos como a tomada da palavra por grupos subalternos que não ocupavam senão o lugar de objetos de pesquisa aparece como um fenômeno visível em diferentes espaços, uma vez protagonizada por grupos que partilham lugares sociais. Ao mapear as questões em torno do movimento LGBTQ em Montreal, observei a influência de forte identitarismo no ativismo *queer*, especialmente nos círculos LGBTQ racializados e trans. Visualizei a existência de uma disputa em torno da valorização e reconhecimento do conhecimento subalternizado atrelada à notória crítica ao apagamento das demandas trans e de LGBTQ racializados, além da desigual distribuição de recursos, onerando organizações comunitárias que atuam centralmente sobre as realidades dessas populações. Esses conflitos se dão eminentemente em uma dimensão intergrupos, posto que há uma considerável homogeneidade na filiação política queer de movimentos mais novos e formados por jovens, enquanto os mais antigos têm uma perspectiva mais reformista e um maior sucesso na obtenção dos recursos governamentais.

No Brasil, as redes sociais foram o palco de discussões sobre as relações entre fala, ativismo e marcadores sociais: essa relação foi sintetizada na disputa de uma categoria cara aos movimentos feminista, LGBT e negro, mais especificamente, ganhando centralidade no universo militante e acadêmico. No entanto, seu significado foi marcado por intensas disputas entre ativistas, pesquisadores e pesquisadores-ativistas. Algumas vezes, houve inversões de lugares, uma errônea aplicação do conceito de lugar de fala, que, segundo alguns, ameaçava a própria condução das lutas sociais e as políticas de aliança e empatia que podem e devem emergir dos contatos entre diferentes sujeitos/as na redes de poder que constituem o espaço social.

No movimento LGBTQ de Montreal e Salvador, há a expressão de um *queer of color* que se desenvolve com força e amplitude notáveis. Críticas raciais às cores ausentes no arco-íris são recorrentes. Em Montreal, LGBTQ de cor, notadamente aqueles/as migrantes, atuam

diretamente no combate ao racismo quebequense que se exerce no apagamento de suas especificidades e demandas no movimento LGBT genérico. Nota-se ao menos uma categoria cara para uma parte desse ativismo, que engloba tantas outras: colonialidade, que está associada a duas outras: raça e racismo.

No Brasil, segue-se o mesmo movimento, denotando uma unicidade crítica transnacional. Notam-se produções e discussões que questionam a ausência da raça na discussão de sexualidade e identidade de gênero, assim como as produções de vulnerabilidades raciais e de classe no interior desses “novos movimentos”. Isso explica-se em parte por as agendas desses movimentos, em seu início, articularem-se internacionalmente e reproduzirem pautas gerais pouco atentas às especificidades locais. A articulação de valores neoliberais e neocoloniais ditou e ainda organiza o quadro geral, *mainstream*, de luta de alguns movimentos. Isso deixa certos corpos/existências e demandas ao largo da formulação das agendas. A busca por direitos, as exigências de justiça social e igualdade serve a um grupo muito particular, para os quais a sexualidade e o gênero seriam seus únicos vetores de opressão e produção de vulnerabilidade.

Essas duas matrizes de ação política – o movimento LGBTQ de Montreal e Salvador – apresentam demandas que, compartilhadas, ganham status transnacional, comunalidades em termos de crítica e estratégias políticas. Nesse sentido, aqui, faz-se necessário reforçar as alianças entre grupos subalternizados do Norte e Sul globais, rompendo com o binarismo de um polo privilegiada versus outro subordinado. Compreender como ambos os movimentos e críticas de ambos os contextos reforçam a impossibilidade de discutir gênero e sexualidade sem raça, classe e colonialidade passa por um questionamento do arcabouço epistemológico e político etnocêntrico que privilegia a branquitude. Ademais, discutir a partir dessas críticas e pensar essas conexões entre lutas de um mesmo grupo cujos atores e atrizes são marcados por intersecções compartilhadas, ainda que em espaços geográficos díspares, reitera a força teórica e política da interseccionalidade como uma matriz de pensamento original, transnacional e marginal.

6 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2020.

À PROPOS. **Conseil LGBTQ Québécois**, 2020. Disponível em: <https://www.conseil-lgbt.ca/a-propos/#historique>. Acesso em: 21 ago. 2020.

À PROPOS. **Never Apart**, Montréal, 2019. Disponível em: <https://www.neverapart.com/fr/a-propos/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ACQUISTAPACE, Alessia *et al.* TransFeminist scholars on the verge of a nervous break-down. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 62-70, abr. 2015. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/185/151>. Acesso em: 31 jan. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. **Cultural Critique**, n. 20, p. 5-32, inverno 1991-1992.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, janeiro/abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. 'HOMENS TRANS': novos matizes na aquarela das masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 513-523, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ALMEIDA, Jade. **Rapport sur le racisme systémique vécu par la communauté LGBTQ+ montréalaise**. Conseil québécois LGBT: Montréal, 2017.

ANTUNES, Mariana Serafim Xavier. **Ciberativismo, identidade política e metamorfose humana**. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17099/1/Mariana_Serafim_Xavier_Antunes.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

ATRAS. **Arquivo ATRAS**. [20--]a. Disponível em: <https://atrasassociacao.wordpress.com/arquivo-atras/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

ATRAS. **Histórico**. [20--]b. Disponível em: <https://atrasassociacao.wordpress.com/historico/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BACCHETTA, Paola. Co-formações/Co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência. *In: TORQUINST, Carmen Susana et alli.* (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 49-73.

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Introduction au théories féministes et queers décoloniales: interventions chicanas et latinas états-uniennes. **Les Cahiers Du Cedref**, Paris, v. 01, n. 18, p. 07-40, 12 dez. 2012. Anual. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2018.

BAILLARGEON, Stéphane. Il y a 50 ans, l'homosexualité sortait du Code criminel. **Le Devoir**, Canadá, 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.ledevoir.com/politique/canada/554270/il-y-a-50-ans>. Acesso em: 6 nov. 2020.

BLACKMEAN. **II Encontro Estadual de Travestis e Transexuais**. 2011a. Disponível em: <<http://forumbaianolgbt.blogspot.com/2011/09/ii-encontro-estadual-de-travestos.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BOURCIER, Sam. Le nouveau conflit des facultés: biopouvoir, sociologie et queer studies dans l'université néo-libérale française. **Sociologies**, v. 1, n. 1, p. 2-13, 7 mar. 2016. Disponível em: <http://sociologies.revues.org/5271>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Sexo e neoliberalismo. *In*: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (org.). **Desfazendo gênero I**: subjetividades, cidadania, transfeminismos. Natal: EDUFRN, 2015. p. 25-49.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Sexo e neoliberalismo. *In*: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). **Desfazendo gênero I**: subjetividades, cidadania, transfeminismos. Natal: Edufrn, 2015. p. 25-49.

BRACKE, Sarah; DE LA BELLACASA, María Puig; CLAIR, Isabelle. Le féminisme du positionnement. Héritages et perspectives contemporaines. **Cahiers du Genre**, n. 54, p. 45-66, 2. Sem., 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2013-1-page-45.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 11-42, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 5 out. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Guerrilha de Linguagem. *In*: GARCIA, Olga; GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). Videoaulas do curso Gênero e Diversidade na Escola. DVD. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2013.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A Judicialização dos Direitos LGBT no STF**: limites, possibilidades e consequências. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In*: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-148, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!”**: visibilidade e

reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020. Não paginado.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 347-363, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100347&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2020.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?:** identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo Trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea: revista de comunicação e cultura**, Salvador, v. 13, n. 2, maio-agosto 2015, p. 382-400. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CHACABY, Ma-Nee. **Un parcours bispirituel:** récit d’une aînée ojibwé-crie lesbienne. Québec: Les éditions du remet-ménage, 2019.

CHAMBERLAND, Line. La place des lesbiennes dans le mouvement des femmes. **Labrys**, [S. l.], n. 1-2, p. 1-12, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/chamberland2.html. Acesso em: 5 set. 2020.

CHAMBERLAND, Line. **Mémoires lesbiennes :** le lesbianisme à Montréal entre 1950 et 1972. Montréal: Les éditions du remue-ménage, 1996.

CHANGEMENT de la mention du sexe. **Directeur de l’état civil**, Québec, ©2008. Disponível em: <http://www.etatcivil.gouv.qc.ca/fr/changement-Sexe.html#changements-prenoms>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-167, 30 jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684>. Acesso em: 19 abr. 2020.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal:** tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21766>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **La pensée féministe noire.** Montréal: Les éditions du Remue-ménage, 2016, 479 p.

COMMANDITAIRES. **LEXIC²**, Sherbrooke, 2019. Disponível em: <https://sites.grenadine.co/sites/forumlexic2/fr/forumlexic2/sponsors>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Ação Educativa**, [S. l.], p. 7-16, 2012.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. 1. ed. Bogotá: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.

DAVIS, Angela Yvonne; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p.523-531, dez. 2003. Quadrimestral. Disponível em: . Acesso em: 28 nov. 2017

DÉFENSE des droits trans et services. **Centre de lutte contre l'oppression des genres**, Montreal, 2020. Disponível em: <https://desluttessgenres.org/promotion-des-droits-trans/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DE LAURETIS Teresa. **Théorie queer et cultures populaires: de Foucault à Cronenberg**. 1. ed. Paris: La Dispute, 2007.

DUGGAN, Lisa. **The twilight of equality: neoliberalism, cultural politics, and the attack on Democracy**. Boston : Beacon Press, 2004.

EL-HAGE, Habib; LEE, Edward Jin. LGBTQ racisés : frontières identitaires et barrières structurelles. **Alterstice**, Québec, v. 6, n. 2, p. 13–27, 2016.

ENRIQUEZ, Mickael. **Un mouvement trans au québec ? Dynamiques d'une militance émergente**. Orientadora: Line Chamberland. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculté des sciences humaines, Université du Québec à Montréal, Montréal, 2013.

FERNANDES, Estevão Rafael. Quando existir é resistir: Two-spirit como crítica colonial. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 11, n. 01, p. 100-122, 2017a.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. **Etnográfica**, Portugal, v. 21, n. 03, p. 639-647, 2017b.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Orientadora: Miriam Pilar Grossi. 2011. 419 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. O Estágio Supervisionado Obrigatório em Gênero e Diversidade: da sala de aula à prática em políticas públicas com autonomia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 84-101, out./dez. 2017.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Os desafios da “Escuta Ativa”: manifesto por uma gestão queer em políticas feministas e LGBT. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-14, maio/out. 2014.

FICHEIRO: Grupo Gay da Bahia 01.jpg. **Wikipedia**, [S. l.], 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Grupo_Gay_da_Bahia_01.jpg. Acesso em: 10 nov. 2020.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações (1984). *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 225-233. (Coleção Ditos & Escritos IV).

GABRIELLE Bouchard. **LEXIC²**, Sherbrooke, 2019. Disponível em: <https://sites.grenadine.co/sites/forumlexic2/fr/forumlexic2/person/294/Gabrielle%20Bouchard>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GGB. **O que é o GGB (nossa história)**. [20--]. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GRADA, Kilomba. “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. **Carta Capital**, São Paulo, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problemativa-branca201d-uma-conversa-com-grad-kilomba/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 16 jun. 2019.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? *In*: BARTRA, Eli (org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, 1998, p. 9-34.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity?". **The Centennial Review**, v. 36, n. 3, p. 437-470, outono, 1992.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HISTORIQUE. **Chaire de recherche sur l’homophobie**, Montreal, [201-]. Disponível em: <https://chairehomophobie.uqam.ca/la-chaire/historique/>. Acesso em: 11 set. 2020.

HISTORIQUE. **Secrétariat à la Condition Féminine**, Québec, 2020. Disponível em: <http://www.scf.gouv.qc.ca/le-secretariat/historique/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

JADE Almeida. **LEXIC²**, Sherbrooke, 2019. Disponível em: <https://sites.grenadine.co/sites/forumlexic2/fr/forumlexic2/person/203/Jade%20Almeida>. Acesso em: 25 ago. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **REDOC**, Rio de Janeiro v. 03 n. 01 p. 250-260, jan./abr. 2019.

JÚNIOR, Antônio Marcos dos Santos; JESUS, Jaqueline Gomes de. Hipersexualização e segregação social do homoafetivo negro: uma análise crítica em torno da intersecção entre homofobia e racismo. *In*: CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: UFMG, 2014, p. 1-15. Disponível em: https://anaiscongressodivsex.files.wordpress.com/2015/03/20-antonio-marcos-_jaqueline-gomes.pdf. Acesso em: 3 out. 2020.

JUSTICE disparue. **Centre de lutte contre l'oppression des genres**, Montréal, 2020. Disponível em: <https://desluttgenres.org/justice-disparue/>. Acesso em: 9 set. 2020.

KAMISSA Ma Koïta. **Viva**, Montréal, 2019. Disponível em: <http://vivamontreal.org/2019/en/artist/kamissa-ma-koita/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

KENT Monkman. **Musée McCord**, Montréal, 2019. Disponível em: <https://www.musee-mccord.qc.ca/fr/expositions/kent-monkman/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINSMAN, Tom Hooper et Gary. L'homosexualité n'a pas été décriminalisée en 1969. **SCFP**, Ottawa, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://scfp.ca/lhomosexualite-na-pas-ete-decriminalisee-en-1969>. Acesso em: 6 nov. 2020.

LA LUTTE contre l'homophobie et la transphobie. **Justice Québec**, Québec, 2017. Disponível em: <https://www.justice.gouv.qc.ca/ministere/la-lutte-contre-lhomophobie-et-la-transphobie/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

LAMBERT, Ninon. Two-Spirits : colonisations et décolonisations. **Minorité Visibles**, Montréal, v. 1, n. 1. 2016. Disponível em: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/19733>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LAMOUREUX, Henri. **La pratique de l'action communautaire autonome**. Origine, continuité, reconnaissance et ruptures. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010.

LEVY, Ron. L'amendement de 1969 et la (dé)criminalisation de l'homosexualité. **L'Encyclopédie canadienne**, Canadá, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/l-amendement-de-1969-et-la-de-criminalisation-de-l-homosexualite#>. Acesso em: 6 nov. 2020.

LIMA, Ari; CERQUEIRA, Felipe de Almeida. Identidade homossexual e negra em Alagoinhas. **Revista Bagoas**, Natal, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2007.

LIMA, Fátima. É possível um ESTADO* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 191-205, maio/out. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10155>. Acesso em: 21 ago. 2020.

LORENZO, Laura. **'Estou me afastando por minha voz não ser mais ouvida', afirma Mãe Stella**. 2017. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/46461,estou-me-afastando-por-minha-voz-nao-ser-mais-ouvida-afirma-mae-stella>. Acesso em: 03 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução de Ricardo Corrêa Barosa. 1. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. 123.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2020.

MARTIN, Roxanne. Compte rendu de [NAMASTE, Viviane, C'était du spectacle. L'histoire des artistes transsexuelles à Montréal, 1955-1985 (Montréal, McGill-Queen's University Press, coll. « Études d'histoire du Québec », 2005), xiii-266 p.] **Revue d'histoire de l'Amérique française**, Montréal, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 135-137, 2007. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/016890ar>. Acesso em: 05 set. 2020.

MARUGÁN, Paola. Sobre. **Devires**, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://mostradevires.com/sobre/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MICHEL Dorais. **LEXIC²**, Sherbrooke, 2019. Disponível em: <https://sites.grenadine.co/sites/forumlexic2/fr/forumlexic2/person/20/Michel%20Dorais>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 13-43, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2020.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, México, v. 184, p. 7-12, março/abr. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724004>>. Acesso em: 18 maio 2019.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Periódicus**, Salvador, v. 01, n. 01, maio 2014. Não paginado. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10148>. Acesso em: 18 maio 2019.

MONTEIRO, Anne Alencar. **Homens que engravidam**: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução. 138 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MONTRÉAL en statistiques. **Agglomération de Montréal**. Profil Sociodémographique Recensement 2016. Montréal: Montréal en statistiques, 2018. Disponível em: http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/MTL_STATS_FR/MEDIA/DOCUMENTS/

PROFIL_SOCIOD% C9MO_AGGLOM% C9RATION% 202016.PDF. Acesso em: 29 ago. 2020.

MONTREAL QUEER 2S - 5 à 9 au McCord. **Musée McCord**, Montréal, 2019. Disponível em: <https://www.musee-mccord.qc.ca/fr/activites/5-a-9-montreal-queer-2s/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MOTT, Luiz. **Réquiem para Michelle do GGB-ATRÁS**. [20--]. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/michele_marrie_adeus.htm>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MOTT, Luiz. **Salve Stella de Oxossi, Ialorixá do Aló**. 2018. Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/salve-stella-de-oxossi-ialorixa-do-alo/>. Acesso em: 3 maio 2020.

MOTT, Luiz. **São Tibira do Maranhão (1913-2013): Índio Gay Mártir**. Salvador/São Luiz: Grupo Gay da Bahia/Grupo Gayvota, 2013.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 11-23, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015>. Acesso em: 2 maio 2020.

MOUFFE, Chantal. Politique et agonisme. **Rue Descartes**, Paris, n. 1, v. 67, p. 18-24, nov. 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2010-1-page-18.htm>. Acesso em: 03 maio 2020.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>. Acesso em: 2 maio 2020.

MOURÃO, Rui. Performances artivistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. **Cadernos de Arte e Antropologia**, [S. l.], v. 4, n. 2, out. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/938>. Acesso em: 19 abr. 2020.

NÉGOTIATION. **Never Apart**, Montréal, 2019. Disponível em: <https://www.neverapart.com/fr/expositions/negotiation/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

NOTRE mandat, vision et mission. **Centre de Lutte Contre l'Oppression des Genres**, Montréal, 2020. Disponível em: <https://desluttgenres.org/#:~:text=Le%20Centre%20de%20lutte%20contre,au%20sein%20des%20communaut%C3%A9s%20marginalis%C3%A9es>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ORGANIGRAMME. **Ministère de l'Éducation et de l'Enseignement supérieur**, Québec, 2020. Disponível em: <https://www.quebec.ca/gouv/ministere/ministere-de-leducation-et-de-lenseignement-superieur/organigramme/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2001000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2020.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Periódicus**, Salvador, v. 01, n. 01, maio/out. 2014. Não paginado. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150>. Acesso em: 18 maio 2019.

PRETES, Érika Aparecida & VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia; ABREU, João Francisco (org.). **Iniciação Científica: destaques 2007**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008. p. 313-392. v. 1.

PROGRAMMATION. **Savie LGBTQ+**, Québec, 2017. Disponível em: <https://savie-lgbtq.uqam.ca/programmation/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PROJETS de recherche. **Chaire de recherche sur l'homophobie**, Montréal, [201-]. Disponível em: <https://chairehomophobie.uqam.ca/section-recherche/projets-de-recherche/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 3, n. 1, .297-318, 2015. Disponível em: <https://rlec.pt/article/view/1788>. Acesso em: 21 ago. 2020.

QUÉBEC (Estado). **Bilan des réalisations**. Plan d'action gouvernemental de lutte contre l'homophobie 2011-2016. Québec: Ministère de la justice, 2016. Disponível em: https://www.justice.gouv.qc.ca/fileadmin/user_upload/contenu/documents/Fr__français_/cent_redoc/publications/ministere/plans-actions/bilan_plan_action_homo_FR.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUÉBEC (Estado). Commission des droits de la personne et des droits de la jeunesse (CDPDJ). **De l'égalité juridique à l'égalité sociale: vers une stratégie nationale de lutte contre l'homophobie**. Québec: Ministère de la justice, 2007. Disponível em: https://www.cdpcj.qc.ca/storage/app/media/publications/rapport_homophobie.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUÉBEC (Estado). **Ministère de la justice. Plan d'action gouvernemental de lutte contre l'homophobie 2011-2016**. Québec: Ministère de la justice, 2011. Disponível em: https://www.justice.gouv.qc.ca/fileadmin/user_upload/contenu/documents/Fr__français_/cent_redoc/publications/ministere/plans-actions/plan_action_homo_FR.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUÉBEC (Estado). Ministère de la justice. **Plan d'action gouvernemental de lutte contre l'homophobie 2017-2022**. Québec: Ministère de la justice, 2018. Disponível em: https://www.justice.gouv.qc.ca/fileadmin/user_upload/contenu/documents/Fr__français_/cent_redoc/publications/ministere/plans-actions/Plan_action_gouvernemental_lutte_contre_homophobie_transphobie_2017-2022.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUÉBEC (Estado). Secrétariat à la condition féminine. **Stratégie gouvernementale pour prévenir et contrer les violences sexuelles 2016-2021**. Québec: Secrétariat à la condition féminine, 2016. Disponível em:

http://www.scf.gouv.qc.ca/fileadmin/Documents/Violences/Brochure_Violences_Sexuelles.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**, Goiânia, p. 2-5, jun. 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5574>. Acesso em: 24 fev. 2018.

RAPOSO, Paulo. "Artivismo": articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 03-12, out. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/909>. Acesso em: 23 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **A categoria do Outro**: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>. Acesso em: 3 maio 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. 112 p.

RODRIGUES, Julian. **Importante a leitura crítica artigo de um dos papa queer - Miskolci** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <abgltafiadas@yahoogrupos.com.br> em: 26 set. 2010.

SAINT-PIERRE, Noël. La population trans : oppression ou émancipation. **Nouveaux Cahiers du socialisme**, Montréal, n. 16, p. 79–89, 2016.

SANT'ANA, Tiago. "Queermuseu": a apropriação que acabou em censura. **Le monde diplomatique Brasil**, São Paulo, 18 set. 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/queermuseu-a-apropriacao-que-acabou-em-censura/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SANTOS, Edméa. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral da; SILVA, Marco. **Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias**: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões. Rio de Janeiro: Anped Nacional, 2011. p. 75-98.

SANTOS, Jocélio Teles dos. "Incorrigíveis, afeminados, desenfreitados": indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 02, p. 145-182, 1997.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Ensaio sobre raça, gênero e sexualidades no Brasil (séculos XVIII-XX)**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Marcos de Jesus dos. **O nome que me deram não fala quem eu sou**: as dificuldades enfrentadas pelas travestis e pessoas trans na cidade de Salvador/BA no uso do Nome Social. Orientado: Felipe Fernandes. 2019. 58 f. Monografia (Graduação em Estudos de Gênero e Diversidade) - Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <<http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/wp-content/uploads/2019/02/TCC-Marcos-Jesus-Ficha-Catalografica-1.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SAÚDE, Ministério da. **Associação de Travestis de Salvador - ATRAS**. [20--]a. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/associacao-de-travestis-de-salvador-atras>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SAÚDE, Ministério da. **Campanha Travestis - 2002**. [20--]b. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/es/node/38286>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistémologie du placard**. 1. ed. Paris: Éditions Amsterdam, 2008.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Saete Maria da. **A carta que elas escreveram**: as mulheres na constituinte de 1987/88. 1. ed. Salvador: Instituto Memória, 2016.

SIMAS, Flávia *et al.* Ativismo de sofá. **Revista Fórum**, [S. 1.], [201-]. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/ativismodesofa/>. Acesso em: 3 maio 2020.

SMITH, M. Nationalisme et politiques des mouvements sociaux : les droits des gais et lesbiennes et l'incidence de la charte canadienne au Québec. **Politique et Sociétés**, Montréal, v. 17, n. 3, p. 113–140, 1998. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/040131ar>. Acesso em: 3 set. 2020.

SOBRE a mostra. **New Queer Cinema**, [S. 1.], 2015. Disponível em: <http://newqueercinema.com.br/v1/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SOUSA, Barbara Andrade. **De la clandestinité à la fierté** : l'appropriation de l'espace urbain par la communauté gay. Orientador: Dominique Morin. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculté des lettres et des sciences humaines, Université Laval, Laval, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STATISTIQUE Canada. **Diversité de la population noire au Canada** : un aperçu. [S. 1]: Statistique Canada, 2019. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/fr/pub/89-657-x/89-657-x2019002-fra.pdf?st=FZCpDzN>. Acesso em: 29 ago. 2020.

STATISTIQUE Canada. **La population noire au Canada** : éducation, travail et résilience, 2020. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/fr/pub/89-657-x/89-657-x2020002-fra.pdf?st=t3iOlocN>. Acesso em: 29 ago. 2020.

STATISTIQUE Canada. **Montréal, V [Subdivision de recensement], Québec et Canada [Pays] (tableau)**. Profil du recensement, Recensement de 2016, produit n° 98-316-X2016001 au catalogue de Statistique Canada. Ottawa: Statistique Canada, 2017. Disponível em: <https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/dp-pd/prof/details/page.cfm?Lang=F&Geo1=CSD&Geo2=PR&Code2=01&SearchType=Begins&SearchPR=01&TABID=1&B1=All&type=0&Code1=2466023&SearchText=montreal>. Acesso em: 29 ago. 2020.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT em Santa Catarina**: a questão do empoderamento. Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TOBI is a filmmaker. Tobi is an artist. This is his website. **AREMU/TOBI**, [S. l.], [200-]. Disponível em: <http://tobiaremu.com>. Acesso em: 23 ago. 2020.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Se sofrer LGBTfobia na Universidade, denuncie! O *queer* punitivista no contexto de precarização do trabalho. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 40-60, 2. Sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7526>. Acesso em: 14 abr. 2020.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. (Des)identificação crítica ou notas sobre uma estética das multiplicidades: memórias do materialismo lésbico de Wittig e suas interpretações queer. *In*: IX Congresso Internacional da ABEH - Diversidade sexual, gêneros e raça: diálogos Brasil-África, 10, 2018, Fortaleza: UFC. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2019. p. 1676-1690.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Se sofrer LGBTfobia na Universidade, denuncie! O *queer* punitivista no contexto de precarização do trabalho. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 40-60, 2. Sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7526>. Acesso em: 14 abr. 2020.

TOURKI *et al.* Au-delà des apparences : analyse intersectionnelle de vécus de jeunes trans migrants et racisés au Québec. **Jeunes et Société**, Québec, v. 3, n. 1, p. 133-153, 2018.

TRANSFORMATION. **Never Apart**, Montréal, 2019. Disponível em: <https://www.neverapart.com/fr/expositions/transformation/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

TREMBLAY, Manon. Citoyenneté substantielle des lesbiennes et des gais et politiques publiques au Canada : réflexions autour de la notion d'« homofédéralisme ». **Zeitschrift für Kanada-Studien**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 9-27, 2016. Disponível em: http://www.kanada-studien.org/wp-content/uploads/2016/02/zks2016_01_Tremblay.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

TREMBLAY, Manon; PODMORE, Julie. Depuis toujours intersectionnels : relecture des mouvements lesbiens à Montréal, de 1970 aux années 2000. **Recherches féministes**, Québec, v. 28, n. 2, p. 101–120, 2015. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/1034177ar>. Acesso em: 4 set. 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TRUJILLO, Gracia. La protesta dentro de la protesta. Activismos queer/cuir y feministas en el 15M. **Encrucijadas**: Revista Crítica de Ciencias Sociales, Salamanca, v. 12, n. 1, p.1-18, jul. 2016. Disponível em: <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/258>. Acesso em: 22 maio 2019.

UN MOMENT important dans l'histoire des personnes trans! Montréal, 14 jan. 2019. Facebook: Centre For Gender Advocacy / Centre de Lutte Contre l'Oppression des Genres. Disponível em: https://www.facebook.com/events/265907094094844/?event_time_id=265907174094836. Acesso em: 11 jan. 2019.

UZIEL, Anna Paula *et al.* Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 203-227, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2020.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Ser mas não ser, eis a questão.** O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, Lisboa, 2009.

WARNER, Michael. **The Trouble with Normal: sex, politics, and the ethics of queer life.** 1. ed. New York: The Free Press, 1999.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 25, n. 13, p. 260-300, maio 2005.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ZAAZAA, Amel; NADEAU, Christian (dir.). **11 brefs essais contre le racisme: pour une lutte systémique.** Québec: Éditions Somme Toute, 2019. 156 p.